



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GISELE LEITE BIBIANO

Dissertação de Mestrado

**CIDADE, PLANEJAMENTO E GÊNERO.
DAS DESIGUALDADES NOS USOS DO TERRITÓRIO À MITIGAÇÃO DA
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO DISTRITO FEDERAL**

BRASÍLIA, DF

2026

GISELE LEITE BIBIANO

**CIDADE, PLANEJAMENTO E GÊNERO.
DAS DESIGUALDADES NOS USOS DO TERRITÓRIO À MITIGAÇÃO DA
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada à Universidade de Brasília como
parte dos requisitos para obtenção do título de mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

BRASÍLIA, DF

2026

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com
os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

LB581cc LEITE BIBIANO, GISELE
CIDADE, PLANEJAMENTO E GÊNERO. DAS DESIGUALDADES NOS USOS
DO TERRITÓRIO À MITIGAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO
DISTRITO FEDERAL / GISELE LEITE BIBIANO; orientador EVERALDO
BATISTA DA COSTA. Brasília, 2026.
148 p.

Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de
Brasília, 2026.

1. DESIGUALDADES SOCIOTERRITORIAIS. 2. PLANEJAMENTO
URBANO POSSÍVEL. 3. INTERSECCIONALIDADE. 4. VIOLÊNCIA DE
GÊNERO. 5. ESPAÇO PÚBLICO. I. BATISTA DA COSTA, EVERALDO,
orient. II. Título.

BANCA EXAMINADORA

Dissertação de Mestrado da discente Gisele Leite Bibiano, realizada em _____,
com a participação dos seguintes membros:

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa
Universidade de Brasília (UnB) – Orientador

Prof. Dra. María Verónica Ibarra García
Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) – Avaliadora

Prof. Dra. Jane Roberta de Assis Barbosa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Avaliadora

Prof. Dra. Ana Carolina dos Santos Marques
Universidade de Brasília (UnB) – Avaliadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres! Às que vieram antes de mim e a todas que virão. Dedico, em especial, às mulheres que compartilharam um pouco de suas vidas e experiências comigo no decorrer desta pesquisa, se eu já admirava a garra feminina, hoje respeito e honro ainda mais.

Dedico à minha amada mãe, Maria do Socorro, às minhas avós Maria Inucência, Noêmia Barreiro (*in memoriam*) e Raimunda dos Anjos (*in memoriam*), à minha sogra, Ana Lúcia, e de forma geral às minhas cunhadas, sobrinha, afilhadas, tias, primas, amigas, colegas de estudo e profissão, minhas alunas e às minhas professoras – mulheres que cotidianamente me incentivam a ser forte e a lutar por um mundo mais justo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela sua bondade infinita e realizações na minha vida, sendo o mestrado uma oportunidade e experiência ímpar no meu crescimento pessoal e profissional.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa, pela oportunidade de realizar não somente este trabalho, mas também pela oportunidade de participar do Grupo de Pesquisas sobre Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe – GECIPA/UnB/CNPq e da Equipe Editorial da PatryTer - Revista Latino-americana e Caribenha de Geografia e Humanidades (editada pelo professor junto ao grupo e vinculada ao PPGEA/UnB. Estar ativamente envolvida nas atividades do Grupo foi fundamental na realização deste trabalho e para o meu amadurecimento enquanto pesquisadora. Obrigada por todo o apoio, pelos direcionamentos, pelas correções, pelos questionamentos e, principalmente, pela amizade, empatia e compreensão no decorrer desta caminhada. A humanidade com que guiou-me nesse processo foi fundamental para que eu persistisse.

Agradeço às professoras e professores do Programa de Pós Graduação em Geografia e também do Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos, que direta ou indiretamente, me auxiliaram e compartilharam um pouco de suas experiências e conhecimentos nas disciplinas cursadas, contribuindo massivamente para que este trabalho fosse concluído com todo o cuidado.

Agradeço aos amigos e colegas que fiz nessa caminhada no decorrer das disciplinas e nos grupos de pesquisa. Em especial, a João Francisco e Adriana, pessoas com quem compartilhei muitas ideias, dúvidas, angústias e conhecimento.

Agradeço à minha amiga Antônia Solange, amizade que veio através da docência no ano de 2025, que mesmo com suas demandas do trabalho e familiares, não mediu esforços para me acompanhar nos campos e na divulgação dos questionários, auxiliando-me nesta etapa que foi tão complexa e cansativa.

Agradeço também aos meus amigos Sebastião e Diego, amigos que também nasceram no chão da sala de aula, por realizarem leituras do meu trabalho e por tentarem compreendê-lo, formulando questionamentos que me auxiliaram em momentos pontuais nesta pesquisa.

À minha mãe, Maria, e ao meu pai, Gilmar, pessoas íntegras que são pontos de referência para mim, agradeço pelo apoio, pelo incentivo, e por sempre sonharem junto comigo.

E ao meu amado companheiro de vida, José Carlos, por dividir tantos sonhos, projetos, empreitadas e loucuras comigo. Por cuidar de mim, por sempre me incentivar, por me ouvir, me acolher e por dizer sempre que tudo vai dar certo! Compartilhar dessa existência com você tem sido uma grande honra!

*Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal*

*A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina*

*Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar*

*Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar*

*Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só*

*Eu não me vejo na palavra
Fêmea, alvo de caça
Conformada vítima*

*Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar*

*E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar*

(Ju Strassacapa/ Banda Francisco el hombre/ “Triste, louca ou má”)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das Regiões Administrativas do Distrito Federal.	5
Figura 2: Mapa da população negra e do rendimento domiciliar per capita por RA do DF.	56
Figura 3: Domicílios com problemas de esgoto a céu aberto e de entulho nas Regiões Administrativas.	57
Figura 4: Mapa de infraestrutura urbana e equipamentos públicos no Distrito Federal.	57
Figura 5: Fotografias das RAs do Distrito Federal com maiores problemáticas em infraestrutura urbana.	58
Figura 6: Fotografias das RAs do Distrito Federal com maior oferta de infraestrutura urbana.	59
Figura 7: Mapa com intersecção da renda domiciliar <i>per capita</i> e violência contra a mulher.	63
Figura 8: Mapa com intersecção da infraestrutura urbana e violência contra mulher.	64
Figura 9: Gráfico com perfil étnico-racial dos moradores do DF.	66
Figura 10: Gráfico sobre tempo de residência na Região Administrativa.	66
Figura 11: Gráfico sobre usos do território no DF a partir da percepção popular.	67
Figura 12: Gráfico com informações sobre a qualidade da infraestrutura das RAs do DF.	69
Figura 13: Gráfico com informações sobre a qualidade dos serviços públicos das RAs do DF.	70
Figura 14: Fotografias para comparação das estruturas em RAs distintas do Distrito Federal.	71
Figura 15: Gráfico sobre oportunidades de “viver a cidade”	79
Figura 16: Gráfico sobre oportunidades de “viver a cidade”	81
Figura 17: Gráfico com base na pergunta: “Você já presenciou ou vivenciou situações	83
Figura 18: Gráfico com base na pergunta: Se sim, qual(is) tipo(s) de violência(s)?	83
Figura 19: Gráficos sobre vivências e percepções de violências	84
Figura 20: Gráficos sobre os tipos de violência – Entrevistas e questionários.	84
Figura 21: Gráficos com informações de identificação das participantes – Questionários.	91
Figura 22: Gráficos com dados socioeconômicos das participantes – Questionários.	92
Figura 23: Gráfico sobre as condições dos bairros e quadras a participação das moradoras do DF.	94
Figura 24: Gráfico sobre a percepção de segurança na cidade das moradoras do DF.	94
Figura 25: Gráfico sobre a percepção de insegurança na realização de trajetos na mesma RA.	95
Figura 26: Gráfico sobre os horários e trajetos realizados nas RAs onde moram.	95
Figura 27: Gráfico sobre a percepção de insegurança nos horários e trajetos nas RAs onde moram.	96
Figura 28: Gráfico sobre os horários e trajetos realizados entre RAs.	97
Figura 29: Gráfico sobre a percepção de insegurança nos horários e trajetos entre RAs.	97
Figura 30: Gráfico sobre a percepção de insegurança na realização de trajetos na mesma RA.	97

Figura 31: Gráfico sobre lugares e estruturas onde as mulheres se sentem mais inseguras nas RAs.	
.....	99
Figura 32: Fotografias de alguns lugares e estruturas onde as mulheres se sentem mais inseguras nas RAs.....	100
Figura 33: Gráfico sobre lugares e estruturas onde as mulheres são mais vulneráveis nas RAs.....	101
Figura 34: Gráfico da escala de segurança – Método de Escala de Likert (1932).....	102

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	4
OBJETIVOS	8
Objetivo geral.....	8
Objetivos específicos	8
JUSTIFICATIVA.....	9
METODOLOGIA	14
CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIO USADO, INTERSECCIONALIDADE DAS DESIGUALDADES: RAÍZES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO.....	20
1.1 Os usos do território na construção de identidades e desigualdades no espaço urbano.....	21
1.2 Notas sobre a construção da categoria gênero através do movimento feminista.....	25
1.3 A temática de gênero e seu desdobramento na geografia feminista	30
1.4 Do corpo ao território, do planejamento ao gênero	34
1.4.1 <i>Do corpo ao território: questionamento metódico</i>	34
1.4.2 <i>Do planejamento ao gênero: entendendo o corpo feminino nas cidades</i>	38
CAPÍTULO 2 – USOS DO TERRITÓRIO NO DISTRITO FEDERAL E LOCALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES: CARTOGRAFIA DE CONVERGÊNCIAS.....	42
2.1 Usos do território: matriz das desigualdades e caracterização do Distrito Federal	43
2.2 Construção de Brasília: processo histórico e implicações socioterritoriais	48
2.2.1 <i>Planejamento urbano: da racionalidade técnica à inclusão dos usos do território</i>	52
2.3 Cartografia crítica das desigualdades socioterritoriais e de gênero	54
2.3.1 <i>Do território mapeado ao território vivido - percepções a partir da população do Distrito Federal</i>	65
CAPÍTULO 3 - DA CIDADE PLANEJADA À CIDADE DO MEDO: ESTRUTURAS E LUGARES FACILITADORES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	75
3.1 Violência refletida em vivências no espaço público: o contraste entre gêneros no Distrito Federal.....	76
3.1.1 <i>O medo como elemento estruturante na realidade espacial das mulheres</i>	85
3.2 Estruturas e locais facilitadores da violência contra mulher no espaço público do DF.....	90
CAPÍTULO 4 – CIDADES FEMINISTAS: O PLANEJAMENTO URBANO POSSÍVEL COMO UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA UMA CIDADE MAIS SEGURA	104
4.1 Acionando o <i>Planejamento Urbano Possível</i> para pensar o planejamento das cidades do Distrito Federal.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
ANEXOS	126
ANEXO 1	126

ANEXO 2.....134

RESUMO

A urbanização no Brasil foi moldada por um poder hegemônico e desigual, cujo impacto ainda pode ser percebido nos dias atuais pelo território das cidades. O planejamento indutor desse processo seguiu técnicas e ideologias que garantiram a manutenção de uma classe dominante, composta por determinada raça e gênero, que não corresponde às populações mais empobrecidas, aos negros ou às mulheres. Nesse contexto permeado por marcas de desigualdades socioterritoriais, as mulheres frequentemente têm suas necessidades e dificuldades invisibilizadas. Ainda assim, seus corpos muitas vezes são considerados apenas como uma extensão do espaço, do território, sendo objetos de apropriação e objetificação, sem o devido reconhecimento de seus direitos de existir e de serem sujeitos da cidade. O objetivo central desta pesquisa foi o de analisar de que maneira os usos contraditórios do território e as consequentes desigualdades socioterritoriais e de gênero influenciam as experiências do corpo feminino no espaço público das Regiões Administrativas do Distrito Federal, contribuindo para a ocorrência de violências de gênero. Para isso, foram utilizadas metodologias como revisão bibliográfica, levantamento de dados, pesquisa documental, questionários e entrevistas semiestruturadas, visando mapear e analisar as dinâmicas sociais que colocam as mulheres em posições de vulnerabilidade nas cidades. Portanto, a apresentação e reflexão sobre esse contexto proporcionou o reforço da necessidade de considerarem as mulheres no planejamento urbano, sendo esse interesse a ideia central da teoria/metodologia inerente à proposta do *Planejamento Urbano Possível* (PUP).

Palavras-chave: Gênero; planejamento urbano possível; interseccionalidade; violência; espaço público; desigualdades socioterritoriais.

ABSTRACT

Urbanization in Brazil was shaped by a hegemonic and unequal power, whose impact can still be perceived today in the territory of cities. The planning that induced this process followed techniques and ideologies that ensured the maintenance of a dominant class, composed of a specific race and gender, which does not correspond to the poorest populations, to Black people, or to women. In this context permeated by marks of socio-territorial inequalities, women frequently have their needs and difficulties made invisible. Even so, their bodies are often considered only as an extension of space, of territory, being objects of appropriation and objectification, without due recognition of their rights to exist and to be subjects of the city. The central objective of this research was to analyze how the contradictory uses of territory and the consequent socio-territorial and gender inequalities influence the experiences of the female body in the public space of the Administrative Regions of the Federal District, contributing to the occurrence of gender-based violence. To this end, methodologies such as literature review, data collection, documentary research, questionnaires, and semi-structured interviews were used, aiming to map and analyze the social dynamics that place women in vulnerable positions in cities. Therefore, the presentation and reflection on this context reinforced the need to consider women in urban planning, this interest being the central idea of the theory/methodology inherent in the Possible Urban Planning (PUP) proposal.

Keywords: Gender; possible urban planning; intersectionality; violence; public space; socio-territorial inequalities.

APRESENTAÇÃO

Antes de qualquer apresentação formal sobre o caminho trilhado até este momento de concretização da dissertação, gostaria de me apresentar de modo pessoal. Falar de quem sou é algo indissociável da pesquisadora que estou me tornando. Ao fazê-lo, acredito o/a leitor/a conseguirá entender o porquê desta pesquisa, que antes de qualquer experiência empírica, a existência do meu próprio corpo e a percepção dele sobre o mundo foi, e é, a maior justificativa para que tudo isso acontecesse.

Me chamo Gisele, mulher cisgênero, branca, filha única de um casal de comerciantes Maria e Gilmar. Neta de trabalhadores rurais – Inucência e Bibiano, Noêmia e Manoel –, e neta de coração de Raimunda, costureira de mão cheia. Professora, pesquisadora, filha, neta, sobrinha, esposa, “tia”, cunhada, nora, madrinha, prima e amiga. Esses títulos refletem as relações e os vários laços que constituí na trajetória que firmo até aqui, fazem parte de quem sou e de onde estou.

Nasci em Diadema (SP), mas costumo dizer que sou o resultado vivo da migração nordeste-sudeste. Vivi em São Paulo até os 4 anos de vida e depois nos mudamos para Cabeceiras (GO), onde morei até os 19 anos. Criada sob a base de uma cultura nordestina forte, cresci com hábitos que constantemente me reconectam a esse lugar ao qual pertenço de coração.

Desde cedo, busquei independência financeira. Comecei a trabalhar aos 13 anos como manicure e pedicure. Sempre me dediquei à escola, mas nunca me imaginei trilhando um futuro além de casar, ter filhos e ter “alguma rendinha” para não depender do marido – conselho que minha mãe sempre me dava. No meu Ensino Médio, não tive tanto estímulo para o ensino superior, o que refletiu na falta de interesse em prestar vestibular ao final 2011. Fiz o ENEM sem entender seu funcionamento, o que me impossibilitou entrar na universidade naquele momento.

No ano de 2012, longe dos estudos, gerou um incômodo. Ao ver pessoas próximas cursando a graduação, questionei: “porque eu não?”. Comecei a me preparar para o ENEM e para o vestibular, decidida a ingressar em uma instituição pública, pois os meus pais não podiam pagar as mensalidades. Inicialmente, não queria ser professora, mas como a única universidade pública era a UEG (Universidade Estadual de Goiás) e as opções eram licenciaturas, as escolhas eram restritas. Fui aprovada em Geografia na UEG e conquistei uma bolsa integral para Pedagogia via ProUni. Optei pela primeira opção.

Em 2013, ingressei na Universidade com o pensamento de obter o nível superior para prestar concursos – de preferência, fora da educação. No primeiro ano do curso, casei-me e mudei para Formosa (GO). Ali começou um novo desafio: conciliar trabalho, estudo e as tarefas domésticas. Entre 2013 e 2016, enfrentei dificuldades financeiras, desgaste físico, mental e ansiedade, mas a vontade de concluir a formação era imensa.

Durante a graduação, envolvi-me em diversas atividades: participei do Centro Acadêmico de Geografia – CAGEO, fui bolsista do PIBIC/CNPq, participei de eventos como ouvinte, participante e também como organizadora, podendo destacar o EREGEO 2014 e em 2016, o Seminário de Educação Geográfica na UFPB em 2015, do III Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão em 2016, XI, X e XI Semana de Geografia da UEG em três anos consecutivos na organização 2013, 2014, 2015, do II Seminário de Ensino e Pesquisa e Extensão da UEG – SEPEX em 2014, I Colóquio de Discussões Políticas em 2013 e no I Seminário Interno de Didática e Prática de Ensino em Geografia: Perspectivas crítico-reflexivas na formação de professores de Geografia da UEG Formosa em 2015.

Estive envolvida em pesquisas ligadas sobre o Ensino de Geografia e Geografia Agrária, participando de projetos como o Projeto Luzes e do projeto Dicotomias e Territórios em Disputa no Fechamento de escolas no Campo do Estado de Goiás, o que resultou em publicação de artigos e capítulos de livros. Ao final da graduação, tornei-me membro do Grupo Estudo e Pesquisa do Espaço Rural (GEPER).

Ao concluir o curso, algo ficou latente, havia me encontrado na docência. Em 2016, prestei concurso e processo seletivo para o contrato temporário da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Embora não tenha passado de imediato no concurso, em 2017 iniciei minha carreira como professora de Geografia da Educação Básica. Minha orientadora, Profa. Dra. Francilane Eulália – por quem nutro carinho e gratidão –, incentivou-me a iniciar o mestrado, mas eu estava convicta de que só daria esse passo após conseguir a estabilidade financeira de um cargo efetivo.

Entre 2017 e 2020, foquei no trabalho, fiz outra graduação em Pedagogia, fiz pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, mudei de cidade e atuei na Educação Especial. Nesse período também fui empreendedora, mas algumas coisas não deram certo e decidi retornar a Formosa e a lecionar na rede pública do Distrito Federal como professora temporária. Foi então que me inscrevi na pós-graduação em Educação para a cidadania pelo Instituto Federal de Goiás.

Esse período, embora difícil devido à pandemia, foi a “virada de chave”. O contato com debates sobre gênero permitiu-me entender, nomear e reconhecer minhas próprias experiências e dores enquanto mulher. Enxerguei ali um campo onde eu teria voz. Refletindo sobre minha trajetória na Geografia, questioneei a ausência desses estudos na ciência geográfica, o que resultou no meu Trabalho de Conclusão de Curso defendido em janeiro de 2022, intitulado: *Geografia feminista: o lugar dos estudos de gênero no Projeto Pedagógico de curso de licenciatura em Geografia (UEG)*.

Após ser aprovada nos concursos da Secretaria de Educação do Estado de Goiás em Geografia e na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal em Pedagogia, decidi que era hora do mestrado. Ingressei em 2024. Meu projeto, desde o início, esteve ancorado no interesse de realizar uma investigação sobre as violências de gênero e cidades. Sob a orientação do Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa, integrei-me ao Grupo de Estudos sobre Cidades e Patrimonialização na América

Latina e Caribe, o GECIPA/UnB/CNPq, fundado e coordenado pelo professor Everaldo Batista da Costa, há 16 anos. Depois de ingressar no grupo, tornei-me membro da Comissão Editorial Executiva da PatryTer - Revista Latino-americana e Caribenha de Geografia e Humanidades, também fundada e editada pelo professor Everaldo Costa.

Essas oportunidades foram fundamentais para o percurso que trilhei no decorrer desta pesquisa (2024-2026). Participei de eventos como o XXXV Colóquio Temático de Geografia da UnB: Los usos del territorio y el paisaje-memoria en América Latina y el Caribe. Homenaje a Estrellita García Fernández (Cuba y México); XXXVI Colóquio Temático de Geografia da UnB: Território usado, categoria de análise social. De Milton Santos a Maria Adélia A. de Souza; II Seminário Cidade, Território e Memória na América Latina e Caribe. Fui bolsista no último semestre pelo CNPq e sigo em andamento com a escrita de um capítulo para um livro que será lançado pela Editora Consequência, editado pelo professor Everaldo, além de artigos resultantes desta pesquisa.

Hoje, concluo esta fase complexa que não foi somente teórica. Minha realidade e experiências se alinham à de muitas mulheres, provando que nossa luta não é individual. Esta pesquisa nunca esteve distante de mim, ela esteve inscrita em meu corpo. Durante a minha vida, assim como, no trabalho de campo realizado nesta pesquisa, vivenciei as narrativas que estudei: a insegurança, o medo, a violência. Enfrentei rotinas exaustivas entre o trabalho, a casa e os estudos e pensei por muitas vezes que não seria possível concluir. No entanto, o que vivenciei nestes dois anos, me mostrou que todo esse processo faz parte da construção da mulher estou me tornando.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização que se concretizou na organização em que se assenta a sociedade brasileira atual é marcado por um crescimento acelerado e desordenado das cidades, também pelo enaltecimento da técnica e do capital em detrimento dos aspectos humanos. Analisando a partir das cidades, observa-se que novas demandas sociais se apresentam em detrimento do momento atual em que a complexidade, diversidade e a totalidade implicam diretamente nos modos de vida (Souza, M., 2019). Esse contexto apresenta evidências de desafios sociais, econômicos e territoriais.

No Brasil, o fenômeno da urbanização e dos diferentes usos do território são acompanhados de profundas desigualdades, que se manifestam de maneira acentuada nas relações sociais, raciais e de gênero. “Os usos do território [...] diante das novas possibilidades dadas pelas técnicas e tecnologias [...], fazem aparecer no mundo novas formas de realização e manifestação dos processos políticos e culturais” (Souza, M., 2019, p. 7). Nesse contexto, a violência contra as mulheres nos espaços públicos insurge como uma questão que demanda uma análise das dinâmicas urbanas, territoriais e das estruturas de poder que as sustentam.

O tema central deste trabalho está pautado na análise do espaço urbano frente às relações de gênero no Brasil. Especificamente, trata a relação entre desigualdades, os usos do território e as principais formas de violência contra as mulheres no país. Verifica-se a existência de uma complexidade presente nas relações entre as desigualdades socioterritoriais e de gênero e que podem permitir ou reforçar a ocorrência de violência contra as mulheres, notadamente, no espaço público das cidades. Isso pois, as mulheres frequentemente estão sujeitas a barreiras adicionais que restringem seu acesso a espaços públicos seguros e inclusivos, o que torna a experiência de violência e assédio ainda mais frequentes devido ao planejamento urbano que abstrai ou desconsidera as necessidades específicas das mulheres (Kern, 2021), ou abstrai os sujeitos em carne e osso, em nome de um racionalismo técnico ou razão instrumental (Costa, 2021).

A violência contra as mulheres nos espaços públicos não é apenas uma questão relacionada à segurança, mas também reflete relações desiguais de poder arraigadas na sociedade, onde normas patriarcais e estereótipos de gênero ajudam a silenciar ou tendem a apagar as mulheres, suas necessidades e experiências urbanas. Esse apontamento das mazelas e violências sofridas pelas mulheres manifestam de diversas formas a profundidade do enraizamento das desigualdades presentes nas estruturas sociais, econômicas e culturais que moldam a vida urbana espacializada.

Nesse sentido, análises por meio das geografias feministas serão realizadas com o intuito de promover a compreensão e considerar as discussões de gênero face às dinâmicas espaciais urbanas, dando visibilidades às mulheres. A geografia feminista considera as vozes e as necessidades das mulheres no planejamento urbano, propondo que a cidade deve ser projetada de maneira a garantir a

¹ De acordo com a Constituição Federal de 1988, é vedado a divisão do Distrito Federal em municípios, essa organização de acordo com a Lei Orgânica, tem como objetivo a “descentralização administrativa, a utilização racional de recursos para o desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida.”. Dessa forma, o DF é dividido em 35 Regiões Administrativas (RA’s), atualmente. Essas Regiões Administrativas, inicialmente, foram criadas a partir da Lei 4.545 de 1964, e compreendem as áreas urbanas, áreas de expansão urbana e áreas rurais a serem fixadas por decreto. Assim, nesse trabalho, ao tratar-se de cidades do Distrito Federal, falaremos das Regiões Administrativas e vice-versa, seguindo uma proposta do Projeto Memória da Secretaria de coordenação das administrações regionais do Governo do Distrito Federal.

Frente a esse objetivo e a problemática encontrada, a **hipótese** desta pesquisa é de que os *usos desiguais do território e as desigualdades socioterritoriais, de gênero e raciais tornam o copo das mulheres um alvo vulnerável, fazendo com que a violência contra elas aumente dadas as dinâmicas de poder e as limitações de acesso ao espaço público*. Destarte, a pesquisa propõe uma tentativa de pensar em um planejamento urbano humanitário, que não negue a técnica nem a estrutura, mas que coloque o sujeito no centro do debate territorial, como propõe Everaldo Costa.

Essa prerrogativa, tensionada por questões de gênero, permitiu uma discussão sobre a possibilidade de aplicação do que Costa (2021) trata por *planejamento urbano possível* no contexto latinoamericano, considerando, principalmente e neste mestrado, as disparidades entre as cidades do Distrito Federal, visando contribuir para mitigar a violência e promover uma maior equidade socioterritorial, como determina Costa (2021).

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa se fundamentou em uma abordagem metodológica dialética atravessada pela ótica existencialista, que permitiu uma compreensão dinâmica, crítica e subjetiva-perceptiva do objeto de estudo em construção, diálogo de métodos, como indicam Costa e Suzuki (2012), Scarlato e Costa (2017), Costa e Scarlato (2019), Costa (2021) e Serpa (2007). Como metodologia foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais, com levantamento de dados e revisão de literatura existentes sobre usos do território, interseccionalidade, feminismo e planejamento urbano, buscando integrar diferentes perspectivas teóricas.

Ainda sobre as metodologias, realizou-se observações empíricas, questionários e entrevistas semiestruturadas. No que tange aos questionários realizados de forma remota, o público amostral foi constituído exclusivamente mulheres que vivenciam a realidade urbana do Distrito Federal. Já as entrevistas, metodologia realizada com o intuito de ampliar verificações obtidas nos questionários e expandir a compreensão sobre os usos do território nas Regiões Administrativas, contaram com a participação de homens e mulheres moradores do DF.

A partir deles foi identificado espaços facilitadores da violência e uma escala de segurança para entender a intensidade desse sentimento ao utilizar esses locais e estruturas. Essas técnicas captaram experiências e percepções das entrevistadas sobre a violência de gênero e as desigualdades socioterritoriais, o que proporcionou uma visão mais rica e contextualizada das questões em pauta. Nessa proposta, foi utilizada a cartografia como forma de criar uma sobreposição sobre as desigualdades e violências entendendo as convergências e localização desses fenômenos.

Em vista disso, esta pesquisa se justifica a partir do próprio corpo e existência de quem escreve. Esse trabalho foi inspirado a partir das experiências particulares e de outras mulheres, considerando ainda estudos em formações anteriores, diálogos formais no meio acadêmico ou informais com amigas e familiares, o que possibilitou constatar que questões como as violências contra a mulher, principalmente no espaço público, não são apenas notícias nas mídias, mas possuem

rostos, vozes e nomes bem próximos.

O estudo de caso sobre as cidades do Distrito Federal permitiu analisar as experiências vividas por mulheres em relação aos espaços públicos. A pesquisa identificou que as desigualdades socioterritoriais desconsideram a vida concreta dos sujeitos, ou seja, das mulheres, que ocupam, produzem e se reproduzem no território, assim como a cultura, o imaginário e a existência das mesmas.

A partir dessa pesquisa, espera-se contribuir para a construção de um planejamento urbano que não apenas reconheça, mas também valorize a diversidade e a complexidade das experiências femininas no espaço público, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e práticas de planejamento que promovam a equidade socioterritorial e a segurança. Assim, a pesquisa se propôs a ser um meio de reflexão para a ação, onde as vozes das mulheres possam ser ouvidas e consideradas na construção do futuro das cidades.

Para isso, o trabalho foi guiado por conceitos importantes no âmbito geográfico, que estruturam o pensamento e a organização dos capítulos, sendo eles o território usado (Santos, 1998, 2007; Santos & Silveira, 2006; Fernandes, 2005; Souza, 2005; Souza, 2013), desigualdades socioterritoriais (Souza, 1998, 2019; Theodoro, 2022), interseccionalidade (Collins, 2017; Akotirene, 2019; Alves, 2019), espaço público (Serpa, 2007; Gomes, 2018), corpo e gênero – violências e desigualdades – (Scott, 1995; Calió, 1991, 1997; Silva, 2009, 2010; Saffioti, 2015; Peccini, 2020; Kern, 2021) e *planejamento urbano possível* (Costa, 2021), buscando entender as implicações dessas conexões para a vida das mulheres no espaço público. Do mesmo modo, contextualizou-se e descreveu no decorrer da pesquisa o objeto de estudo e apresentou os dados coletados e as possibilidades e estratégias para se pensar um *planejamento urbano possível*.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar de que maneira os usos contraditórios do território e as consequentes desigualdades socioterritoriais e de gênero influenciam as experiências do corpo feminino no espaço público das Regiões Administrativas do Distrito Federal, contribuindo para a ocorrência de violências de gênero.

Objetivos específicos

- Compreender as conexões entre os usos do território, o planejamento urbano e as desigualdades socioterritoriais a partir da articulação com os estudos de gênero e de uma perspectiva interseccional, a fim de entender como essas dinâmicas interagem e afetam as experiências das mulheres no espaço público das cidades.
- Investigar a localização das desigualdades socioterritoriais e de gênero através do levantamento de dados e mapeamento dos diferentes usos do território, assim como das ocorrências de violências de gênero no espaço público das RA's do Distrito Federal.
- Identificar e categorizar estruturas, monumentos ou lugares específicos dos espaços públicos das cidades do DF que possam ser considerados facilitadores da violência contra a mulher, configurando a cidade como um território do medo, através da criação de uma escala de segurança.
- Analisar criticamente o atual modelo de planejamento urbano do DF e suas implicações nas violências de gênero, destacando as lacunas e desafios existente, buscando variáveis e diretrizes para um *planejamento urbano possível* (Costa, 2021) como uma proposta metodológica de ações e estratégias para mitigar as violências contra as mulheres no espaço público.

JUSTIFICATIVA

A atual sociedade estruturada pelo mundo ocidental está alicerçada em um processo histórico marcado por desigualdades derivadas das relações de poder reforçadas pelo sistema econômico vigente. Essas relações se reproduzem no território, contribuindo para a manutenção de condições que favorecem tanto a reprodução dessas estruturas quanto a vida social, frequentemente marcadas por diferenças. É importante destacar que esse processo que caracteriza a modernidade ocorreu de forma simultânea às épocas da escravidão e da colonização, estando também associado ao desenvolvimento industrial e ao sistema capitalista, caracterizada também pelas disparidades regionais no mundo (Oyêwúmi, 2020). Essas observações podem ser comprovadas claramente nas diferentes formas de utilização do território, na consolidação de um determinado ordenamento territorial e nas relações e apropriações de oportunidades e direitos que se divergem para determinados indivíduos.

A presente dissertação se justifica pela urgência de abordar as desigualdades socioterritoriais e violências que permeiam a sociedade brasileira no contexto urbano, principalmente no que tange à violência contra as mulheres no espaço público. Essa desigualdade se manifesta em diversas nuances, todas elas acarretando, de algum modo ou grau, a violação dos direitos de existir, ser e viver para certos indivíduos. Entender a atual sociedade como desigual é compreender que, para além de uma disputa e uma consequência permeada por questões de teor econômico, existe uma decisão ideológica e política que opera a conservação e uma certa naturalização dessas desigualdades, que não ocorrem de maneiras isoladas, mas que se interseccionam (Theodoro 2022).

Partindo desse pressuposto e considerando que as análises realizadas serão o recorte de “um momento do movimento e da transformação que ocorre no espaço total” (Costa & Scarlato, 2019, p. 644), o território usado (categoria proposta por Milton Santos) será a base do entendimento das desigualdades socioterritoriais enquanto fato concreto do processo de urbanização no Brasil.

Na perspectiva do território usado, historicizado, pode-se compreender a configuração das cidades, do espaço urbano, como um lócus das desigualdades socioterritoriais, que para além de um espaço delimitado por relações de poder, ou puramente material, com as barreiras materiais, é um espaço que se estabelece através das relações e conflitos, ou seja, se apresenta como “uma relação social diretamente espacializada” (Souza, 2013).

Assim, a cidade, o espaço público são as dimensões históricas, materiais e humanas, sendo reconhecidas como um produto concreto das necessidades e das relações da sociedade com o meio. A sociedade do mesmo modo em que produz a cidade, produz a sua própria existência. Nesse contexto, é possível ler as contradições das relações e conflitos atuais, sobretudo a partir do entendimento de que o processo de urbanização no Brasil foi delineado pela incoerência entre a

acumulação de riqueza e a acumulação da miséria. Desse modo, houve o delineamento do acesso a recursos e oportunidades a partir das condições e contradições do capital e da dinâmica do processo produtivo (Carlos, 2013).

O contexto brasileiro é o de um país injusto e precário no quesito distribuição de riquezas. Um país que à luz das discussões sobre desigualdade, se apresenta em um cenário contraditório, isso pois, ao motivo que se encontra entre as maiores economias do mundo, sendo considerado o país mais rico da América Latina de acordo com relatórios emitidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), se encontra também como uma das nações mais desiguais, com níveis significativos de pobreza, ou melhor, de empobrecimento, tendo em 2023 de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual, o índice de Gini de 0,518. É interessante, nesse contexto, considerar que estando entre as maiores economias, o Brasil é o único que apresenta a maioria da população negra (Theodoro, 2022).

É válido destacar que, ao abordar o conceito de pobreza nesta pesquisa, parte-se do entendimento realizado por Lemos, Costa & Alvarado (2022) em que é vista como um fenômeno espacial em movimento, sendo o empobrecimento um processo histórico. O cuidado ao tratar desse conceito, segundo tais autores, parte de uma busca por romper com uma visão tradicional e contrargumenta com o prevaletimento do fator econômico, que coloca a pobreza em uma condição estática, em que priva o sujeito e o congela em uma vida pautada na escassez, não o reconhecendo como sujeito de cultura e conhecimento, esquecendo-se da capacidade de agência e re-existência dos indivíduos em suas realidades (Lemos, Costa & Alvarado, 2022).

Nesse contexto, constata-se que o motivo dessa contradição e das desigualdades que se encontram na base da história desse país, ou seja, na sua própria criação, tem ascendências nas disputas de poder dentro do processo colonial (Theodoro, 2022). Destaca-se que essa ascendência ainda influencia as estruturas sociais, políticas e econômicas, mesmo após o fim formal, a partir de uma “colonialidade do poder” que controla e opera em várias dimensões, perpetuando desigualdades e estigmas, especialmente entre comunidades indígenas e afrodescendentes na América Latina (Costa, Maluly & Rúbio, 2024).

Para além de um processo econômico desigual e injusto na construção do território e das relações, o Brasil tem em sua base uma origem ligada também a questão racial. O período de escravidão no Brasil sustentou o racismo e o consolidou como ideologia de valores que diferencia e hierarquiza os indivíduos, sendo o mesmo na atualidade, um fator de organização e estruturação das relações sociais no país (Theodoro, 2022). “É sob essa valoração que a sociedade brasileira se organiza e opera – e é nela que se baseia o reconhecimento social do indivíduo, historicamente construído e que explica a perpetuação da desigualdade” (Theodoro, 2022, p. 12).

Desse modo, a partir do que foi exposto, assim como de um breve levantamento de dados em sites como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Atlas do Desenvolvimento Humano – ADH, o da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, é possível constatar que há uma convergência, uma interação entre dados econômicos, raciais e também de gênero.

Portanto, ter esta perspectiva como premissa, na análise das relações sociais de sexo e a sua conexão com várias dimensões da vida social, é fundamental para uma visão de totalidade para compreendermos as diversas formas como o espaço urbano se expressa. E, esta visão relacional e interseccional, ajuda-nos a romper com um ponto de vista que hierarquiza os processos de desigualdades e discriminações, uma vez que numa análise de totalidade requer percebê-los como processos dinâmicos que se entrecruzam no bojo da complexidade das relações sociais (Alves, 2019, p. 2).

Essa intersecção demarca as formas de utilização do território e o seu ordenamento, e reafirma que tais discussões não se restringem a uma disparidade puramente econômica, mas sim em um panorama complexo e multifacetado, que envolve ideologias e violências. Para complementar essa abordagem e ser aporte ao que se busca justificar e enaltecer nessa pesquisa, é necessário entender a que ponto o gênero pode ser inserido nas discussões das desigualdades socioterritoriais.

A desigualdade presente na relação entre homens e mulheres, permeiam toda uma construção histórica, que é fundamental para a definição da categoria gênero dentro dos movimentos feministas. A compreensão sobre o conceito de gênero perpassa vários campos científicos, assim como, por vários debates para se afastar de uma definição puramente biológica, binária e alcançar uma categoria complexa e articuladora das relações estabelecidas em vários contextos sociais (Souza, A., 2019). Essa tentativa buscou reivindicar para as mulheres um terreno de definição, de identificação, que amparasse e equiparasse ações.

Avançar nessas discussões sobre gênero permitiu perceber conexões nessa relação desigual pertencentes as construções sociais, econômicas, políticas, culturais e também simbólicas. Assim, gênero se torna uma forma de dar significação às relações de poder principalmente tecidas no Ocidente, permitindo a compreensão das conexões entre as formas diversas e complexas das interações humanas (Scott, 1995).

Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (Scott, 1995, p. 89).

Desse modo, as reflexões que incorporam a perspectiva de gênero são fundamentais para promover uma reestruturação das relações políticas, econômicas e socioterritoriais, sobretudo para a Geografia, visando a construção da igualdade social pelo espaço. Essa abordagem crítica permite questionar e desafiar as normas e estruturas que perpetuam a desigualdade, propondo alternativas que considerem as experiências e necessidades específicas de diferentes grupos, especialmente das mulheres no espaço público.

Embora, como defende Joan Scott (1995), essa busca por igualdade possa ser vista como uma utopia, é precisamente essa aspiração que impulsiona movimentos sociais e políticas públicas em direção à equidade socioterritorial. A inclusão do gênero nas discussões sobre planejamento urbano e desenvolvimento social não apenas enriquece o debate, mas também contribui para a formulação de estratégias que visem a eliminação das barreiras que limitam o acesso das mulheres a direitos e oportunidades espaciais.

Sob essa ótica, a violência de gênero (conhecida também como a violência contra a mulher) é um acontecimento que se perpetua na história, e está fundamentada nas relações desiguais da sociedade ou mesmo no que aqui é assumido como desigualdades socioterritoriais, em que os papéis de gênero estabelecem uma hierarquia de poder, estruturada para apoiar formas patriarcais e tradicionais que marcam diferenças (Kern, 2021), e torna-se especialmente relevante ao examinarmos contextos específicos, como o do Distrito Federal. O fundamento de tal hierarquia é também territorial ou de base espacial. “Embora a violência de gênero possa ser um denominador comum, outros marcadores de localização social sempre moldam os tipos específicos de violência, assédio e perigo que as mulheres enfrentam” (Kern, 2021, p. 215).

Nesse sentido, a proposta desta dissertação justifica-se, também, pelas vivências e observações cotidianas sobre os obstáculos que mulheres enfrentam na atual sociedade brasileira, em busca de relações e direitos aos usos dos territórios e ocupação do espaço público, de forma igualitária em relação ao gênero e segurança. Como já apontado, o desenvolvimento dessa dissertação objetiva analisar como os usos contraditórios do território e as consequentes desigualdades socioterritoriais e de gênero contribuem para a incidência de violências contra as mulheres no espaço público das Regiões Administrativas do Distrito Federal. O espaço público neste trabalho é um recorte para as análises propostas, haja vista que, dados de pesquisa em território nacional, indicam ser nas ruas, por exemplo, um dos locais em que mulheres se sentem menos respeitadas (DataSenado, 2023).

Destarte, para esta proposta, será válido destacar as discussões incitadas dentro da geografia feminista, que trouxeram à tona invisibilidades presentes sobre as questões de gênero na compreensão e consolidação de territórios e mesmo nos estudos geográficos (Silva, 2009).

Assim, a relação entre os estudos da geografia feminista e a geografia urbana, pelas análises sobre o *planejamento urbano possível* (Costa, 2021), podem impulsionar a desconstrução de um

projeto apenas mercadológico, produtivo, hegemônico, masculino (Kern, 2021) da cidade e, conseqüentemente, trazer uma nova consideração para as análises teórico-metodológicas do referido *planejamento urbano possível*, sobre as desigualdades socioterritoriais e, agora com essa dissertação, dando ênfase às questões de gênero inerentes a ele.

O campo de pesquisa para este trabalho será o Distrito Federal, essa definição se deu a partir de dados levantados, que permitiram obter informações sobre as características econômicas, políticas e estruturais das cidades do Distrito Federal, sobre a população feminina e sobre as violências que sofrem, principalmente durante os usos ou mobilidade pelos espaços públicos, estruturantes de serviços essenciais, econômicos e culturais.

Em resumo, o estudo sobre as Regiões Administrativas do Distrito Federal visa reconhecer as experiências dessas mulheres e a situações de violência no espaço público. Do mesmo modo, serão identificadas as falhas e desigualdades socioterritoriais por meio da vida concreta dos sujeitos que ocupam, produzem e se reproduzem no território e no cotidiano, tendo a cultura, o imaginário e a existência como pontos centrais do *planejamento urbano possível*, do olhar para a cidadania concreta e busca da equidade socioterritorial (Santos, 2007a; Costa, 2021).

METODOLOGIA

As complexidades impressas na dinâmica territorial que afeta o espaço público adentram camadas que perpassam a objetividade e a subjetividade. Tal discussão, com o interesse de interligar essas duas perspectivas estiveram presentes no processo histórico e teórico dos estudos geográficos, percorrendo as análises do objeto e método, se apresentando em muitos momentos como uma impossibilidade na unidade de interesses (Sauer, 1931).

A importação de estudos sociais e humanistas dentro dos estudos geográficos aconteceu a partir do relacionamento com outras ciências que tratavam das humanidades. Podendo ser destacado influências da antropologia e das filosofias do significado, como a fenomenologia, para dispendir atenção ao aspecto imaterial da produção humana no espaço. A dimensão cultural dentro da geografia trilhou por vários caminhos, críticas e renovações, permitindo pensar as múltiplas camadas de significado e relações no espaço, contribuindo com a tangibilidade das ações humanas (Côrrea & Rosendahl, 2011).

Na consideração sobre a objetividade presente nos estudos geográficos, é possível destacar as análises feitas a partir das propostas marxistas, que enfatizaram a importância das relações sociais e das condições materiais na formação do espaço. Os estudos marxistas se pautaram numa busca pelo movimento concebido como real, efetivo e concreto, estabelecendo uma distinção entre a essência e a aparência, entre a ordem da realidade e a ordem do pensamento. Nessa perspectiva, a essência e ordem da realidade são consideradas como primordiais, enquanto a aparência e a ordem do pensamento, aparecem como abordagens que podem ser abstraídas das análises da realidade. Essa ênfase permite uma análise das estruturas sociais e econômicas que moldam o espaço, e ressalta como as relações de produção e as forças produtivas influenciam a organização do território, destacando a concretização dos modos de vida, das produções humanas através do trabalho (Martins & Lavoura, 2018).

Nesse sentido, as impossibilidades que em alguns momentos marcaram a geografia marxista e cultural, e conseqüentemente seus métodos teóricos, o materialismo histórico dialético e a fenomenologia, se deram pela dificuldade que as mesmas tiveram em desenvolver um diálogo mútuo. Partiram de uma mesma premissa, de um ponto ontológico, reconheceram pontos cruciais nas análises uma da outra, como a dialética nas análises culturais, e de modo geral, o entendimento do processo histórico e cultural nas ações humanas ao produzir os meios de subsistência, a vida material, as atividades sociais, a expressão e o modo de vida. No entanto, falharam em sustentar esses debates em suas teorias, resultando em lacunas que limitaram a potencialidade de uma análise integrada (Cosgrove, 1983).

Desse modo, tanto o materialismo, como a fenomenologia apresentam limitações. No entanto, com as múltiplas significações do espaço e das relações, nenhuma precisa ser melhor que a outra. Há uma possibilidade de considerar a dimensão material e imaterial, o presente e o passado, incluir os aspectos que são concebidos, vivenciados, espontâneos ou planejados, que envolvem elementos objetivos ou subjetivos, dando possibilidades de interpretação em termos de significados e relevância para a experiência espacial humana (Côrrea & Rosendahl, 2011).

Santos (2006), em sua obra a “*Natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*”, explora sua preocupação sobre os estudos geográficos a partir apenas de uma base física e material, voltada apenas a uma análise produtiva, ou na busca incessante por delimitar um objeto geográfico. Observa-se que suas ideias permeiam para uma possibilidade de diálogo entre métodos, em que não se fecha em uma única abordagem como sendo instrumento eficaz de análise do espaço. Santos, destaca a necessidade de um sistema de conceitos e categorias que consigam considerar o todo, “como realidade e como processo, como uma situação e como movimento” (Santos, 2006, p. 49).

Nesse sentido, o autor se preocupa com a consideração indissolúvel de sistemas, em que ele destaca como sendo o sistema de objetos e do sistema ações, justificando que,

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. [...] Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (Santos, 2006, p. 39).

Desse modo, a possibilidade analítica que é colocada por Milton Santos (2006) é, antes de qualquer coisa, uma questão de método, ou seja, “da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista. Este não é um dado em si, um dado *a priori*, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída” (Santos, 2006, p. 49).

A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território. Lembremo-nos, porém, de que os resultados da ação humana não dependem unicamente da racionalidade da decisão e da execução. Há, sempre, uma quota de imponderabilidade no resultado, devida, por um lado, à natureza humana e, por outro lado, ao caráter humano do meio (Santos, 2006, p. 60).

Desse modo, o espaço se manifesta por meio das condições que proporciona para a produção, circulação, habitação, comunicação, prática política, expressão de crenças, lazer e como um fator que

contribui para uma condição de vida. Enquanto um meio funcional, ele permite uma avaliação objetiva, mas, como um meio percebido, está sujeito a uma avaliação subjetiva. No entanto, esse mesmo espaço pode ser interpretado tanto como um campo de ações individuais e coletivas quanto como uma realidade percebida. Na verdade, existem interações mútuas entre o que é operacional e o que é percebido. Ambos têm a técnica como sua origem, e, por meio dessa relação, avalia-se uma síntese entre o objetivo e o subjetivo (Santos, 2006).

Portanto, para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa se fundamentará em uma abordagem metodológica dialética e também fenomenológica, a partir de uma análise sobre a existência humana. Desse modo, a junção de dois métodos visa permitir uma compreensão dinâmica, crítica e subjetiva-perceptiva do objeto de estudo. A inspiração para essa junção parte das discussões realizadas nas aulas da disciplina de “Teoria e Método”, assim como, das considerações realizadas no trabalho de Costa & Suzuki (2012), em que os autores integram e argumentam sobre o materialismo histórico e o existencialismo como perspectivas complementares que oferecem análises sobre a realidade, de modo a se apresentarem como uma possibilidade de leitura crítica, relacional e propositiva do próprio planejamento urbano.

Dessa forma, fundamentando-se na ideia de que esta pesquisa considerou o espaço público como um recorte das diversas manifestações dos usos desiguais do território, das desigualdades sociais e das violências, por meio de um diálogo e do cruzamento de métodos, sendo possível repensar a essência e natureza urbana como um fenômeno espacial de dimensões existenciais, como propõe Scarlato & Costa (2017), Costa & Suzuki (2012), Costa (2021). Olhares que direcionam uma percepção tanto objetiva quanto subjetiva do fenômeno e da realidade da cidade. Embora o materialismo dialético ajude a explicar as produções econômicas e suas contradições nas cidades, ele não é suficiente. A essência do urbano reside no ato de construir e habitar, sendo entendida como uma condição que envolve a história e as existências (Scarlato & Costa, 2017).

Desse modo, a junção de dois métodos visa permitir uma compreensão dinâmica, crítica e subjetiva-perceptiva do objeto de estudo, enriquecendo a pesquisa ao proporcionar uma compreensão abrangente das interações entre sujeito e objeto. Enquanto o método fenomenológico busca oferecer uma análise da relação entre sujeito e objeto a partir da descrição e da perspectiva do próprio sujeito, o método dialético, permite compreender como o sujeito molda e é moldado, e simultaneamente, transforma o objeto, demonstrando as contradições e o movimento no objeto pesquisado (Sposito, 2004). Juntas, essas abordagens oferecem uma visão holística, destacando tanto a subjetividade das vivências quanto as dinâmicas objetivas que influenciam essas experiências.

É válido ressaltar que a partir da proposição de um diálogo de método, e a aproximação desse diálogo teórico ao empírico e seguindo o raciocínio de Costa & Scarlato (2019), é possível perceber, vivenciar e compreender as singularidades dos fatos e fenômenos geográficos que são dotados de

territorialidades e são expressas na paisagem, esse diálogo de métodos e o trabalho empírico, permite impulsionar a superação de dicotomias e contradições nos estudos geográficos, conforme os autores.

Assim, tendo o método como o aporte para a instrumentalização da pesquisa, admite-se aqui como metodologia, a pesquisa qualitativa e quantitativa. De acordo com Minayo (1997), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 1997, p. 21-22). No que condiz ao quantitativo “traduz em números as opiniões e informações para serem classificadas e analisadas, utilizam-se técnicas estatísticas” (Rodrigues, 2007, p. 9). Desse modo, o diálogo entre os dois procedimentos visa o enriquecimento das análises, a complementação, haja vista que “as quantificações fortalecem os argumentos e constituem indicadores importantes para análises qualitativas” (Grácio & Garrutti, 2005, p.119).

Como técnicas de pesquisa, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental. Que segundo Lakatos & Marconi (2003), abarca toda a bibliografia já publicada que se refere ao tema, independente se audiovisuais ou escrito, já a pesquisa documental, dispõe de dados dispostos escritos ou não, de fontes como arquivos públicos, particulares e fonte estatísticas.

De tal forma, foi realizada uma revisão das literaturas e documentos existentes relacionados aos conceitos e noções gerais incorporadas na dissertação, que vão do território usado, o corpo-território, as desigualdades socioterritoriais, interseccionalidade, gênero, planejamento urbano e violência, para integrar diferentes perspectivas teóricas. Foi também realizado o levantamento e análise de dados sobre aspectos populacionais, socioeconômicos e de violência contra a mulher. A partir desse levantamento, realizou-se uma sobreposição de dados sobre as desigualdades analisadas por meio da cartografia, com o auxílio do *QGIS* (Quantum Geographic Information System), afim de entender como essas desigualdades convergem para a ocorrência de violências no espaço público e qual é a localização desses fenômenos. É válido enfatizar que a fase bibliográfica foi de suma importância no decorrer da pesquisa, já que propiciou aprofundamento na temática e em suas problemáticas. No que condiz à pesquisa documental, buscou-se arquivos públicos.

Ademais, seguindo a proposta de Lakatos & Marconi (2003), foram também utilizadas como técnicas, a documentação direta com a pesquisa de campo, a partir de observações, e a técnica de observação direta intensiva e extensiva, com questionários e entrevistas semiestruturadas. Os questionários, enquanto técnica da pesquisa de campo, foram aplicados como forma de proporcionar uma dimensão do objeto estudado e, também, da percepção das mulheres sobre suas vivências nos espaços públicos do Distrito Federal.

Os formulários foram aplicados de forma *online* com o auxílio da ferramenta gratuita do *Google Forms*, para amostra inicial de 174 mulheres distribuídas nas Regiões Administrativas do

Distrito Federal. Essa amostra foi definida a partir do método estatístico de amostragem, utilizando-se de uma calculadora amostral *online* (denominada COMENTTO), disponível gratuitamente para calcular a população participante. Considerando a população feminina do DF, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, de aproximadamente 1.474.595 mulheres, utilizou-se para esse cálculo a margem de erro amostral de 5% com o nível de confiança de 90%. É importante destacar que a divulgação dos questionários ocorreu de forma orgânica por meios de comunicação como WhatsApp e email, redes sociais como o Instagram, bem como por meio de planfetação (com material impresso com informações sobre a pesquisa e um QR Code que encaminhava diretamente para o formulário) em movimentos como a Mobilização Nacional Mulheres Vivas – que aconteceu no dia 07 de dezembro de 2025, na torre de TV em Brasília – e durante as pesquisas de campo nas 35 RAs.

Os questionários visaram contemplar a identificação e uma possível categorização a partir da percepção das entrevistadas sobre as estruturas, monumentos e lugares que possam ser considerados facilitadores de violência no espaço público. Do mesmo modo, buscou-se entender como as mulheres percebem esses espaços como seguros ou não para suas experiências na cidade. A partir desses dados, foi confeccionado uma escala de segurança. Para tal, foi utilizado o método da escala de Likert (1932), formulada para mensurar atitudes, padrões e percepções sociais dos participantes.

Para a análise das constatações fomentadas a partir da escala, foi utilizado como ferramenta de tabulação o Excel e como método estatístico de análise, medidas de tendência central (moda) e medidas de dispersão (amplitude), que permitiram selecionar as respostas mais expressivas e com maior aderência. A coleta de dados por meio das entrevistas semiestruturadas, foi realizada em todas as Regiões Administrativas, tendo como amostragem a coleta por saturação. A amostragem por saturação é considerada uma ferramenta conceitual utilizada para “estabelecer ou fechar o tamanho final de uma amostra em estudo, interrompendo a captação de novos componentes” (Fontanella, Ricas & Turato, 2008, p. 17).

Desse modo, esse fechamento amostral é operacionalizado de modo a suspender a inclusão de novos participantes quando se observa que os dados obtidos passaram a apresentar certa repetição, não sendo mais relevante persistir na coleta, pois as informações que novos participantes poderiam fornecer já não acrescentariam ou contribuiriam para o aperfeiçoamento da reflexão teórica (Fontanella, Ricas & Turato, 2008). Nesse sentido, nos campos que foram realizados, ao observar que nas Regiões Administrativas visitadas as informações apresentavam semelhanças e repetições, suspendiam-se as entrevistas naquela localidade para direcionar o esforço a outras RAs.

Por meio das entrevistas foi possível alcançar o quantitativo de 284 pessoas, 224 mulheres e 60 homens. A ideia inicial era confirmar e/ou confrontar as percepções obtidas por meio dos questionários aplicados exclusivamente a mulheres. No entanto, durante a etapa das entrevistas,

visualizou-se nessa metodologia a possibilidade de coletar informações de ambos os gêneros, de modo a possibilitar uma análise de contraste entre percepções que de fato foi possível concretizar.

A elaboração das questões foi realizada entre os meses de abril e maio (Anexo I) de 2025, após a elaboração das questões e a organização em formulário, foram feitos testes com um grupo piloto de 5 mulheres, que auxiliaram na averiguação do tempo de resposta, viabilidade e aplicabilidade das perguntas. Após a validação do questionário, a pesquisa foi submetida ao comitê de ética. Com a aprovação do projeto, o questionário ficou disponível de 20 de novembro de 2025 a 14 de março de 2026.

Verificando as primeiras informações coletadas por meio dos questionários, organizou-se a estrutura das entrevistas (Anexo II) para serem realizadas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal. As pesquisas em campo foram iniciadas em 15 de janeiro de 2026 e finalizadas em 23 de fevereiro de 2026. Para a realização das entrevistas, foi feita uma análise do mapa do Distrito Federal com o auxílio do *Maps* e do aplicativo *Waze* para a organização de um roteiro de cidades a serem visitadas em cada semana. A forma de organização foi pensada a partir da proximidade de cada RA, o que favoreceu a ida a mais de uma RA por dia.

Os participantes abordados para a entrevista tiveram acesso ao teor da pesquisa e ao TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). A escolha dos locais para as abordagens ocorreu a partir da identificação de pontos com maior fluxo de pessoas, como áreas comerciais, pontos de ônibus, postos de saúde, rodoviárias e áreas verdes. A duração das entrevistas variou de 5 a 40 minutos, pois cada participação possibilitou, de modo singular, o aprofundamento das perguntas, bem como a abertura para outros questionamentos dentro do tema. De modo geral, é válido ressaltar que as entrevistas permitiram investigar e tensionar pontos que acabam sendo limitados no questionário.

A partir dos métodos e metodologias propostas, foi possível compreender as singularidades dos fatos e fenômenos geográficos dotados de territorialidades e expressos na paisagem (Costa & Scarlato, 2019). Esse percurso metódico permitiu que os objetivos propostos fossem contemplados, do mesmo modo que viabilizou o entendimento da atual realidade das mulheres no DF e o fortalecimento de reflexões sobre o planejamento urbano, no caminho de um “*planejamento urbano possível*”.

CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIO USADO, INTERSECCIONALIDADE DAS DESIGUALDADES: RAÍZES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O território é um conceito central nas ciências sociais e, notoriamente, na Geografia, representando não apenas um espaço físico, mas também um espaço de relações sociais, econômicas e culturais. É interessante verificar que o conceito de território aparece em muitos estudos, discursos, no entanto, ainda carece de um compromisso real em ser empregado como um conceito estruturante, como um princípio de método ou base para o desenvolvimento de um raciocínio dentro de um sistema lógico e coerente de ideias, ou ainda como uma categoria para análise social (Souza, M., 2019).

Assim, a compreensão do território, principalmente do território usado (Santos, 1998, 2007; Santos e Silveira 2006; Souza, 2013), é fundamental para analisar as desigualdades socioespaciais e mais especificamente as desigualdades socioterritoriais que permeiam a sociedade contemporânea. Do mesmo modo, no contexto proposto para essa pesquisa, as desigualdades socioterritoriais (Souza, 1998, 2005, 2019; Ribeiro, 2015; Theodoro, 2022) serão utilizadas para entender também as desigualdades de gênero e consequentemente, as violações e violências que mulheres sofrem em suas experiências cotidianas no espaço público de cidades brasileiras (Carlos, 2013; Kern, 2021).

Na primeira sessão deste capítulo, o território usado será o enfoque, a partir da compreensão de que ele guarda as interações humanas, as dinâmicas de poder e as expressões culturais, refletindo a complexidade das relações sociais.

1.1 Os usos do território na construção de identidades e desigualdades no espaço urbano

De acordo com Milton Santos (2007b, p.13), “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Essa definição enfatiza a complexidade do território, sendo ele a concretude do espaço geográfico, um espaço de interações sociais e de construção de identidades. A geografia, nesse sentido, torna-se um campo poderoso para revelar as dinâmicas de poder que moldam o uso do território e as desigualdades que dele emergem.

O conceito de território usado é apresentado como sinônimo de espaço geográfico, e também de lugar. Milton Santos (1998), no decorrer de suas obras apresenta o espaço geográfico como uma categoria abstrata, de análise social, um estatuto teórico de uma totalidade dinâmica. Assim, o território usado se apresenta como uma categoria de análise concreta, uma categoria operativa, que se consolida como um espaço historicizado. Ou seja, “[...] o território só existe quando usado, praticado. Ele é a expressão histórica do espaço geográfico por nós entendido como instância social” (Souza, M., 2019, p. 7). Entende-se a partir disso que, o que se produz então, não é o espaço geográfico, mas sim, as diferentes formas de uso do território pelas pessoas e pelo capital.

Daí o entendimento aqui de que o espaço geográfico é uma instancia social, tanto quanto a economia, a cultura e a política, isto é, algo que se impõe a tudo e a todos e, que o território usado seja sua expressão histórica. Então, aquele – o espaço geográfico – é uma instância, um conceito abstrato constituinte central do Método geográfico e seu objeto e, este – o território usado – sua historicização específica, em função das dinâmicas das formações socioespaciais, ou seja, as particularidades que o modo de produção vigente – o capitalista – assume diante dos processos particulares, resultantes das relações sociais de cada formação territorial pela dinâmica da divisão internacional do trabalho (Souza, M., 2019, p. 7).

Nesse contexto, o espaço se transforma em território por meio da apropriação efetiva das populações, marcada pelas práticas sociais, culturais e econômicas cotidianas que conferem significado e identidade ao lugar. Portanto, não se trata da existência do espaço geográfico, mas de uma dimensão espacial da realidade, que requer uma compreensão do mundo fundamentada no espaço como uma produção social e histórica, resultado das dinâmicas vividas e produzidas pelos sujeitos no território.

Compreende-se que o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares, assim, agrega ao conceito de território, como já pontuado anteriormente, a análise do conceito de lugar, haja vista que se considera que é no lugar que se geram e se definem os usos e valores do espaço, através do que Santos (1998) chama de “acontecer solidário”. De acordo com Maria Adélia de Souza (2005), esse lugar do acontecer solidário que é proposto por Santos, pressupõe coexistências, assim como também pressupõe o espaço geográfico.

Considerando isso, é possível compreender então que o território usado é a mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, sendo uma categoria integradora. Portanto, há uma conexão indissociável entre o mundo e o lugar, entre o global e o local, entre uma hierarquia verticalizada (global), e uma horizontalidade contígua ou em rede (local), sendo essa última escala, a local, definida como categoria de existência e coexistência, como real, concreta, palpável e que é influenciada e controlada pelos processos mundiais, “a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território” (Santos, 1998, p. 255). Isto é, com os processos atuais, parte-se de uma noção do território base, através de novas formas, de novos objetos e ações, para um território transnacionalizado.

Tal análise, sobre o entendimento de um território transnacionalizado parte de um contexto que tem como base o processo de globalização. Esse processo frente as transformações no território podem ser entendidas a partir de Santos (2007b), ao modo em que ele busca traçar uma trajetória da relação estabelecida entre o território e o dinheiro. Assim, o autor destaca como o capital, como o material, é imposto sobre a vida e as relações estabelecidas na sociedade, de modo que, o valor do território que já foi atribuído pelo seu próprio uso, a passos que o território era regente frente ao dinheiro, passa a ser então, regido por ele. Houve uma modificação das relações econômicas e com isso há novos recortes que apresentam contradições ao território e seus usos.

Com as várias modificações que ocorreram com o passar do tempo, com a ampliação comercial, do capital, com as modificações das relações sociais e da sociedade com o processo de produção, houve a complexificação do dinheiro. Com o processo de globalização, com a instalação de novas técnicas, informações, que se apresentaram de maneira veloz e fluida, contribuiu-se principalmente para a expansão do capital. Percebe-se desse modo que, a ação do dinheiro no território também se modificou (Santos, 2007b).

A globalização impactou profundamente a configuração dos territórios. A presença de empresas multinacionais e a intensificação das trocas comerciais, de informações geraram transformações significativas nas dinâmicas territoriais. O território usado, visto como um espaço de pertencimento e identidade, passa também a ser considerado como um recurso a ser explorado. Essa mercantilização do espaço resulta em uma desagregação das relações sociais, onde o valor de uso do território é frequentemente subordinado ao valor de troca.

Nesse contexto, em que na atualidade o território escapa a uma regulação somente interna e recebe constantemente influências do capital global, percebe-se uma instabilidade, uma realidade controversa, uma acentuação e aprofundamento das desigualdades socioespaciais, ou seja, uma alteração do funcionamento do território e consequentemente de sua dinâmica. O aspecto demográfico, econômico, político, entre outros aspectos foram alterados (Santos, 1998). Assim, se em tempos anteriores já se tinha uma desigual utilização do território, na atualidade essas desigualdades se intensificaram. Desse modo, várias problemáticas nacionais insurgiram.

Tais problemáticas no território em cenário brasileiro decorrem de mudanças que ocorreram entre as décadas de 40 e 80, períodos esses que o país perpassou por processos industriais e de urbanização. Tudo isso trouxe uma modificação não somente para a economia, mas também para a população, para as relações sociais, trabalhistas, e também na dinâmica territorial, que passou nesse período por um processo marcante, desigual e fragmentado da tecnificação pela globalização (Souza, 1998).

A dinâmica tida muitas vezes como extraordinária das modificações frente a velocidade de inovações desse processo de globalização, integração, inovação, se apresentou também como um paradoxo, principalmente ao Brasil, de modo que, ao ponto que se apresentou fantástico, se revelou como cruel e um sistema agravante da pobreza já existente em território nacional. Essa pobreza é expressa nas diversas consequências e violências desumanas que afetou e ainda afeta a população brasileira, como a fome, a falta de infraestrutura básica, as doenças e epidemias, a falta de acesso à educação e o consequente analfabetismo, a falta de segurança e as diversas violências. Tais consequências não afetam a todos de maneira homogênea, mas sobretudo a parcela mais pobre da população (Souza, 1998).

Um dos aspectos mais relevantes do território como espaço de relações é a sua capacidade de refletir as desigualdades sociais. As cidades, por exemplo, são espaços onde se manifestam as clivagens sociais, econômicas e raciais. A produção de diferenças por meio da falta de acesso a serviços básicos e a exclusão social são fenômenos que evidenciam como o território é moldado por relações de poder. A cidade, portanto, se configura como um microcosmo das tensões sociais, onde as práticas de apropriação e resistência se entrelaçam.

A cidade a partir do novo pragmatismo urbanístico, presente em um processo territorial marcado pelo capital e pelo atual processo de globalização, reforça a concepção do espaço como espaço vazio, que pode ser preenchido por relações, fluxos, objetos, assim nessa concepção observa-se a fragmentação do espaço e o esvaziamento do pleno sentido de habitar uma cidade (Barbosa, 2007b). De tal forma, a ocupação do espaço urbano e a organização das atuais cidades brasileiras, refletem nitidamente essa realidade desigual e essa tendência de esvaziamento do sentido e do direito de habitar. “As atuais cidades brasileiras espelham uma semiapartação. Bairros de classe média e condomínios fechados compõem a cidade oficial, tendo em seu lado favelas, mocambos e periferias que abrigam sobretudo a população negra” (Theodoro, 2022, p. 24).

Há um projeto hegemônico lançado sobre a cidade, projeto esse que acata não somente o plano ideológico, mas também os produtos, as informações, os valores, as práticas, a produção. No momento atual, é possível verificar que as cidades brasileiras estampam a desigualdade que se desenvolveu e marcou o processo histórico da urbanização. “Por um lado, temos centralidades de

riquezas interligadas com as mais dinâmicas economias mundiais e, por outro, morfologias que revelam a plena exploração dos moradores das cidades” (Ribeiro, 2015, p. 173).

Assim, a cidade representa um conjunto de práticas socioespaciais diversas e contraditórias que, em última instância, refletem e revitalizam a intensidade do conflito entre a apropriação social e a propriedade privada. Destaca-se a partir disso que “a propriedade territorial, ao se capitalizar, se transforma em propriedade privada. Isso resultou na raiz da desigualdade brasileira e que, atualmente, se expressa através da generalização da segregação socioespacial” (Ribeiro, 2015, p. 175).

Nesse cenário, a globalização traz à tona novos recortes do território e um funcionamento distinto, conforme Milton Santos (1998) discute. Ele argumenta que, diante desses novos conflitos e relações de produção e vida, é essencial retomar a compreensão do território como um bem comum. Mesmo em meio a processos fragmentadores, é possível criar forças que unam os lugares, tanto vertical quanto horizontalmente, reconstruindo a base da vida e propondo novas formas de produção e consumo. Compreender o território usado é fundamental para entender o presente e vislumbrar o futuro, pensando nos conflitos e desigualdades resultantes de um processo contínuo de transformação e ocupação. A partir do território e dos lugares, pode-se gestar um novo tempo de resistência às adversidades impostas pela globalização.

É necessário refletir nas discussões atuais como o mundo se caracteriza pela produção de perversidades em que as desigualdades socioespaciais estão presentes nos espaços urbanos, expressas pelas ações em torno da natureza dos usos do território (Souza, M., 2019). Desse modo, é preciso olhar para as relações sociais desiguais que se inserem em um contexto territorial, que também é produzido, ocupado, transformado e utilizado a partir dessas disparidades.

É imprescindível, portanto, incorporar à esse debate já posto na ótica miltoniana uma perspectiva interseccional, para desvendar como múltiplas desigualdades socioterritoriais, envolvendo classe, raça, gênero e outras categorias se entrelaçam e potencializam formas específicas de desigualdade e violência, sobretudo nos espaços públicos das cidades. No caso das mulheres, por exemplo, essas intersecções intensificam o processo de vulnerabilização e sua exposição a diferentes formas de violências de gênero no uso do território.

Assim, a próxima seção dedicará atenção ao entendimento de gênero, com o intuito de, no decorrer dessa pesquisa, utilizar esse conceito para tensionar as análises socioterritoriais, a partir dos aportes da geografia feminista e da interseccionalidade, a fim de compreender as desigualdades e suas violentas manifestações no espaço público.

1.2 Notas sobre a construção da categoria gênero através do movimento feminista

O movimento feminista representa um grande marco na forma de ver, pensar e agir no mundo. Esse movimento corroborou com transformações não somente na vida de várias mulheres, mas também de todos aqueles que precisavam denunciar as negligências recebidas por parte da sociedade e também do Estado. O movimento feminista pode ser assim definido como as manifestações de ações coletivas ou isoladas contra qualquer tipo de marginalização ou opressão contra as mulheres e da mesma forma, contra seus direitos (Louro, 1997).

Na metade do século XIX, as reivindicações acerca dos direitos das mulheres passaram a se organizar de forma mais estruturada, com a formação de grupos coletivos, com o estabelecimento de demandas comuns e com o desenvolvimento de fundamentações teóricas que respaldassem as exigências políticas referentes à condição social feminina. O processo histórico do movimento foi dividido, organizado, por algumas autoras em diferentes períodos cronológicos, que ficou posteriormente conhecido como “ondas”. Esses períodos foram marcados por demandas próprias, por pautas que eram discutidas e que se modificavam ao longo do tempo, considerando o contexto histórico, as transformações sociais, os novos desafios, resultando no amadurecimento do movimento (Siqueira, 2015).

O movimento feminista emerge historicamente nos países ocidentais (Inglaterra, Estados Unidos, França, Alemanha). Desse modo, as declarações e o que impulsionou o movimento partiram de necessidades de mulheres brancas, de classe média, que lutaram por questões como o direito ao voto, a estrutura familiar, a igualdade de direitos e oportunidades principalmente no que condizia à inserção no mercado de trabalho e a qualificação profissional. Esse primeiro momento foi reconhecido como primeira onda (Louro, 1997).

A década de 1960, foi marcada por numerosas manifestações contrárias às estruturas tradicionais presentes nas organizações sociais e políticas. Assim, inicia-se o que foi conhecido posteriormente como segunda onda. Nesse período, houve um foco maior com questões teóricas intrínsecas a estruturação do próprio movimento. Diversos estudos e obras foram produzidos como materiais de protestos e conscientização sobre a necessidade de ampliar a mobilização e ampliar também, os espaços de debates. Foi nesse período que o conceito de gênero ganhou força, substituindo o centro do debate que ainda estava em torno da categoria mulher (Louro, 1997).

Durante o período da segunda onda, o movimento feminista empenhou-se em entender e desafiar as relações de poder até então existentes entre homens e mulheres, sendo esse momento principalmente caracterizado pela busca pela liberdade e autonomia feminina (Pinto, 2010), as reivindicações deram ênfase ao direito sobre o próprio corpo, ao prazer e na oposição ao patriarcado (Pedro, 2005).

Sob a influência da segunda onda, e com críticas sobre a universalidade do movimento que estava centrado em discutir e lutar a partir de uma perspectiva, a da mulher branca, surge a terceira onda, com reivindicações sobre a necessidade de contemplar dentro dessa luta e desse movimento as diferentes identidades femininas. Esse período é considerado o mais recente no movimento (Silva, 2009).

A terceira onda tem sido caracterizada pelo esforço de ressignificar as reflexões e teorias do movimento, visando torná-lo menos excludente. De tal forma, durante esse período buscou-se evidenciar as intersecções das diversas realidades presentes no movimento, com a finalidade de desconstruir e reconstruir o conceito de “mulher”, assim como, o conceito de “gênero”. Nessa fase, gênero passou por mudanças em sua formulação e discussão, passando a reconhecer as diferenças, a diversidade e a subjetividade de cada indivíduo nos seus contextos. “As mulheres não são iguais aos homens, na esteira das ideias do feminismo de segunda onda, mas elas tampouco são todas iguais entre si, pois sofrem as consequências da diferença de outros elementos, tais como raça, classe, localidade ou religião” (Siqueira, 2015, p. 337- 338).

No contexto brasileiro, o movimento feminista ocorreu nos mesmos períodos e foi influenciado pelas pautas que ocorriam no exterior. No século XIX, a manifestação da primeira onda ocorreu no país também através do movimento sufragista - a luta pelo direito ao voto -. Esse movimento foi liderado por Bertha Lutz, sendo esse direito alcançado em 1932. Juntamente com esse movimento da primeira onda, ocorreram também no Brasil, movimentos operários como o movimento “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas” (Pinto, 2010).

No momento em que o movimento feminista, em outros países, impulsionava uma luta em prol de uma ação libertária e de afirmação identitária, o Brasil enfrentava a repressão decorrente do regime da Ditadura Militar (1964–1985). Nesse contexto, durante a década de 1970, surgem manifestações feministas que reivindicavam direitos, combatiam a opressão e lutavam pela redemocratização do país. Foi nesse cenário que o feminismo brasileiro estreitou suas relações com o europeu, uma aproximação que contribuiu para a união e o fortalecimento das ações futuras (Pinto, 2010).

Nesse contexto e com a redemocratização que ocorreu no país na década de 1980, o feminismo brasileiro passou por um período de intensa mobilização na defesa dos direitos das mulheres. Nesse momento, surgiram diversos grupos e coletivos espalhados por todas as regiões do país, abordando uma vasta diversidade de temas, como violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, acesso à terra, saúde materno-infantil, combate ao racismo e liberdade sexual (Pinto, 2010).

Muitas dessas organizações passaram a atuar em estreita relação com movimentos populares de mulheres presentes em bairros pobres e favelas, que lutavam por melhorias em educação,

saneamento, moradia e saúde. Essa aproximação foi importante pois o feminismo, originado em camadas médias e intelectualizadas, passou a dialogar e integrar as experiências das classes populares, gerando novas formas de entendimento, discursos e práticas em ambos os contextos (Pinto, 2010).

Já o período conhecido como terceira onda, no Brasil, as pautas caminharam juntamente com as pautas dos demais países. Momento em que a interseccionalidade passa a ser discutido dentro do movimento (Silva, 2009).

É possível constatar que, a partir do movimento feminista, denunciaram-se as desigualdades, mas não somente isso, assinalou o equívoco em assumir a crença de que gênero e sua distinção é derivada de uma característica natural e biológica, ideia essa que justificou os papéis dados a cada indivíduo, estabelecendo padrões de comportamentos e validando a violação de direitos (Connell & Pearse, 2015).

As autoras citadas e pautadas na frase, “não se nasce mulher; torna-se” de Simone de Beauvoir, convidam à reflexão e crítica sobre a naturalização dessa categoria. As autoras, defendem que gênero é uma condição em ativa construção. “As pessoas *constroem a si mesmas* como masculinas ou femininas. Reivindicamos um lugar na ordem de gênero – ou respondemos ao lugar que nos é dado – na maneira como nos conduzimos na vida cotidiana” (Connell & Pearse, 2015, p. 39, Grifos das autoras).

De acordo com Scott (1995), o termo “gênero” foi inicialmente utilizado nos estudos feministas como um substituto para “mulher”, com um enfoque descritivo que buscava criar um novo espaço de discussão, desafiando a noção de mundos femininos e masculinos distintos. Nesse sentido, as discussões sobre gênero se operacionalizaram como uma necessidade dentro da teoria feminista de concretizar uma política de representação e identidade, de modo a dar visibilidade e uma política às mulheres, que tinham suas vidas mal representadas ou na maior parte do tempo, não representadas, inclusive perante a lei ou pela lei (Butler, 2003).

A distinção entre sexo biológico e gênero foi fundamental para o avanço da análise feminista nas ciências sociais, pois permitiu aos estudiosos evidenciar que as relações entre mulheres e homens, assim como os significados simbólicos vinculados às categorias “mulher” e “homem”, são construções sociais, não sendo naturais, imutáveis ou pré-definidas. Nesse contexto, a comparação de dados culturais revelou-se especialmente importante, oferecendo provas empíricas de que as diferenças e relações de gênero variam conforme as culturas e os momentos históricos (Moore, 1997).

Mesmo com os avanços a partir das discussões de gênero, Butler (2003) constantemente chamou atenção sobre como essa política de representação e identidade caminhava por um caminho perigoso, isso pois, noções como “mulheres” e “gênero” buscavam invocar uma solidariedade, uma unidade, e a partir disso, acabava retomando a uma conceituação fixa, imutável. Essa problematização na obra de Butler (2003) reafirma que a ausência de criticidade ao trabalhar com essas noções dentro

da teoria feminista, muitas vezes reforçava aquilo que buscava repudiar, uma estrutura hierarquizante, servindo na verdade como um princípio para o “sexo oposto”.

Para desconstituir e atribuir novas interpretações às categorias corporais, Butler (2003) apresenta uma *teoria performativa* de atos de gênero. Essas práticas visam desafiar as categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade, provocando uma ressignificação promovendo sua expansão além da estrutura binária. É válido ressaltar que, para a realidade que este trabalho propõe analisar, será utilizado essa teoria de Butler (2003) sobre *status performativo*, deste modo, as mulheres aqui analisadas poderão ser mulheres cisgênero, transgênero e não binárias.

Portanto, compreende-se que conceitos como gênero não são fixos, mas sim construídos e transformados por meio dos processos de socialização, das experiências individuais e dos contextos em que as pessoas estão inseridas, o que gera o sentimento de pertencimento a determinados grupos sociais, classes e etnias (Louro, 1997). Além disso, é fundamental ressaltar que “raça, classe e gênero não podem ser pensados isoladamente, pois são categorias inseparáveis” (Ribeiro, 2018, p. 123).

Desse modo, ao olhar para as relações sociais desiguais que se inserem em um contexto territorial, que também é produzido, ocupado, transformado e utilizado a partir dessas disparidades, encontra-se uma perspectiva interseccional. Isso porque as desigualdades que afetam os indivíduos não se apresentam em uma única escala. A interseccionalidade diz respeito à identificação da distinção entre categorias cruzadas, como raça e gênero, que, por exemplo, surgem como eixos de subordinação que, eventualmente, se desvinculam, possuindo algum grau de autonomia, porém, estão interseccionados (Curiel, 2020).

Scott (1995) considera que, para concretizar o conceito de gênero como categoria analítica, defender uma abordagem interseccional não implica que haja entre esses fatos, categorias e termos uma equidade sobre como afetam a vida de cada pessoa, mas sim, alude entender como essas experiências de classe, raça e gênero – e, neste caso específico, as experiências no território – impactam cada indivíduo de maneiras diferentes e particulares, moldando assim sua vida.

Corroborando com o que até aqui foi exposto, a partir das contribuições de Kimberlé Crenshaw, citada por Carla Akotirene (2019), a interseccionalidade é a possibilidade de enxergar a colisão das estruturas e identidades, e consequentemente a sua interação. A tentativa de realizar uma análise interseccional é o esforço de evitar a utilização de uma hierarquização ou comparação das identidades. Em vez de simplesmente evidenciar uma única identidade ou de somar diferentes identidades, a análise interseccional se concentra nas condições estruturais que afetam os corpos e que reconfiguram os significados subjetivos desses corpos, uma vez que essas experiências são moldadas pela interação contínua com estruturas, que são sustentadas por uma matriz de opressão sob a forma de identidade. Além do mais, a identidade não pode se desvincular de nenhuma de suas

características, mesmo que nem todas estejam claramente expressas em um determinado contexto (Akotirene, 2019).

A investigação sobre interseccionalidade permite compreender como diferentes sistemas de opressão se entrelaçam e afetam as experiências das mulheres. Ou seja, a violência serve como um ponto de partida particularmente significativo para a análise dos aspectos teóricos e políticos da interseccionalidade. Sistemas de poder como raça, gênero e classe se entretêm e influenciam as próprias concepções de violência. Essa violência, em suas diversas manifestações, é uma expressão do poder. Quando o sexismo, o racismo, a opressão de classe e a homofobia são aceitos de maneira acrítica nas normas e regulamentos da sociedade, eles se tornam hegemônicos. Nesse contexto, a violência se revela como um espaço repleto de interseccionalidade, onde as interações entre diferentes relações de poder se tornam evidentes (Collins, 2017). A organização e o uso do território podem tanto manter quanto desafiar as dinâmicas de opressão, que impactam diretamente a segurança e a autonomia das mulheres.

Cada indivíduo experimenta simultaneamente múltiplas categorias sociais, como gênero, raça, religião, classe, idade e sexualidade. Essa perspectiva reconhece identidades como fluidas, complexas e em constante construção e desconstrução. É necessário enfatizar, a vivência dos processos identitários é influenciada por contextos espaciais ou territoriais, ou seja, a Geografia exige não perder de vista, no debate do gênero, sua dimensão espacial. Assim, a interseccionalidade é usada como uma abordagem metodológica para articular diferentes categorias sociais e revelar como essas articulações resultam em experiências diversas (Silva, 2010).

Entender a interseccionalidade e suas implicações para a violência contra a mulher, principalmente para essa proposta, nos leva a refletir sobre a questão dos usos do território, sendo este mestrado em geografia. A lógica de ordenamento e usos do território podem tanto manter quanto desafiar as dinâmicas de opressão, que impactam diretamente a segurança e a autonomia das mulheres.

1.3 A temática de gênero e seu desdobramento na geografia feminista

Os estudos de gênero dentro da ciência geográfica e a estruturação de um campo de pesquisa voltado aos estudos feministas, surgem juntamente com os contextos históricos e movimentos sociais. Por conseguinte, Jiménez Rodríguez & Ibarra García (2023, p. 33, tradução nossa) elucidam que, “na perspectiva da epistemologia feminista, pode-se identificar que gênero e ciência são categorias socialmente construídas, resultantes de uma dinâmica complexa de forças cognitivas, emocionais e sociais interligadas”. A geografia, tal como outras disciplinas científicas, é um conhecimento que se constrói vinculado aos contextos histórico-geográficos e aos instrumentos interpretativos disponíveis, incluindo técnicas e teorias. A geografia feminista se desenvolveu principalmente com o desejo de desafiar o saber geográfico reivindicando visibilidade a grupos sociais que por muito tempo foram esquecidos frente a sociedade, assim como frente a uma versão hegemônica da ciência, que dificultou a expressão dos não-brancos, das mulheres e dos que não se encaixavam como heterossexuais (Silva, 2009).

Por um longo período, as presenças espaciais desses grupos ou suas ações concretas não foram reconhecidas como temas apropriados para estudos geográficos. Essa ausência no discurso da geografia pode ser explicada pela naturalização dos discursos dominantes, caracterizados por uma geografia branca, masculina e heterossexual, que não apenas desconsidera essas existências, mas também bloqueia a reflexão sobre a diversidade dos saberes que formam as sociedades e suas múltiplas espacialidades (Silva, 2009).

Baseando-se nesse pressuposto, os estudos geográficos que incorporam novas abordagens analíticas, particularmente aqueles voltados para as questões de gênero, são relativamente recentes. Essas discussões dentro da Geografia surgem como consequência do movimento feminista, especialmente influenciado pela segunda onda ocorrida na década de 1960. Dessa forma, a partir dos anos 1970, geógrafas passaram a refletir sobre o papel da mulher na disciplina e ressaltaram a relevância do estudo de gênero na análise das relações entre espaço, natureza e sociedade. Inicialmente esses estudos tiveram como precursoras geógrafas inglesas e americanas (Silva, 2009).

Segundo a *Women and Geography* (WGSG) (1984), citada por Silva (2009), a partir dessa década, o movimento de geógrafas dentro dos estudos feministas foram três: trazer para o centro das investigações geográficas as mulheres; construir uma disciplina com maior igualdade entre homens e mulheres; desafiar filosofias, metodologias e conceitos que até então se sustentaram em uma hegemonia masculina.

Assim, os trabalhos que foram desenvolvidos até o final de 1970 estiveram relacionados a descrições das desigualdades de gênero a partir de análises que utilizavam como base as diferenças corporais e a categoria mulher. Tais trabalhos apresentaram mapeamento e localização espacial, assim

como a produção estatística dos padrões das atividades femininas nas mais diversas áreas. Mesmo com certa limitação, esses estudos e pesquisas foram de extrema importância para desafiar e abrir caminhos para romper contra uma perspectiva hegemônica e masculina, dando assim maior visibilidade para as mulheres dentro da ciência geográfica (Silva, 2009).

A partir de 1980, novas abordagens foram incorporadas às análises e estudos geográficos e feministas, como a adoção do conceito de gênero. Com essa incorporação, ampliou-se as metodologias e teorias. Gênero passou a ser considerada como uma categoria também capaz de contribuir com as análises a serem realizadas na geografia (Silva, 2009). Destarte, foi possível considerar nos estudos geográficos que “cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada, com primazia dos homens em relação às mulheres” (Silva, 2009, p. 35).

A adoção do conceito de gênero não esteve isolada de outros movimentos e lutas analisadas na Geografia. As geógrafas feministas compreendiam que as questões relacionadas ao gênero, que envolvem dinâmicas de dominação e subordinação, não deveriam ser abordadas de maneira separada, mas sim integradas às lutas de classe. Isso porque a superação dos sistemas de exploração nas sociedades exige enfrentar todas as suas dimensões, incluindo a eliminação de diversas formas de opressão, entre as quais se destaca a opressão das mulheres (Silva, 2009).

Apesar de as geógrafas feministas colocarem as questões de gênero como tema central de suas lutas, críticas feitas por ativistas como Gayatri Spivak e Bell Hooks evidenciaram a exclusão das diferenças e da diversidade presentes dentro do movimento feminista. Como resultado, as geógrafas passaram a relacionar o conceito de gênero com outros, tais como classe, raça, religião e sexualidade, evidenciando a complexidade teórica e das relações envolvidas. Da mesma forma que, na década de 1970, as mulheres brancas reivindicaram espaços teóricos e políticos dominados por homens, as mulheres negras provenientes de países em desenvolvimento passaram a exigir o reconhecimento de suas experiências específicas, especialmente em um contexto de globalização que deveria abarcar a diversidade étnica, racial e sexual (Silva, 2009).

Segundo Silva (2009), as críticas à visão binária do conceito de gênero impulsionaram, a partir da década de 1990, um movimento voltado para a desconstrução dessa concepção, buscando reconhecer a diversidade sem recorrer a generalizações. Essa nova corrente também se manifestou na Geografia, que passou a reivindicar novas formas de pensar e praticar a ciência, com importantes contribuições de Judith Butler para o surgimento de abordagens inovadoras na Geografia Feminista. Essas novas perspectivas passaram a entender a construção das identidades de gênero como instáveis, fundamentadas nos contextos específicos das experiências vividas por cada pessoa, nas constantes reformulações identitárias e também na posição daqueles que produzem e interpretam os discursos científicos.

Ao observar o desenvolvimento histórico da Geografia Feminista, percebe-se os avanços e as contribuições importantes que a incorporação de gênero trouxe para os estudos geográficos e análises espaciais, bem como para a presença das vozes das mulheres na ciência geográfica e para a tentativa consciente de desconstruir esta ciência como uma produção predominantemente masculina, branca e heteronormativa.

Contudo, os estudos feministas e a relevância dessa discussão, passou por dificuldades em serem aceitas dentro da Geografia, isso pois, ainda não foi compreendida como elementos capazes de estruturarem as realidades sociais, espaciais e econômicas. A não aceitação desses estudos foram resultados de uma compreensão de que os estudos de gênero seriam uma reivindicação importante apenas para as mulheres. Da mesma forma que defendiam que suas discussões, produções pertenceriam e deveriam ser feitas apenas por geógrafas (Silva, 2009).

Mesmo diante dessa realidade concreta, nossas imaginações geográficas construídas até então nos limitavam a compreensão das muitas e distintas reivindicações por espaço. Essas experiências localizadas em nosso cotidiano conflitavam com a formação teórica que pautava nossas práticas geográficas. Se as mulheres com as quais tínhamos que negociar as ações políticas espaciais traziam elementos estranhos às nossas teorizações sobre a produção do espaço, teríamos nós, cientistas, a autoridade de dizer que tais elementos não eram passíveis de serem contemplados porque a ciência à qual estávamos afiliados não reconhecia tais aspectos como estruturadores da realidade espacial? Negar a existência espacial dessas mulheres para assegurar o conforto da certeza do saber teórico sobre o espaço não seria consolidar mais uma forma de exclusão? Quais eram as geografias produzidas por elas que traziam elementos tão distintos de nossa tradição epistemológica? (Silva, Ornat & Junior, 2016, p. 15).

A forma como as pesquisadoras e os pesquisadores lidaram com os trabalhos e pesquisas sobre gênero na Geografia, seguiram a lógica de suas formações e experiências profissionais. Essas trajetórias sustentam os posicionamentos e as questões que cada pesquisador e pesquisadora formula para criar possibilidades de compreender e investigar a realidade (Silva, Ornat & Junior, 2016).

Sobre isso, as autoras Monk & Hanson (2016) argumentam que grande parte das pesquisas na Geografia, especialmente na Geografia Humana, foram conduzidas por uma perspectiva sexista, evidenciada pela falta de valorização da vida e das contribuições das mulheres. As autoras ressaltam que o objetivo não é criticar os pesquisadores ou a tradição dos estudos geográficos que ainda fazem parte do meio acadêmico e científico, mas sim promover a discussão e a incorporação da perspectiva feminista nessa ciência.

Mesmo diante dos avanços já alcançados até aqui, a Geografia continua sendo uma ciência que mantém saberes tradicionais e análises predominantes que privilegiem visões masculinas em detrimento das experiências femininas. Isso ocorre porque, em resumo, a maioria dos profissionais da geografia tem sido composta por homens, que estruturam seus problemas de pesquisa alinhados aos seus próprios valores, preocupações e objetivos, os quais refletem suas experiências pessoais. As

mulheres, historicamente, não ocuparam posições de poder ou prestígio social, e os pesquisadores interessados nos que detêm poder reproduzem essa realidade (Monk & Hanson, 2016).

Assim, com base no que foi exposto até o momento e em discussões no decorrer da orientação desse mestrado com o professor Everaldo Costa (2024-2026), ressalta-se a importância de tratar sobre gênero (tema) e suas problemáticas na geografia (sem perder de vista a construção do método), como forma de revisar categorias e contribuir com o avanço dessa ciência. Dessa forma, a interpretação dos usos do território incorporando o lugar das mulheres nas cidades (tema crucial), permite entender as desigualdades e a violência contra a mulher como fato concreto da realidade vivida (fato e tema), à luz do território usado (método e categoria totalizantes, que abarcam todos os *entes*). Além disso, é essencial reconhecer que as construções sociais ao longo da história humana devem levar em conta as ações das mulheres, não tratando-as como simples coadjuvantes das iniciativas masculinas. Uma abordagem sexista, seja na ciência geográfica ou em qualquer outra área, acaba por excluir da análise uma parcela significativa da humanidade.

1.4 Do corpo ao território, do planejamento ao gênero

1.4.1 Do corpo ao território: questionamento metódico

A dominação dos corpos tem sido uma preocupação nas ciências desde o século XVI, influenciando a estruturação dos sistemas sociais. Através da reconstrução do conceito de corpo, são formuladas justificativas para a erradicação de certas práticas e a imposição de outras. Tal compreensão contribui para a dominação de grupos sociais específicos, como a classe trabalhadora, as mulheres e os povos colonizados submetidos (Peccini, 2020).

A ascendência dos corpos é uma emergência ao sistema social, caracterizada pela violência e pela definição de quais corpos são aceitos no domínio, em um cenário de opressão e consolidação de um novo sistema político e econômico. Quando o corpo feminino é percebido socialmente como um corpo público, ele se torna vulnerável e exposto, vivendo um medo que ressoa especificamente nesse espaço público, os corpos femininos são tratados como objeto de controle e dominação (Peccini, 2020).

Silva & Ornat (2016) em seu trabalho intitulado: *Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica*, apresentam uma inquietação sobre o entendimento da relação corpo e espaço, principalmente buscando entender porque o corpo não está inserido como um espaço nos estudos geográficos. Os autores destacam que o corpo pode passar a ser inserido a partir de uma análise de escalas, que permite entender as dinâmicas do micro (do corpo) enquanto espaço ativo. No desenrolar das reflexões, os autores apresentam suas indagações e apresentam as justificativas para se inserir essa abordagem na Geografia. A proposta do trabalho foi revelar as publicações que tratam essa temática e verificar como o mesmo tem sido explorado e apresentado a partir de análises dentro da ciência supracitada. Os autores, apontam algumas constatações, e afirmam que essas abordagens ainda são recentes, principalmente no que tange aos estudos realizados no Brasil, reafirmando as fragilidades dessa discussão.

Essa perspectiva sobre a relação corpo e espaço, surge frente a algumas especificidades iniciadas a partir de uma visão decolonial com autores latino-americanos que refletem sobre as vivências do Sul Global. Essa abordagem adere à compreensão de corpo ao espaço, mas atrela mais especificamente o corpo ao território. Dessa forma, incorpora-se novos contrastes e configurações, e o território passa a ser analisado pela ótica de culturas que o concebem em relação ao corpo humano, conferindo uma dimensão ontológica ao conceito. Corpo e território, passam a ser verificados a partir de uma interconexão, especialmente no contexto latino-americano, destacando a percepção dos indígenas colombianos que veem o território como um espaço de vida que envolve relações sociais e

naturais (Haesbaert, 2020). Ou, ainda, uma perspectiva sobre o histórico condicionamento de corpos (indígenas e afro) e territórios no continente (Costa & Moncada, 2021).

Destarte, abre-se uma possibilidade para se discutir e reconhecer as variadas formas de territorialidades provenientes das experiências diárias e práticas sociais, propondo uma análise que contemple tanto as estruturas macrosociais quanto as dinâmicas micropolíticas, contribuindo para uma discussão da colonialidade do poder e suas consequências em termos de desigualdade de classe, raça e gênero, enfatizando a necessidade de enfatizar as vozes aos grupos considerados minorias. Desse modo, apresenta-se uma nova noção, a de "corpo-território", noção essa que sugere que o corpo pode ser considerado um território, refletindo a complexidade das relações entre os seres humanos e o espaço que habitam, convidando a uma reflexão mais profunda sobre essas inter-relações (Haesbaert, 2020).

Partindo desse pressuposto, Campos & Silva (2020) apresentam um debate sobre o corpo dentro da ciência geográfica, a partir de análises e entrevistas realizadas com mulheres que foram vítimas de violência sexual. Ao realizar essa abordagem, inicialmente, as autoras evidenciam que buscaram entender quais são os espaços do medo para essas mulheres, ou como colocado no texto, os espaços de fobia. Ao receberem os relatos, observaram que para além de espaços externos, o primeiro espaço do medo, da fobia, é o próprio corpo violentado. Nessa proposta, as autoras reforçam o discurso das escalas geográficas, pontuando sobre as relações de poder, sobre as ideias hegemônicas que reafirmam uma inferioridade do corpo feminino para com o masculino. No texto é pontuado sobre a importância do corpo como a menor escala geográfica, e pontua a necessidade de a Geografia se apropriar dessas discussões.

Os corpos são capazes de criar as condições de sua existência cotidiana, de reproduzir outros corpos e vivenciar estágios corporais como a juventude, velhice, saúde, doença e deficiência que instituem, por sua vez, distintas espacialidades. Portanto, o corpo é móvel, fluido e sua materialidade está eternamente em negociação com a exterioridade (Campos & Silva, 2020, p. 105-106).

Souza (2022) corrobora com essa discussão ao apresentar o corpo como um território de escala íntima, o autor afirma que o corpo não se limita em ser a representação ou a materialização da nossa existência, ele é também um território continuamente construído de forma dialética, resultante das vontades, intenções e mobilizações. Trata-se de um espaço em constante disputa pelos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, bem como pelo Estado, pela igreja e outras instituições que influenciam e dão significados variados a ele.

Desse modo, ao retomar o que já foi discutido até aqui sobre o território, especificamente sobre o território usado, tem-se o entendimento de que o território, enquanto historicizado e como materialidade do espaço geográfico, integra elementos da natureza e as produções resultado das

relações sociais. De acordo com Fernandes (2005), é uma totalidade delimitada pelas intencionalidades. O território se apresenta simultaneamente como espaço de dominação, expropriação e resistência.

As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento, (Fernandes, 2005, p. 277)

Portanto, Fernandes (2005, p. 277) destaca que o território não pode ser compreendido como o “espaço unidimensional [...] chamando-o equivocadamente de território”. O autor afirma que o território pode ser concreto e imaterial, e elucida que “o espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método”. De tal forma, “para a Geografia o território é uma totalidade, portanto é multidimensional. Para outras ciências o território pode ser compreendido apenas como uma dimensão”.

Nesse contexto, e para esse estudo, é importante considerar que o conceito de corpo-território se torna relevante, pois enfatiza como as identidades e as experiências individuais estão intrinsecamente ligadas ao espaço em que se habita. Essa discussão sobre o corpo ainda se apresenta com fragilidade aos nossos estudos, esse conceito “corpo-território” não se expressa com a mesma intensidade de uma categoria operativa, mas por que não o pensar como um objeto a ser considerado nessa pesquisa?

Ao inserir o debate sobre corpo-território, o intuito não é opor-se ou se contradizer sobre o que até aqui foi trabalhado sobre o território usado, historicizado que materializa o espaço geográfico. Mas sim, pensar nesse debate como um potencial que se encontra com as abordagens de Milton Santos, considerando que o autor, no decorrer de seus estudos, passou a ampliar seus horizontes teóricos-metodológicos, e a agregar à visão marxista, ao materialismo histórico dialético, o existencialismo fenomenológico.

Embora Milton Santos, em seus estudos, não apresente explicitamente discussões que incluam o corpo frente ao espaço, ao território, não evidencie discussões sobre outros temas como gênero, observa-se a partir de sua obra, vídeos de autores que acompanharam de perto a obra de Santos, como foi o caso da Maria Adélia de Souza, e também em momentos de reflexões teóricas na orientação desse trabalho com o prof. Everaldo Costa, que os estudos de Milton Santos esteve preocupado em uma análise que englobasse o todo, a totalidade em movimento e, principalmente, um estudo preocupado com o objeto e método geográfico. Nesse sentido, entende-se o debate de gênero como

temática também fundamental à geografia, como o é a cidade, a indústria, o turismo, a política etc., todos temas a serem analisados pela ótica do espaço geográfico, categoria de pensamento.

A abordagem de Milton Santos se apresenta concentrada em uma escala macro, totalizante do espaço geográfico, suas interpretações e movimentos acontecem partindo de conceitos que por ele foram elaborados e discutidos para embasar temas interescares (questão de método), como é o caso da discussão proposta nessa sessão para se pensar essa pesquisa. Santos (2006) defende que o espaço é um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, e que o sujeito tem participado do processo da ação através de sua corporeidade. O autor ainda ressalta como a categoria corporeidade está ganhando espaço nas ciências humanas na atual fase global, e que a geografia também passa a incorporar.

O espaço no mundo físico é constituído *via* a experiência corporal do próprio sujeito através do eu consciente em movimento. O agente experimenta assim o mundo físico e representa as suas dimensões espaciais *da perspectiva de seu próprio corpo*. Similarmente, a materialidade do mundo físico é experimentada pelo contato corporal direto com esse mesmo mundo. Essa visão do mundo físico centrada no sujeito também afeta a definição dos sistemas de coordenadas espaciais correspondentes. A perspectiva subjetiva principia com a ideia de que por intermédio do corpo o agente assume uma posição concreta no mundo físico" (Werlen, 1993, como citado em Santos, 2006, p. 54).

Werlen (1993) é citado por Santos (2006) em vários trechos da obra a “Natureza do Espaço”, principalmente quando discute sobre “um objeto geográfico”. Werlen (1993), que apresenta uma geografia social, defende e aponta muitas das suas reflexões sobre a geografia enquanto uma ciência da ação, evidenciando a ação humana, atribuindo uma importância significativa a subjetividade em detrimento do espaço. Milton Santos não nega essa abordagem, mas aprofunda e fundamenta a partir de suas buscas também em outras ciências (sociologia, antropologia, filosofia), que não é possível considerar as ações ou os objetos separadamente, pois tal separação não consegue dar conta da realidade.

As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente. Os eventos, as ações não se geografizam indiferentemente. Há, em cada momento, uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história. Há uma diferença entre dizer que o espaço não é uma causa e negar que ele é um fator, um dado. Admitir a “existência” do espaço não é ser “geodeterminista”, como na crítica de Werlen (p. 6). Pois o valor do espaço não é independente das ações que ele é susceptível de acolher. O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido. Nesse sentido não há significações independentes dos objetos (Santos, 2006, p. 56).

Assim, surgem inquietações e possibilidades, como Costa (2024) pontuou em uma de suas aulas de Teoria e Método, os temas, conceitos e fenômenos têm diferentes possibilidades de serem

trabalhados – segundo o rigor do método ou da construção do método em Geografia, nenhum/a pesquisador/a consegue esgotar todas as abordagens, pois a dinâmica da vida e do tempo da própria existência do/da pesquisador/a não permitem.

Os temas não são engessados, assim, propõe-se aqui pensar o corpo como esse território simbólico e material que se expressa ou é inerente ao espaço geográfico, ao território usado. Talvez ainda de forma introdutória, tentando entender como as desigualdades inscrevem no corpo marcas de um território vivido, de um território usado, historicizado, que contempla a existência em si e uma existência no mundo, um território fluido, marcado por experiências, por relações de poder, sendo o primeiro lugar que cada indivíduo ocupa nesse mundo.

1.4.2 Do planejamento ao gênero: entendendo o corpo feminino nas cidades

A perspectiva do corpo como um elemento ativo e simbólico do território urbano oferece possibilidades de análise que podem iluminar as transformações sociais e políticas desse território, sobretudo no tocante às relações de poder e à invisibilidade do corpo feminino nas cidades. Nesse sentido, ao analisarmos os diferentes aspectos do planejamento urbano, podemos compreender mais profundamente como o corpo e o espaço das cidades se relacionam historicamente.

A “geografia mais próxima” é um material sólido a partir do qual questionamos tudo o que consideramos como natural nas cidades. E considerando que os modos como as mulheres são vistas como problemas para as cidades giram em torno dos nossos corpos [...] devemos continuar retornando ao corpo para nos ajudar a encontrar alternativas. Ativistas urbanas feministas e acadêmicas prestam atenção ao corpo com uma compreensão cuidadosa de que o corpo é um local onde as relações de poder e políticas urbanas de gênero, classe, raça e sexualização acontecem (Kern, 2021, p. 223-224).

Em vista disso, vale ressaltar que a relação do corpo feminino com o espaço público nem sempre foi como na contemporaneidade. As mudanças no trabalho doméstico e nas funções familiares, juntamente com a transformação na utilização da terra, resultaram na crescente separação entre trabalho doméstico e assalariado, caracterizando a urbanização moderna. A distinção entre as esferas pública e privada, que prioriza os homens no âmbito político e econômico e as mulheres no domínio doméstico, sexualizou a cidade. Essa nova dinâmica desafiou os estudiosos urbanos, levando à negação da esfera privada e das atividades femininas, o que resultou na invisibilização das mulheres na vida urbana, que mesmo presentes e essenciais, foram consideradas insignificantes na cena social (Calió, 1997).

A divisão do trabalho entre homens e mulheres influenciou como elas vivenciam os espaços público e privado. Como o trabalho feminino ocorreu majoritariamente no espaço privado, as mulheres historicamente tiveram menor presença no espaço público, que, por isso, não foi pensado para elas. Na cidade contemporânea, as mulheres desempenham múltiplas funções, acumulando

trabalho doméstico e produtivo, o que reforça padrões tradicionais. Com essa dupla jornada, elas transitam entre a casa e o trabalho, realizando ainda diversas tarefas cotidianas, como compras e cuidado familiar, fazendo com que seus percursos na cidade sejam mais complexos e distintos do que os percursos dos homens, que geralmente têm trajetos mais diretos entre casa e trabalho (Peccini, 2020).

O envolvimento das mulheres na reprodução da força de trabalho e no cuidado familiar faz delas figuras centrais e quase indispensáveis nas mobilizações sociais por melhores serviços urbanos e qualidade de vida. Especialmente as mulheres de baixa renda, devido às responsabilidades domésticas e à participação comunitária, são as mais impactadas pela crise nos serviços urbanos, o que amplia significativamente suas obrigações. Presas entre o espaço privado do lar e sua extensão pública (como postos de saúde, farmácias, supermercados, escolas e parques), elas enfrentam uma constante luta contra o tempo para administrar o cotidiano. As mulheres enfrentam dificuldades específicas, como restrições de mobilidade, agressões implícitas, explícitas e a objetificação sexual do seu corpo. Contudo, grande parte do planejamento urbano e das políticas públicas não contemplam ações direcionadas a atender as necessidades dessa parcela da população (Calió, 1997).

Por muito tempo, essa desigualdade foi negligenciada, focando-se apenas nas divisões por classe, demografia, economia e política. A cidade passou a ser vista como um espaço neutro e assexuado, onde se considerava que todos viviam apenas relações de classe, o que gera a falsa sensação de igualdade para as mulheres em mobilidade urbana (Calió, 1997). Inclusive, “no caso da cidade, deve ser essencial perceber que, se vivemos cidades diferentes enquanto homens e mulheres, também vivemos cidades diferentes enquanto mulheres brancas e negras, por exemplo, e esses fatores devem estar sendo levados em consideração no pensar a cidade” (Peccini, 2020, p. 67).

A invisibilidade feminina nos estudos urbanos decorre da omissão da interligação entre patriarcado e capitalismo como sistema de dominação. As estruturas de dominação racial, sexual e de classe se manifestam e reproduzem espacialmente essas desigualdades por meio da segregação. Pesquisas sobre o espaço urbano em sua maioria costumam focar nas abordagens de temas como segregação e direito à cidade atrelados a luta de classes, esquecendo de inserir análises de gênero. Embora a classe social influencie a posição de cada pessoa na cidade, essa visão é limitada para entender a situação das mulheres, pois tendem a associá-las automaticamente à classe do pai ou marido e ignora o patriarcado presente no cotidiano urbano (Calió, 1997).

Desse modo, reafirma-se que a ausência de uma análise de gênero reflete diretamente nas limitações sobre o planejamento urbano, pois esse planejamento passa a não considerar de fato as problemáticas que decorrem das dinâmicas sociais e culturais que moldam a experiência cotidiana nas cidades.

O planejamento urbano é um processo complexo e multifacetado, essencial à intervenção estatal no espaço das cidades, envolvendo dinâmicas de poder e dominação social. Funciona como instrumento para diagnosticar problemas urbanos e propor soluções organizadas por meio de planos regulatórios (Villaça, 1999). Assim sendo, o planejamento urbano é uma “organização do espaço urbano (embora não possa se limitar a isso) e aplica-se ao plano de uma cidade individualmente” (Villaça, 1999). Em seu trabalho, Villaça (1999), traz análises sobre como esse processo ocorre no Brasil, apresentando assim, suas limitações e contradições, ao modo que, também apresenta como as discussões sobre esse planejamento foi sendo modificado com o passar do tempo, conforme os contextos e os interesses dos envolvidos.

Sobre esse interesse, Villaça (1999) chama atenção ao fato de como o planejamento que se seguiu nas cidades brasileiras, levou em consideração discursos hegemônicos, os aspectos técnicos, administrativos e políticos, que legitimaram a ordem social e as escolhas das classes dominantes ao se pensar em ferramentas efetivas para transformar a qualidade de vida urbana. Assim, o planejamento urbano se apresenta como “um campo de conhecimento submetido às estruturas e relações sociais de desigualdade”, é preciso nessa perspectiva “explicitar como essas estruturas se apresentam na cidade e na vida das mulheres” (Peccini, 2020, p. 57).

Pensar a cidade ao feminino é, sem dúvida nenhuma, um novo exercício de reflexão para todo o movimento de mulheres, tanto para o movimento institucionalizado como para o autônomo. Uma “releitura” essencial se quisermos falar em igualdade e democracia. A presença majoritária das mulheres em todas as lutas por melhoria dos serviços urbanos e da qualidade de vida legitima a sua presença também nas decisões. Portanto, como utilizadoras da cidade e produtoras de parte de sua riqueza elas têm muito a contribuir e decidir. [...] Na verdade, articulando-se patriarcado/capitalismo percebe-se que as relações das mulheres com o sistema urbano são muito mais complexas do que a noção simplista de não-trabalho no lar e de trabalho assalariado pago a preço de miséria. Suas relações familiares também não podem ser entendidas apenas como um dos momentos da relação produção-consumo (Calió, 1991, p. 104 – 105).

Logo, Scarlato (2019) apresenta um apontamento que vai de acordo com as proposições abordadas até aqui. O autor colabora ao elucidar que dentro dos estudos urbanos realizados na Geografia, estiveram ausentes os aspectos subjetivos, os modos de vida, as percepções, as representações simbólicas, as identidades. Com este enfoque, é possível ampliar as discussões frente a uma realidade que é diversa, tendo a possibilidade de explorar as relações entre os indivíduos, os seus lugares, permitindo pensar um planejamento urbano que contemple o humano, a cultura, a existência, e nesse contexto específico, se aproprie de discussões sobre as questões de gênero que permeiam a sociedade atual.

Nessa perspectiva, a proposta do *planejamento urbano possível* (Costa, 2021) é uma via analítica e metodológica. Ele traz uma teoria e enfoque para pensar o planejamento urbano atual a

partir de uma análise que inclua os sujeitos (todos) ativos, que se apropriam, produzem e reproduzem através de suas existências e resistências no território. A concepção do planejamento do autor pelo “sujeito” abre caminho para problematizar a questão de gênero no planejamento. Essa proposta parte de uma dialética teórica e metodológica que proporciona compreender o planejamento enquanto estratégico a partir do sujeito do cotidiano (todos os indivíduos, a coletividade concreta), da mesma forma que, permite o entender como uma possibilidade para um caminho mais humanizado.

Assim, essa dissertação visa contribuir em busca de reflexões que aprimorem o reconhecimento da atual condição de vida das mulheres, da mesma forma, considerar suas particularidades, incluindo-as como um grupo prioritário na luta por igualdade. Conforme Calió (1997) afirma, somente dessa maneira, feminilizando os conceitos de planejamento e a implementação das políticas públicas, será possível ampliar verdadeiramente o significado de "cidadania e democracia", contrapondo-se à política "tradicional" caracterizada pelas exclusões que nesse caso específico, se dá pela discriminação de classe, raça e gênero.

Uma cidade feminista, ou seja, que vise às questões de gênero e especificamente as mulheres não exige um plano específico e fora do real para se concretizar. O desejo não é que se destrua tudo e comece do zero. Contudo, ao perceber como a estrutura da cidade é moldada para manter uma forma particular de organizar a sociedade — levando em conta gênero, raça, sexualidade e outras questões — pode-se iniciar a busca por alternativas diferentes. Uma cidade mais inclusiva, que abarque a realidade feminina de forma mais pautada, representa tornar real uma experiência constante de viver de modo diferente, de viver de forma mais justa e melhor em um contexto urbano total (Kern, 2021).

CAPÍTULO 2 – USOS DO TERRITÓRIO NO DISTRITO FEDERAL E LOCALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES: CARTOGRAFIA DE CONVERGÊNCIAS

O Distrito Federal (notadamente, o Plano Piloto de Brasília), concebido sob uma ideologia nacionalista e desenvolvimentista, foi criado para abrigar os Três Poderes da República, mas, ao longo do tempo, consolidou-se como um centro regional e metropolitano do país (PDOT, 2009). Desde o início, os usos do território (Santos, 1998) no Distrito Federal refletem contextos de conflitos e contradições (Silveira, 1999), presentes na forma em como ele foi planejado e organizado. Esse ordenamento territorial, influenciado pelas diferentes formas de uso – seja pelas pessoas, pelo capital ou pelo Estado – contribuiu para a configuração das desigualdades socioterritoriais presentes no conjunto das Regiões Administrativas dessa Unidade Federativa.

Neste contexto, o presente capítulo busca compreender a relação entre os usos do território no Distrito Federal e a espacialização das desigualdades socioterritoriais e de gênero, por meio de uma produção cartográfica que evidencia as relações e convergências dessas dinâmicas na realidade estudada. Concomitantemente, a partir da intersecção dessas desigualdades, pretende-se entender como elas podem influir na ocorrência de violências de gênero no espaço público e pelo território.

Para tal feito, o capítulo parte de uma breve interpretação histórica do processo de construção de Brasília, junto a uma análise das dinâmicas urbanas no Distrito Federal, de modo que os dados espacializados auxiliem na apresentação das contradições do planejamento urbano vigente. Portanto, a primeira seção retomará as discussões sobre o território usado, conectando e caracterizando o Distrito Federal.

2.1 Usos do território: matriz das desigualdades e caracterização do Distrito Federal

O território usado, conceito apresentado por Santos (1998, 2007), mas também discutido por outros autores como Santos & Silveira (2006); Fernandes (2005) e Souza (2002, 2004, 2013) é o guia central desta pesquisa. Isso porque entende-se que o fenômeno da violência contra a mulher, que se busca evidenciar aqui, perpassa a realidade das desigualdades socioterritoriais e de gênero no espaço público das RA's do DF. Tal contexto se define a partir dos usos desiguais do território pelos diversos agentes que acessam e moldam, de formas distintas, complexas e dinâmicas, nas relações que coexistem.

Marcado pelo controle, assim como pelas desigualdades decorrentes dos diferentes usos do seu território, o Distrito Federal, de acordo com Silveira (1999) e Gouvêa (1999), teve impresso em sua ocupação uma dinâmica própria, relacionada à consolidação de Brasília. Uma cidade concebida nos moldes de um urbanismo moderno, funcionalista, que apresentou como atributos particularidades exclusivas ligadas ao papel do Estado na sua elaboração, construção e gestão do território, apresentando também particularidades na sua condição política, administrativa e na sua definição enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade (Silveira, 1999).

Nesse sentido, atrelando essa concepção à análise dos usos do território, é possível subentender que essa dinâmica de ocupação e utilização inicia-se antes mesmo da consolidação da capital e da delimitação da Unidade Federativa, pois começa com a ativação a partir das pessoas que já ocupavam esse território, trazendo-lhe como identidade a vida que já acontecia. Com o passar do tempo, atravessado pelas dinâmicas externas e globais, essa dinâmica passa a ser ditada pelos agentes institucionais, que utilizam desse território e tecem novas funcionalidades, escalas e hierarquias.

Validando esse apontamento, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal² (PDOT), vigente na Lei Complementar nº 803 de 25 de abril de 2009, elucida a ocupação e o uso do território do Distrito Federal antes mesmo da construção de Brasília e de toda lógica que a assegurou. São citados os exemplos das cidades de Planaltina e Brazlândia, que já ocupavam o que posteriormente passou a ser conhecido como o território do quadrilátero. De acordo com o plano, na época em que foi iniciado o processo de delimitação da área, o Governo Federal também executou o processo de desapropriação, que acarretou na movimentação de fazendas existentes no local, a maioria delas ocupadas por posseiros. Essa desapropriação partiu da ideia de que, se o poder público controlasse e detivesse as terras, poderia contornar os problemas enfrentados a partir dos processos de urbanização, como a questão do acesso à moradia (PDOT, 2009).

² O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, passa na atualidade por uma revisão já aprovada pela CONPLAN em julho de 2025 que seguiu ser votada na Câmara Legislativa como o projeto de Lei Complementar nº 78/2025.

Evidenciando o contexto histórico, Brasília, segundo Silveira (1999), surge como um empreendimento advindo de uma proposta governamental, na qual a ação do Estado foi muito forte, atuando como idealizador, financiador, planejador, construtor e proprietário do solo. Isso fez com que alguns aspectos da gestão do território do Distrito Federal se diferenciasssem de aspectos da gestão territorial de outras cidades brasileiras (Silveira, 1999). Brasília “foi construída para difundir decisões políticas, infraestruturas e novas centralidades em um território continental que deveria se unificar ou se articular; vislumbram-se as resultantes socioespaciais desta dinâmica regida pela ideologia e ações desenvolvimentistas” (Costa & Steinke, 2014, p. 5).

O fato de o Estado se apresentar como o principal agente e protagonista no ordenamento desse território tratado como recurso (Costa & Steinke, 2014), estabelecendo práticas e ações normativas que regularam o seu uso e ocupação, não impediu as desigualdades expressivas no Distrito Federal (Silveira, 1999). Isso se justifica pelo fato de que “Brasília transmite a mensagem sintética do poder da emergente burguesia industrial; poder de um Estado absoluto quanto ao vínculo com o privado e ao norte das decisões, para dar subsídio material e ideológico, a qualquer preço, ao desenvolvimentismo” (Costa & Steinke, 2014, p. 11).

Nesse sentido, Silveira (1999, p. 154) afirma que “a ocupação territorial do Distrito Federal encontra-se intrinsecamente relacionada com os planos de urbanização e com os instrumentos legais utilizados pelo Estado, que objetivam a regulamentação e a fiscalização da ocupação e do uso do solo”. A partir disso, entende-se que a dinâmica que circundou a ocupação e o uso do território do Distrito Federal foi definida principalmente pela implantação de Brasília, ou seja, do Plano Piloto, que ocupa o centro de toda política ou ações. Assim, a ocupação, o uso e a organização estratégica dos demais territórios passaram a ser interligados a esse centro, decorrendo desse objeto principal (Silveira, 1999).

Segundo Silveira (1999), Brasília é destinada para acomodar uma determinada qualidade de vida, direcionada inicialmente aos técnicos, políticos e aos funcionários públicos. Simultaneamente a isso, a periferia se consolidou por meio das cidades-satélites, que passaram a abrigar, de modo emergencial, parte da população que não possuía um lugar no Plano Piloto (Silveira, 1999).

Desse modo, observa-se que a alta qualidade de vida planejada ou destinada a um grupo, se contrapôs a inferioridade direcionada a outro, principalmente aos indivíduos que vivenciaram e vivenciam a realidade nas cidades-satélites, atuais RA's do Distrito Federal. “[...] os planejadores de Brasília estabeleceram, desde o início, uma das intenções radicais da nova cidade, que não deveria deixar que se desenvolvesse a periferia da miséria operária que, de uma forma legal ou não, tipicamente se tem produzido ao redor das metrópoles brasileiras” (Silveira, 1999, p. 149).

De tal forma, Silveira (1999) afirma que as cidades-satélites não estavam incluídas inicialmente no ideário do Plano Piloto. Posteriormente, foram acrescentadas e se constituíram como

núcleos urbanos. Essas cidades seguiram, em parte, os princípios e os modelos modernistas de Brasília, sendo promovidas pelo setor público do Distrito Federal e abrigando montante significativo da população de baixa renda.

Com o passar dos anos, cada cidade estabeleceu uma identidade e um significado no próprio território. Mesmo mantendo uma relação de dependência em relação às funções exercidas no Plano Piloto, as atividades econômicas se apresentaram como uma necessidade que não poderia ser suprida apenas nesse centro, passando a criar nas cidades-satélites novas dinâmicas (Silveira, 1999). De acordo com o PDOT (2009), as cidades-satélites, atuais Regiões Administrativas, transformaram-se, paulatinamente, em uma estrutura urbana mais contínua e complexa, constituindo-se um conjunto de localidades interligadas. Algumas dessas localidades apresentam autonomia econômica, mas a grande maioria funciona como bairros periféricos que necessitam ser integrados à estrutura urbana das localidades mais centrais (PDOT, 2009).

Nesse contexto, é imprescindível ressaltar algumas noções sobre as características do território usado, apresentadas por Souza (2002) em consonância com estudos realizados anteriormente por Santos & Silveira (2001). Essas noções auxiliam na análise dos dados e informações como norte para compreender contrastes e disparidades na realidade em questão.

De acordo com a autora, a análise do território revela características dialéticas: densidade e rarefação (da população, da riqueza, etc.), bem como fluidez e viscosidade. São essas dialéticas que geram e fundamentam a relação centro-periferia. Assim, essas características consolidam ao menos dois tipos de espaços: os espaços que mandam – centro – e os espaços que obedecem – periferia. Tais espaços são gerados por meio do debate entre abundância e escassez, pontos que fundamentam e regulam a vida coletiva, haja vista que as forças hegemônicas e o Estado regem as ações que definem as realidades e aprofundam as desigualdades espaciais (Souza, 2009).

Por meio da análise do PDOT, e a partir das noções anteriormente apresentadas, confirma-se esses contrastes presentes entre o Plano Piloto e as RAs. Essa centralização das atividades no Plano Piloto causa boa parte dos problemas interligados à acessibilidade no Distrito Federal, que consistem nas dificuldades de acesso aos locais de trabalho e serviços por parte da população materialmente empobrecida. Isso decorre do fato de, nas áreas centrais, estarem instaladas várias atividades atrativas e serviços essenciais, como bancos, a rodoviária, órgãos federais, grandes comércios, organismos internacionais, complexos hospitalares, etc. (PDOT, 2009).

De modo geral, o Distrito Federal enfrenta problemas relacionados aos usos do território resultantes do planejamento territorial estatal. Conforme citado no próprio PDOT (2009), ganham destaque: os parcelamentos informais; os problemas de infraestrutura urbana – como esgotamento sanitário e coleta de lixo doméstico – ; problemas de acessibilidade à habitação; problemas nas vias destinadas a veículos e pedestres; qualidade e segurança do transporte coletivo; segurança pública;

saúde, educação, lazer e recreação (PDOT, 2009).

Nesse sentido, é preciso compreender quais são os usos e como acontecem. Partindo do Plano Diretor (2009), ou seja, do normativo, é possível compreender que o uso do território do Distrito Federal é realizado a partir das ativações feitas com ações e apropriações que estabelecem em determinadas áreas as funções residenciais, comerciais, agrícolas, institucionais, de proteção ambiental, industrial e mista – áreas em que se combinam os usos.

Assim, apreende-se que os usos do território, estabelecidos pelas normativas do Estado, buscam definir funções específicas por meio dos equipamentos públicos e pela estrutura ofertada. No entanto, a partir do que se compreende por Santos (1998), é possível afirmar que a maneira como cada sujeito acessa e vivencia esse território pode ou não estar em consonância com os significados estabelecidos pelas normativas, e a partir disso, extrapolar o ideário de um território frequentemente discutido como inerte ou como plataforma (Santos, 2007, como citado em Araújo, 2011), passando a permear o valor simbólico, o espaço de resistência, de cultura, o espaço de religiosidades, em que a existência do sujeito se funde com a existência do território.

Essa dinâmica do território usado ocorre em diferentes escalas, mas de forma interconectada e integrada, com ações individuais – horizontalidades –, que partem para a realidade global – verticalidades –, (Santos, 1998) e vice-versa. Independentemente do agente, o território se concretiza a partir dos seus usos. O território normado é, também, um território subjetivo e existencial.

O território, modernamente, é entendido não apenas como limite político administrativo, mas como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas. O território tem, portanto, um papel importante especialmente na formação social brasileira, havendo ainda muito pouca compreensão sobre esta dimensão nova dos seus estudos. É bom lembrar que tudo passa mas os territórios, espaços efetivamente usados, permanecem (Souza, 2009, p. 284).

Por isso, Santos (1998) defende a multiplicidade, a complexidade dos usos do território e do valor dado pelos sujeitos, pelo mercado, pelo Estado e pela realidade global. É importante ressaltar que o uso do território é desigual, refletindo relações de poder e disparidades socioterritoriais, desencadeadas pela “força” do agente que o molda e do acesso ao capital. Posto isso, “os usos territoriais esboçam relações de produção e, conseqüentemente, relações de poder; por esses usos, pode-se atingir a essência que rege o território e retroalimenta o poder” (Costa & Steinke, 2014, p.2).

Portanto, ao se pensar a realidade do Distrito Federal, concorda-se com Silveira (1999, p. 161), quando afirma que

[...] ao construir Brasília, se pensou que seria possível organizar uma divisão do espaço urbano que lhe garantisse a fuga dos padrões convencionais. Porém, o que se verificou é que, apesar das particularidades do processo de ocupação territorial do Distrito Federal as forças de mercado emergiram da mesma maneira que as demais cidades brasileiras, reforçando as áreas centrais e debilitando outras. [...] Nesse sentido, pode-se constatar que o resultado da ocupação do território é uma consequência dos modelos políticos e econômicos nacionais,

espelhados no contexto do DF, que não puderam ou não quiseram construir sociedades mais justas, economicamente mais eficientes e politicamente mais democráticas.

Compreender as formas de usos do território no Distrito Federal é algo complexo e dinâmico, tendo em vista a necessidade de entender a partir da compreensão normativa, bem como da perspectiva de quem vivencia esse território. Analisar o território usado, sob o olhar das pessoas, principalmente mulheres, sobre suas experiências é uma proposta futura para este trabalho.

Destarte, para complementar o que foi iniciado na primeira seção, será realizado um breve apanhado histórico. Isso será realizado como forma de compreender um pouco mais sobre esse processo de construção e consolidação de Brasília como um projeto político e econômico que condicionou os usos do território e consequentes desigualdades.

2.2 Construção de Brasília: processo histórico e implicações socioterritoriais

A proposta de interiorização da capital, que se consolida com a construção de Brasília, foi a “meta-síntese” da campanha e posteriormente do programa de governo de Juscelino Kubitschek. Essa meta era símbolo da sua proposta desenvolvimentista que visava o crescimento e a integração nacional, bem como abrir novas frentes à expansão econômica no país (Sousa Junior, 2010).

Mesmo sendo consolidada no governo JK, a idealização da mudança da capital do Brasil, do litoral para o interior, e a construção de Brasília antecedem esse período, com discussões que perduraram por mais de um século. Durante esse intervalo, vários fatores de interesses gerais/globais e locais interagiram e interferiram nesse processo, deixando marcas no destino da cidade (Barbosa Ferreira, 2010) e que ainda na atualidade podem ser observadas, como parte integrante e fundamental da dinâmica do planejamento e concretização da ocupação e organização do território do Distrito Federal.

Assim, as discussões para que ocorresse a mudança da capital do Brasil culminaram em um conjunto de interesses presentes no processo histórico interligados ao movimento de independência das colônias, ou dele fez parte. Esse fenômeno não foi exclusivo do Brasil, mas ocorreu em muitos lugares como forma de expressar interesses externos e internos sobre a necessidade de romper, a partir da mudança da capital política, com o padrão de ocupação colonial (Barbosa Ferreira, 2010).

Corroborando com essa afirmação, Moraes (1994) trata que os processos de independência representaram não somente uma superação, mas uma tentativa de rompimento das estruturas coloniais, que traziam à organização espacial um caráter filiforme, com uma concentração de assentamentos e atividades econômicas no litoral do território. Mesmo os assentamentos interiorizados pela exploração de recursos, articulavam-se em uma rede de circulação que demandava um porto.

Tal subordinação desenhou o ordenamento espacial. Nesse contexto, o processo de independência apresentou um caráter centralizador nas formas de ocupação e exploração do solo, determinando a construção de uma nova identidade nacional a partir da relação sociedade e espaço, associando o território ao imaginário político, econômico e cultural (Moraes, 1994). “O modelo de urbanização, litorâneo por excelência, constituía-se no trinômio recurso natural, porto e cidade. Com o esgotamento dos minérios, já não funcionava o modelo, e para o império, um novo vetor de ocupação fazia-se necessário” (Barbosa Ferreira, 2010, p. 26).

À vista disso, antes mesmo da independência e junto a vários movimentos de emancipação, já se discutia e cogitava sobre a necessidade da mudança da capital do Brasil. Tal fato pode ser comprovado pelas proposições feitas por Hipólito da Costa, sobre a necessidade de edificar uma nova cidade, como capital, no interior do país (Vasconcelos, 1978, como citado em Barbosa Ferreira,

2010).

Com o processo de independência, a recomendação de interiorização foi reforçada. Conforme relatado por Vasconcelos (1978) citado por Barbosa Ferreira (2010), isso foi evidenciado nas declarações de José Bonifácio à assembleia constituinte, que incluíam sugestões não somente de um novo local para a capital, mas também de nomes. A transferência ofereceria vantagens na segurança, bem como possibilitaria a ocupação, a produção, a integração nacional, promovendo uma centralidade do poder, do domínio e do desenvolvimento do território (Vasconcelos, 1978, como citado em Barbosa Ferreira, 2010). Esse primeiro momento foi impulsionado por tais tendências e pela preocupação com a posição geográfica, culminando na determinação sobre essa transferência na 1ª Constituição da República em 1891 (Barbosa Ferreira, 2010).

Em um segundo momento, destacam-se os interesses em delimitar de fato a localidade em que a nova capital seria instalada. Nesse sentido, várias comissões foram criadas com a finalidade de apontar o lugar ideal para edificar a capital, tais como: A missão exploradora do Planalto Central do Brasil – 1891, liderada por Cruls e responsável pela delimitação do quadrilátero; a Comissão de Estudos da Nova Capital da União – 1894, também liderada por Luiz Cruls; a Comissão Polli Coelho – 1947, sob direção de Fábio Macedo Soares Guimarães; e a comissão de localização da nova capital e o relatório Belcher - 1955, com a homologação da escolha do local em 1956 (Barbosa Ferreira, 2010).

É importante ressaltar que o longo período de debates sobre a transferência da capital é marcado pelos processos históricos gerais, nos quais a importância do local estava baseada em suas características naturais, suas vantagens de localização, recursos, atrativos e na sua posição geográfica, ou seja, pautava-se principalmente na teoria do determinismo geográfico, na qual as condições físicas e naturais eram consideradas determinantes na história e no desenvolvimento do lugar (Barbosa Ferreira, 2010).

Nesse cenário, a população, a ocupação e a cultura do lugar foram condições desconsideradas, como se pudessem ser ignoradas ou destruídas em nome do progresso, seguindo com a estratégia do estado capitalista de colonizar o interior pela ocupação e, conseqüentemente, ampliar o mercado interno (Barbosa Ferreira, 2010).

Destarte, segundo Barbosa Ferreira (2010), um terceiro momento no processo de transferência da capital e construção de Brasília é assinalado pela convergência dos interesses locais e regionais e pelo deslocamento do poder público, em prol do interesse da implementação de um pólo de desenvolvimento nacional e regional no Planalto Central do país. Após mais de um século de debates, a mudança da capital finalmente ocorre.

Ao longo de todo o período de transferência, a noção de desenvolvimento esteve presente como a “conquista do território”, depois como a “expansão das fronteiras de recursos” e, por fim,

como o “centro de crescimento econômico”. A mudança de sede acontece exatamente no momento em que a ideia de um polo de desenvolvimento passa a dominar o processo de progresso do país. No começo, o objetivo de transferir a capital estava relacionado a fatores externos ao local, mas, posteriormente, o interesse passou a incluir as dimensões e necessidades locais (Barbosa Ferreira, 2010).

A partir do que a autora citada anteriormente destaca em seus textos, é preciso considerar que a decisão da localização da capital no Planalto Central decorre dos fatos que a antecederam e que trouxeram ao Brasil mudanças importantes no cenário político, econômico e social. A abolição da escravidão, por exemplo, esteve intrinsecamente ligada às modificações que ocorreram na estruturação da sociedade, na organização das cidades e, de modo equivalente, na economia, que nesse momento, começou a contar com a mão de obra assalariada e com o incentivo ao trabalho do migrante europeu. O mercado interno, que no período era definido por uma agricultura mercantil e por uma indústria de bens de consumo, passou por uma ampliação frente ao crescimento das cidades, à intensificação da implantação do transporte ferroviário e ao desenvolvimento do complexo da cafeicultura (Barbosa Ferreira, 2010).

Este complexo, juntamente com o crescimento das cidades, aumentou a demanda por alimentos, estimulando não somente as cidades que faziam parte do centro comercial da época, mas, principalmente, a produção agrícola e a pecuária de regiões próximas. Essas regiões passaram a ser afetadas pela expansão econômica da frente cafeicultora e a receber modificações resultantes do crescimento populacional e comercial dos séculos XIX e XX (Barbosa Ferreira, 2010).

O Brasil, à época da transferência da capital, vivia a transição da sociedade rural para a urbana e, conseqüentemente, a intensificação do processo de urbanização e formação do mercado interno. Assim, Brasília, tida como centro desse desenvolvimento, antecipou uma nova fase do processo de ocupação do território brasileiro, foi predeterminada a ser o ponto central no sistema urbano e do desenvolvimento regional e nacional. Partindo de um plano urbanístico, evoluiu em torno dele, acumulando temporalmente e espacialmente a complexidade que prematuramente teceu em Brasília o caráter de metrópole (Barbosa Ferreira, 2010).

Dessa forma, Barbosa Ferreira (2010) complementa ao discorrer sobre o fato, afirmando que a complexidade das dimensões locais e gerais dos processos formadores da capital, assim como, a complexidade de suas funções, consolidou o quarto momento da sua transferência. Brasília se tornou uma metrópole complexa, heterogênea e interligada, que se estendeu pelo território de forma polinucleada e socialmente desigual. Com a valorização da terra urbana e a preservação do plano urbanístico, a solução do problema de moradia das pessoas empobrecidas se deu com a exclusão de suas moradias deste perímetro, resultando na “segregação socioespacial” em que cidade e periferia são entendidas como partes necessárias de um todo, fragmentadas espacialmente e também em classes

(Barbosa Ferreira, 2010).

À luz da categoria operativa e social de território usado de Santos (1998), o contexto histórico aqui explorado permite uma reinterpretação, de modo que a segregação socioespacial é vista como a materialização de modificações impostas nas formas de usos do território. Essas modificações resultam da imposição de um agente detentor da força sobre os demais. Nesta pesquisa, essa fragmentação é entendida e analisada como desigualdade socioterritorial. Essa reinterpretação se baseia na discussão de Santos (2007, como citado em Araújo, 2011), que afirma que o território usado é um lugar de todos e não exclui ninguém. Assim, o que se constata são as desigualdades de uso, de acesso e de direitos.

Indiscutivelmente não se trata apenas do diverso, mas do desigual. Os dados empíricos sobre a sociedade brasileira, vista em sua territorialidade são argumentos irrefutáveis da desigualdade e, também, da diversidade. O que é problema, não é o diverso, mas o desigual. Lamentavelmente não é possível aqui desenvolver a temática do desenvolvimento desigual e combinado. No entanto, com o aprofundamento da questão do território usado [...] o desenvolvimento desigual está, pois, subjacente (Souza, 2009, p. 285.).

Portanto, ao analisar o caso de Brasília, é fácil direcionar as análises às suas peculiaridades, e se apegar ao fato de ter sido uma cidade idealizada e planejada, que concentra a modernidade e se estabelece enquanto Patrimônio da Humanidade. Projetada politicamente na forma de um polo, compõe um sistema urbano que centraliza o poder e emerge a apropriação e acumulação do capital na concepção desenvolvimentista do Estado (Sousa Junior, 2010).

No entanto, é preciso entender que, mesmo diante de tais prerrogativas, a construção e consolidação de Brasília se dão como as de uma cidade real cheia de complexidades e de contradições. Como Barbosa Ferreira (2010) afirma, Brasília e, aqui podemos considerar os emaranhados da organização espacial das cidades que compõem o Distrito Federal, são cidades do mundo atual, localizadas no Centro-Oeste brasileiro, submetidas às injunções dos agentes e fenômenos locais e, ao mesmo tempo, dos globais.

Posto isso, a forma como o Estado estabeleceu e transformou materialmente o espaço urbano do Distrito Federal, sob influência do capital, determinou a vida dos indivíduos que são atravessados pela produção das diferenças que ditam as permissões e limitações de se viver e acessar o território. Por meio de análises de Souza (2009, p. 288), visualiza-se que “[...] o Estado governa mais para o interesse hegemônico do que para a sociedade Brasileira, pois é fantástico o processo de tecnificação do território brasileiro [...]”.

Complementando o que é apontado por Souza (2002), Costa & Steinke (2014, p. 8) afirmam que,

[...] a modernização, enquanto processo social contraditório, desenvolve-se desigualmente no território, prescreve geografias regionais díspares. O progresso, enquanto intensificação expressiva da modernização territorial, justifica expressões materiais pela ideologia que molda a modernidade enquanto possibilidade do contemporâneo. A industrialização, que faz do conhecimento científico tecnologia, que cria, destrói e recria novos ambientes e coisas, as correntes migratórias, em processos de desterritorialização e reterritorialização de sujeitos e grupos, o crescimento urbano acelerado, o poder dos Estados nacionais contemporâneos que, variavelmente, se exacerba ou se retrai, fazem-se expressões potenciais da modernização.

A questão interligada à modernidade não se refere a uma contraposição do avanço frente ao atraso, mas sim ao entendimento da profundidade das desigualdades que foram geradas (Souza, 2009). Assim, todo o desenvolvimento e modernização que foram pensados ao planejar Brasília e, consequentemente, a organização das RAs do DF, distanciaram-se do cotidiano social (Costa & Steinke, 2014), o que acende a importância de se repensar sobre o planejamento urbano.

2.2.1 Planejamento urbano: da racionalidade técnica à inclusão dos usos do território

Partindo do contexto histórico, a construção de Brasília e a organização do território do Distrito Federal são exemplos do que Costa (2021) irá apresentar como a “predição dialética do imaginário”. Conforme o autor, essa noção é definida como a coexistência de duas racionalidades de graus distintos presentes no espaço urbano: a do planejamento econômico-mecanicista, técnico, e a da resistência popular frente aos processos de desigualdade e segregação. A construção da cidade de Brasília, conforme Costa (2021), deve ser entendida no bojo da tríade *modernidade, modernismo e modernização*, lida em um contexto de subdesenvolvimento e o que comporta a influência do planejamento estatal e técnico.

No entanto, a racionalidade instrumental imposta à Brasília por meio do planejamento territorial aplicado resultou em lutas, modos de organização territorial e em movimentos políticos. Essas manifestações ocorreram não somente na capital, mas em todo o território do Distrito Federal, por parte dos trabalhadores que buscavam se fixar nessa localidade, o que contrapôs a ordem governamental pensada inicialmente (Costa, 2021).

Desse modo, em concordância com os apontamentos feitos por Araújo (2011), observa-se que o conceito de território usado não foi e ainda não é efetivamente presente como conceito norteador do planejamento territorial no Brasil, e nesse caso específico, de Brasília e do Distrito Federal. Um planejamento que partisse do território usado permitiria agregar as compreensões dos lugares e dos usos sociais (Araújo, 2011) e realizar conexões com as realidades regionais e globais.

O atual planejamento urbano de Brasília e do Distrito Federal, que passa atualmente por reformulação, já se apresenta como um projeto que agrega a participação da comunidade com assembléias participativas. Mas, qual é o foco dessas assembléias? Há um teor setorizado para essas demandas ou existencial? Ainda assim, por meio do que foi analisado, é possível constatar que o

planejamento ainda em vigor se encontra ancorado dentro do modelo de produção capitalista e de um cenário de globalização, o que faz a manutenção da perversidade e das desigualdades que assolam a sociedade (Costa, 2021).

De acordo com Maria Adélia de Souza (2009) em uma de suas aulas na disciplina de Planejamento Urbano e Regional na UFRN, citada no artigo produzido por Araújo (2011), existem três pilares que se interconectam e precisam ser efetivados dentro do planejamento: a teoria, o empírico e as técnicas. De acordo com Souza (2009, como citado em Araújo, 2011), esses três pressupostos são perpassados pelo tempo histórico e pela vida e permitem explicar os processos de usos do território e podem auxiliar na elaboração do planejamento territorial a partir do espaço vivido.

Desse modo, a reflexão sobre esses pressupostos reforça o que é discutido por Costa (2021) sobre a importância do imaginário, da existência e da cultura (na perspectiva espacial) ao se pensar e se repensar o planejamento urbano, incluindo o sujeito, reimaginando e reincorporando sua existência e sua *situación espacial*, visando o planejamento capaz de minimizar as desigualdades e as violências da racionalidade técnica. “Todo eso fundamenta pensar una *planificación urbana posible* agregando el imaginario individual y colectivo formados desde lo cotidiano fraccionado” (Costa, 2021, p. 110).

Assim, para complementar a discussão e para apresentar um panorama mais atual da realidade de Brasília e também do Distrito Federal, a próxima seção traz dados e informações que elucidam as desigualdades socioterritoriais e de gênero. Para além disso, busca interseccionar essas informações e espacializá-las com o auxílio da cartografia.

2.3 Cartografia crítica das desigualdades socioterritoriais e de gênero

“Quem construiu a cidade não são as pessoas que usufruem dela.” (Oficina 02, Direito à cidade e segregação, INESC, 2022).

Pensar e discutir as desigualdades socioterritoriais requerem um olhar crítico sobre o mundo. É fundamental que a análise transcenda o puramente descritivo e exercite a capacidade de reconhecer, na vivência do outro, as profundas disparidades que são produzidas e reproduzidas na realidade. Portanto, esta seção busca localizar as consequências do atual planejamento, já discutido, que privilegia a lógica estatal e mercadológica.

A partir dessa ótica, e considerando que o espaço urbano é organizado com formas irregulares de acesso a estrutura e a direitos, torna-se indispensável adicionar as questões de gênero e raciais. A interseção dessas variáveis é o foco da cartografia crítica apresentada, evidenciando as complexidades e as profundas violações que mulheres experimentam, cotidianamente, no território. Os dados a seguir demonstram como essas disparidades são espacializadas no Distrito Federal.

Com o intuito de entender a intersecção das desigualdades com as violências de gênero, serão apresentados e discutidos dados da quinta edição do Mapa das desigualdades. A pesquisa será complementada com a consulta direta às tabelas de dados da Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílios – PDAD de 2022. É importante destacar que a PDAD de 2022, utilizada pelo INESC, abrangeu uma amostra de 30.888 domicílios no Distrito Federal.

É válido salientar que o objetivo do Mapa das desigualdades é relacionar as percepções dos(as) moradores(as) de suas respectivas Regiões Administrativas aos dados estatísticos coletados. Assim, o relatório evidencia o intuito de contribuir com diagnósticos e discussões que possam auxiliar na denúncia e superação das profundas desigualdades instaladas no DF. Tais desigualdades surgiram a partir do momento em que se ignorou a história que antecedeu a organização desse território e, ao mesmo tempo, se desconsiderou as histórias dos(as) trabalhadores(as) que ergueram Brasília (como sintetizado anteriormente). Este objetivo está em consonância com a proposta desta pesquisa.

De acordo com os dados, o Distrito Federal é um território com cerca de 57,4% da população autodeclarada negra, percentual confirmado com os dados disponíveis no IBGE cidades, com base no último censo. No entanto, no contexto do Distrito Federal, esse percentual não é homogêneo: das 33 Regiões Administrativas que foram amostras de dados na época, 9 (nove) delas não tem mais de 50% da população autodeclarada negra, sendo essas RAs o Lago Sul, ParkWay, Sudoeste/Octogonal, Plano Piloto, Lago Norte, Jardim Botânico, Cruzeiro, Águas Claras e Guará. As demais Regiões Administrativas apresentam um percentual que varia de 50% a 75% ou mais da população autodeclarada negra.

Desse modo, ao observar os territórios que o Estado não atende, é possível identificar um quadro complexo, em que fatores como raça, gênero e renda se entrelaçam, formando um retrato desigual. No contexto do Distrito Federal, essa disparidade é verificada ao analisar que a maior renda *per capita* pode ser até 16 (dezesesseis) vezes maior que a menor renda no território. A convergência entre as menores rendas familiares e a maior população negra no Distrito Federal (Figura 2) espacializa as problemáticas da organização territorial impostas pelo planejamento inicial. Nesse sentido, ao ressaltar como exemplo a localidade com as menores rendas familiares *per capita*, como é o caso da Estrutural, verifica-se que ela é uma das Regiões Administrativas com maior população negra no Distrito Federal. Em contraste, o Lago Sul, uma das regiões com menor população negra, ocupa a outra ponta dessa desigualdade.

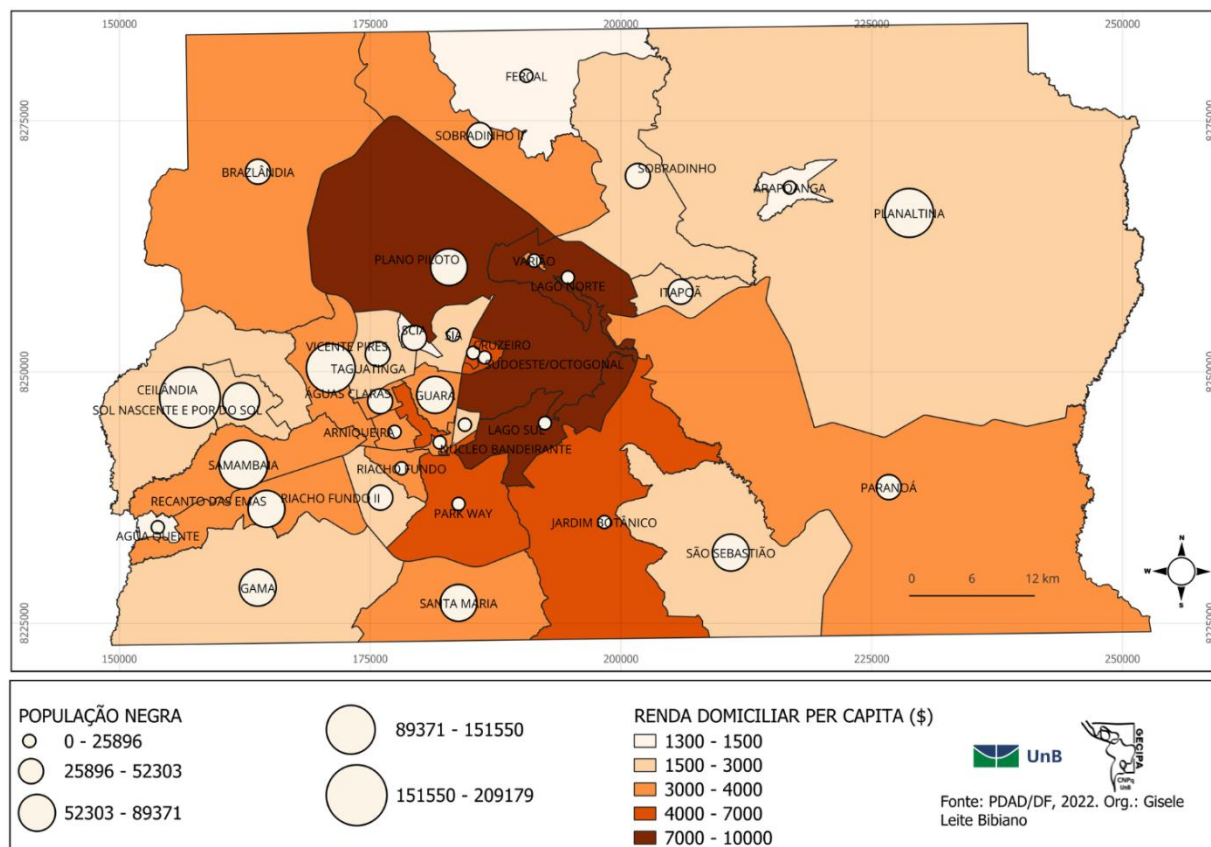
Essa disparidade evidencia a desigualdade no uso e acesso ao território, do mesmo modo, também configura a desigualdade nas relações sociais do país. Assim, constata-se que essa desigualdade é também estruturada e sustentada, como argumenta Theodoro (2022), pelo racismo estrutural³ que organiza a sociedade. No Distrito Federal, isso significa que a localização da residência é um fator de acumulação ou privação de direitos, funcionando como um vetor da desigualdade socioterritorial.

Partindo desse pressuposto, é preciso ressaltar que esta análise é realizada predominantemente a partir da ótica de planejamento descrita nos documentos, quanto à forma como ocorre o uso e ocupação do território no Distrito Federal. Reconhecendo que o conceito de *território usado* (Santos, 1998) na perspectiva do *planejamento urbano possível* (Costa, 2021) possui uma dimensão social intrínseca, que incorpora a percepção popular, este estudo identifica a necessidade de pesquisas empíricas que aprofundem essa dimensão por meio de dados qualitativos sobre os usos territoriais cotidianos.

Ao correlacionar os dados da distribuição da população e de renda domiciliar *per capita* (Figura 2) com os dados de infraestrutura (Figura 3 e 4), confirma-se que os territórios menos assistidos com infraestrutura, recursos e investimentos são aqueles com maior concentração da população negra, caso das Regiões Administrativas do SCIA/Estrutural, São Sebastião, Fercal, Sol Nascente/Pôr do Sol, Itapoã, Varjão.

³ De acordo com Silvio Almeida (2019, p. 22), “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”. Assim, o autor considera que todo racismo é estrutural, sendo a lógica de reprodução das desigualdades e violências que estão na base da formação social, organizando e moldando as relações políticas, econômicas e a vida contemporânea.

Figura 2: Mapa da população negra e do rendimento domiciliar per capita por RA do DF.



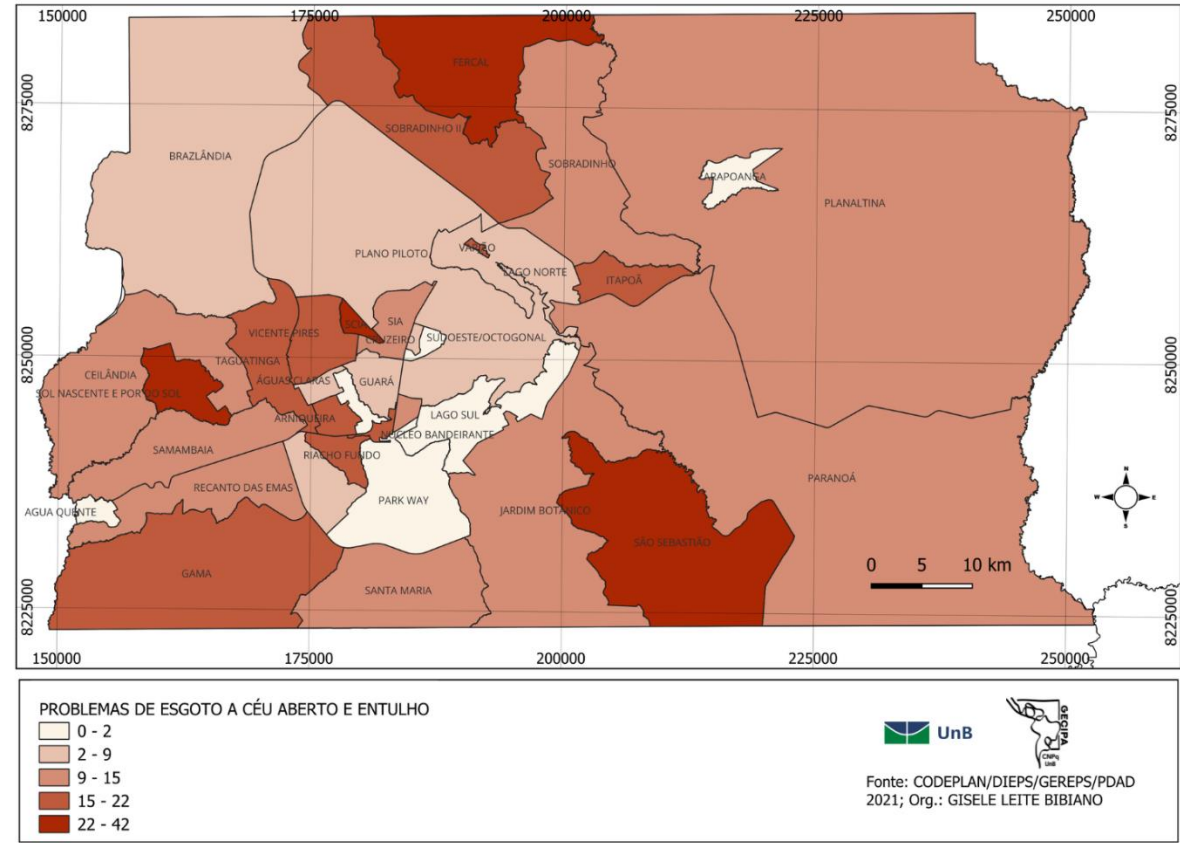
Fonte: elaboração própria a partir de CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021. (Qgis software, 2025).

A ausência de equipamentos públicos, tais como: Ruas arborizadas; jardins ou parques; praça; espaço cultural; academia comunitária/PEC; quadras esportivas; ciclovia/ciclofaixa; travessia sinalizada para pedestres; e pontos de ônibus, entre outros, e o alto índice de problemas envolvendo saneamento básico, como a presença de esgotos a céu aberto e entulhos nas cercanias ocorrem nas RAs anteriormente citadas o que, evidencia as desigualdades interseccionais expostas.

Sobre os mapas das figuras 3 e 4, é preciso esclarecer um ponto para que facilite na análise da espacialização. No mapa da figura 3, que trata dos problemas com o esgoto a céu aberto e entulhos, o gradiente da cor aumenta conforme a intensidade do problema em questão. Portanto, as RAs que mais sofrem com essa problemática são: Fercal, SCIA/Estrutural, Sol nascente/Pôr do sol, São Sebastião.

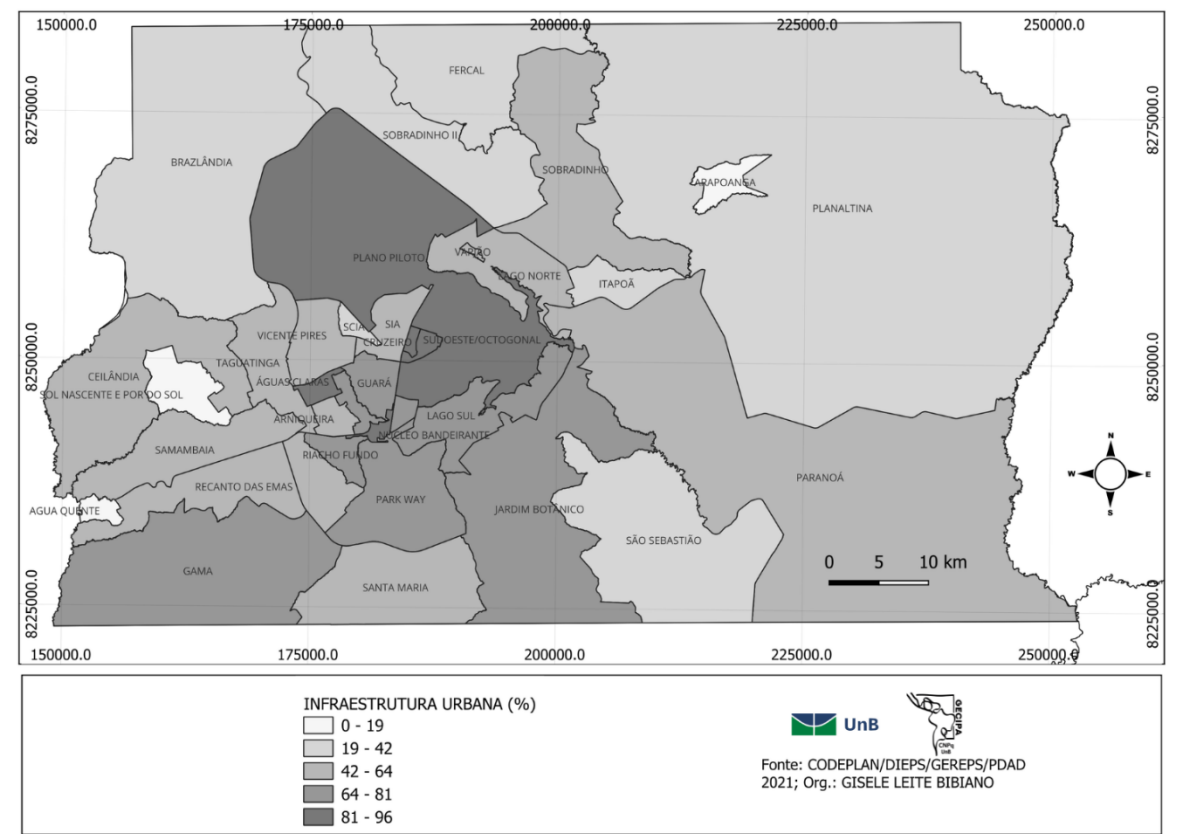
Já no mapa da figura 4, que trata sobre a infraestrutura urbana e equipamentos públicos, a sinalização do gradiente se inverte. Essa inversão se deve a forma como a pergunta direcionou a pesquisa, questionando sobre a existência dessa infraestrutura e equipamentos, tendo como valor de resposta o SIM ou NÃO. Assim, quanto maior a oferta de infraestrutura e equipamentos públicos na RA, mais escuro será o gradiente. As RAs em que a cor é mais clara, significa a falta de infraestrutura, caso das seguintes Regiões Administrativas: Fercal, SCIA/Estrutural, São Sebastião, Planaltina, Itapoã, Sobradinho II, Brazlândia e Sol Nascente/Pôr do Sol, Arapoanga.

Figura 3: Domicílios com problemas de esgoto a céu aberto e de entulho nas Regiões Administrativas.



Fonte: elaboração própria a partir de CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021. (Qgis software, 2025).

Figura 4: Mapa de infraestrutura urbana e equipamentos públicos no Distrito Federal.



Fonte: elaboração própria a partir de CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021. (Qgis software, 2025).

As fotografias organizadas em mosaicos na figura 5 permitem observar essas questões ligadas à falta de infraestrutura, tanto de algumas das cidades elencadas na pesquisa e espacializadas no mapa, quanto de outras que apresentam aspectos semelhantes, como é o caso de Arniqueiras e Varjão.

Logo, ao retomar os dados anteriores, observa-se uma convergência dos fenômenos analisados. As RAs em que se concentram acima de 60% da população negra, são as mesmas que enfrentam problemas com esgoto a céu aberto e entulho, do mesmo modo, são essas as RAs mais afetadas pela falta de infraestrutura urbana e equipamentos públicos nas cercanias do domicílio, possuem os menores rendimentos domiciliares, são onde a maioria da população tem maiores taxas de desempregos, subempregos e empregos informais, apresentando altos índices de insegurança alimentar, precários serviços de saneamento básico, falta de acesso a planos de saúde, educação, transporte público, segurança pública, acesso à cultura, esporte e lazer (INESC, 2022).

As lacunas aqui citadas expressam a verticalidade do planejamento, que utiliza o território como recurso. Ao negligenciar a infraestrutura dessas regiões, o Poder Público perpetua a desigualdade socioterritorial, transformando o uso do território para essa população um fator de vulnerabilidade e violação dos direitos, em contraste direto com a qualidade de vida e a funcionalidade ao Plano Piloto ou a outras RAs com características semelhantes, que podem ser visualizadas por meio do mosaico de fotografias da figura 6. Nestas fotografias evidenciam-se a distinção na infraestrutura e na organização espacial em relação as regiões com maiores vulnerabilidades, corroborando com a verificação do que anteriormente foi discutido sobre as disparidades de qualidades da estrutura e suas funcionalidades.

Figura 5: Fotografias das RAs do Distrito Federal com maiores problemáticas em infraestrutura urbana.





Fonte: Acervo autora (2026).

Figura 6: Fotografias das RAs do Distrito Federal com maior oferta de infraestrutura urbana.





Fonte: Acervo autora (2026).

Partindo desse pressuposto, é possível reafirmar que o território usado perpassa por uma complexidade em suas formas de utilização, que ora contemplam as práticas e ações realizadas pelas pessoas, ora contemplam práticas e ações realizadas por empresas. Assim, o território usado é o território abrigo, que se apresenta como um espaço banal, em um território recurso e também normado, ou seja, não é apenas um espaço físico, é um espaço ativo na sociedade e nas ações

humanas, é um espaço moldado a partir das relações de coexistência, e regulado a partir do normativo que orientam seu uso e ocupação (Santos, 1998).

Desse modo, reafirma-se que o território não pode ser entendido como um território em si ou como um conjunto de sistemas superpostos, mas enquanto território usado, que se configura não apenas como chão, mas também como identidade, que expressa sentimento, pertencimento, sendo fundamento do trabalho, da moradia, das trocas, do exercício da vida (Santos, 2007b).

Nesse sentido, ao trazer à discussão as questões de gênero, é possível constatar que as desigualdades sociais, assim como as desigualdades no uso do território, são mais sentidas pelas mulheres. A categoria gênero se alicerça na organização social, legitima e constrói as relações e também as estruturas socioeconômicas constituindo uma parte importante da igualdade e desigualdade. De acordo com Scott (1995, p. 91-92).

As estruturas hierárquicas dependem de compreensões generalizadas das assim chamadas relações naturais entre homem e mulher. [...] O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro.

A desnaturalização dessas relações elucidadas por Scott (1995) auxilia na compreensão sobre a configuração familiar, assim como na configuração da vivência cotidiana das mulheres nas RAs. Isso ocorre ao se verificar que parte significativa das famílias monoparentais, em que as mulheres são as líderes familiares, se encontram nas cidades com maior parte da população negra e com menor renda, como é o caso das cidades já destacadas: Varjão, Paranoá, Recanto das Emas, São Sebastião, SCIA/Estrutural. Desse modo, infere-se que as mulheres negras, moradoras das regiões mais empobrecidas, são a maior parte da população desempregada ou que realizam trabalho doméstico nas regiões mais abastadas do Distrito Federal (INESC, 2022). Tais apontamentos confirmam o caráter racializado e generificado das desigualdades no DF e corrobora com o que Alves (2019, p.7) destacou em seus estudos, em que

A maioria das mulheres pobres e negras são moradoras das periferias urbanas e essa realidade se expressa na vivência territorial, o que historicamente vem sendo demonstrado em dados e análises, em que a população pobre e que vive do trabalho (formal e informal) estão nas periferias urbanas, razão pela qual as colocam em situação de pobreza e distantes do acesso dos serviços públicos e da vivência em territórios dotados de melhor infraestrutura urbana, ou próximos aos ambientes da vida produtiva.

Este dado é um indicador de como a desigualdade de gênero se manifesta intrínseca a desigualdade socioterritorial. Essas mulheres, que dedicam grande parte do seu tempo a esses afazeres

e também trabalham fora, têm suas vidas condicionadas pela falta de acesso a serviços e equipamentos urbanos e pelas imposições e barreiras por serem mulheres. Essa realidade reforça as desigualdades e reduz o tempo que poderia ser destinado ao lazer, ao descanso e à convivência com os filhos. “Trata-se de um círculo vicioso, pois são pessoas que em geral possuem baixa escolaridade, cujos filhos terão dificuldades para concluir os estudos, fazendo com que as desigualdades se perpetuem” (INESC, 2022, p. 34).

Pensando a partir do interesse de compreender a intensidade com que as desigualdades promovem ou reativam as violências, é importante ressaltar aspectos da Segurança Pública no Distrito Federal. Os dados dispostos terão por base indicadores da desigualdade regional, atravessados pelas estruturas de opressão e dimensionados pelas questões raciais e de gênero.

Nesse sentido, verifica-se que as taxas de homicídio são mais elevadas nas RAs que apresentam maiores níveis de desigualdade em relação à raça, renda e infraestrutura. As dinâmicas desses homicídios, por sua vez, seguem os padrões de dados nacionais. Já os crimes de racismo, estão espalhados por todo o DF, mas são mais frequentes em cidades com maioria branca, ou em ambientes de trabalho liderados por pessoas brancas (INESC, 2022).

É importante destacar que há uma resistência institucional em denunciar o racismo, o que contribui para sua subnotificação. Por outro lado, os casos de injúria racial apresentam maior quantidade de notificações, e as desigualdades regionais ainda se refletem nessas ocorrências, mantendo as mesmas proporções de disparidade (INESC, 2022).

Nesses locais, também é possível verificar a violência de gênero. Os dados do Boletim Epidemiológico sobre a Violência contra a Mulher no Distrito Federal, de 2022 e publicado em 2023 pelo Núcleo de Estudos, Prevenção e Atenção às Violências - NEPAV, em parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN-SES/DF e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN, oferecem um panorama detalhado das violências interpessoais enfrentadas por mulheres nas Ras, a partir do dado amostral de 3.824 casos notificados no período de um ano.

Sobre a caracterização dos tipos de violência, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, define os tipos de violências e abuso contra a mulher de acordo com as seguintes categorias: violência sexual, violência patrimonial, violência moral, violência física e psicológica (Brasil, 2006).

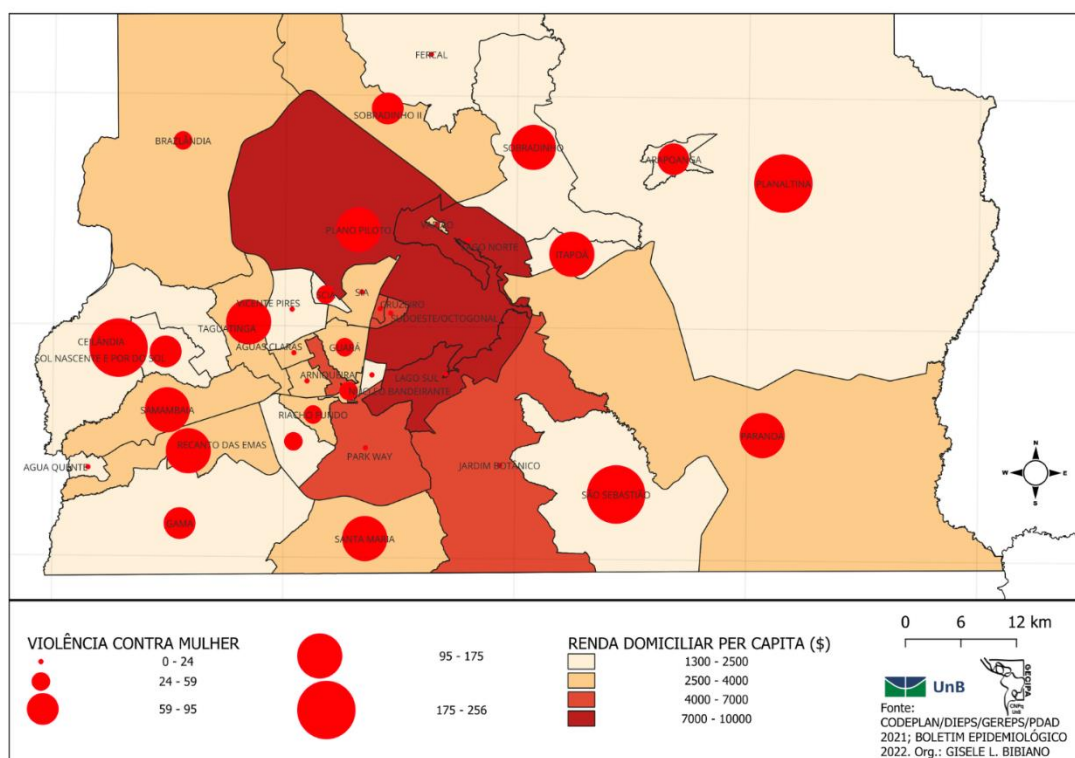
Segundo o boletim, ao analisar os diferentes tipos de violência — física, sexual, psicológica e financeira — observa-se que aproximadamente 88,2% dos casos de lesão contra mulheres ocorrem entre indivíduos residentes na zona urbana. Dentre esses, a violência sexual, com a notificação mais frequente, é representada pelo estupro, que corresponde a cerca de 74,5% das notificações. Além disso, o cônjuge é o vínculo mais comum entre os agressores, representando 19,7% dos casos, seguido por desconhecidos, com 18,5%.

Do total de casos notificados, 49,9% das violências, especialmente as de natureza física, ocorreram com mulheres adultas. Ao segmentar esses dados por raça, cor e etnia, nota-se uma prevalência alarmante de notificações de violência contra mulheres negras, que representam cerca de 56,1% dos casos, variando entre violência física e sexual. A análise da distribuição dos casos revela que aproximadamente 63,6% das violências ocorrem no ambiente doméstico, enquanto cerca de 20,6% acontecem em espaços públicos, comerciais e industriais, com destaque para a violência física e sexual nas vias públicas.

Em vista disso, é possível destacar que as Regiões Administrativas com os piores indicadores de políticas públicas, infraestrutura e renda são também as que apresentam as maiores taxas de violência contra a mulher (Figura 7 e 8). As RAs com maiores taxas de feminicídio de acordo com PDAD/DF 2022 são: Santa Maria, Samambaia e Ceilândia. Já sobre as taxas de estupros e descumprimentos de medidas protetivas da Lei Maria da Penha ganham destaques alarmantes as RAs de Planaltina, Samambaia e Ceilândia.

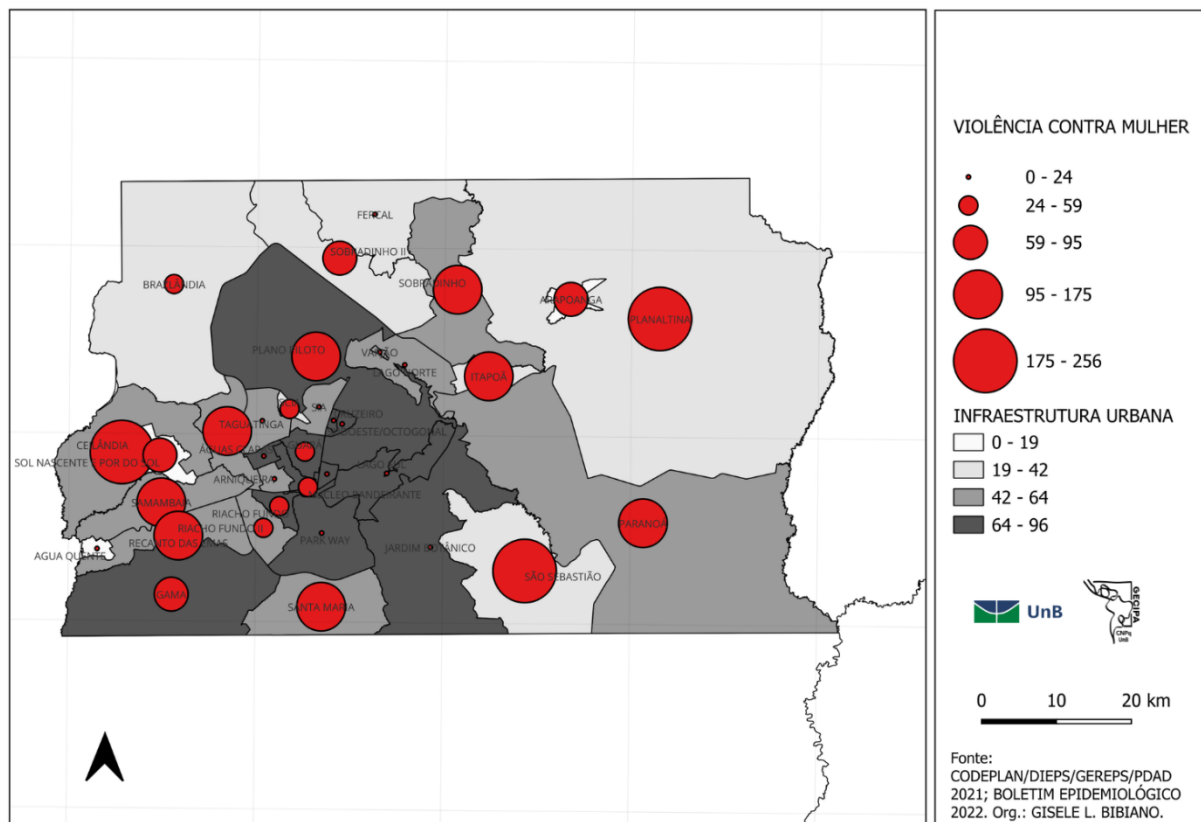
Com essa constatação, é preciso realizar um adendo, chamando atenção para que esses apontamentos não incitem prejuízos aos que vivenciam essa realidade, uma vez que, “ao contrário do argumento preconceituoso e racista de que estas regiões são habitadas por pessoas mais violentas, a correlação de dados de acesso às políticas públicas como um todo torna óbvio que é na desigualdade construída pelo Estado que está a chave desta violência” (INESC, 2022, p. 67).

Figura 7: Mapa com intersecção da renda domiciliar *per capita* e violência contra a mulher.



Fonte: elaboração própria a partir de CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PPAD 2021; Boletim Epidemiológico 2022. (Qgis software, 2025).

Figura 8: Mapa com intersecção da infraestrutura urbana e violência contra mulher.



Fonte: elaboração própria a partir de CODEPLAN/DIEPS/GEREPS/PDAD 2021; Boletim Epidemiológico 2022. (Qgis software, 2025).

Nesse contexto, Souza (2019, p. 8) afirma que

Nas cidades e nas metrópoles, onde a pobreza se instala, pela natureza do uso do território e pela essência do sistema de ações correspondente que não foram dominadas pela volúpia do tempo presente, resulta uma diferença qualitativa de processo civilizatório. Nelas as relações sociais são distintas, complexas, difíceis, mas a vida se dá, contrariamente aos discursos alarmistas, daqueles que explicam a violência, onde os sujeitos da periferia são sempre chamados a se responsabilizar por ela, vinculando-os a processos intensos de criminalização da sua própria existência. Os habitantes da periferia não são sujeitos da violência, são suas maiores vítimas!

Deste modo, embora haja um destaque aos dados apresentados sobre as periferias do Distrito Federal por apresentarem altos índices de homicídios e feminicídios, o Plano Piloto, rico em espaços culturais, lidera em casos de racismo, importunação sexual e assédio sexual (SSP DF, 2023-2024).

Pois, se por um lado, é nas periferias que se concentram os maiores índices de homicídio e feminicídio no DF, é o Plano Piloto – região com o maior número de espaços culturais como teatros, museus, praças e parques – que lidera o ranking do crime de racismo. Percebe-se então que, para além da violação de direitos sofrida pela população pobre, negra e periférica, o acesso a estas políticas não inibe ou extingue o caráter classista e racista do centro da capital (INESC, 2022, p. 70).

Essa disparidade não é fruto do acaso, mas sim o reflexo de que a cidade representa um conjunto de práticas socioespaciais diversas e contraditórias que, em última instância, refletem a

realidade urbana perante a influência do capital globalizado, que organiza ou mesmo desorganiza as cidades e do mesmo modo as relações (Barbosa, 2007).

O mesmo autor ainda pontua que essa ideologia neoliberal promove a criação de uma nova imagem para as cidades, que fomentam a existência de valorização da iniciativa pessoal, individual como possibilidades suficientes para a vida em sociedade, no entanto, observa-se na realidade uma ruptura, uma descontinuidade, haja vista que, maior parte das relações são balizadas pelas regras do mercado, pela competitividade, emergindo assim uma nova norma moral de existência urbana que contamina as mais diversas escalas das relações sociais, pautadas na desigualdade e na indiferença.

A cidade, como uma construção complexa de diferentes locais, possui um significado político claro, pois reflete a vida de homens e mulheres que tentam moldar seus próprios destinos, os quais, devido à sua realidade espacial, estão interconectados. Assim, a cidade – especialmente as grandes cidades – se apresentam como um espaço que representa condições reais de existência (Barbosa, 2007).

Assim, comprova-se que os padrões das desigualdades no DF são reiterados em todos os indicadores, sendo uma produção do Estado e das elites. Esse projeto foi colocado em prática desde o início do processo de mudança da capital para o Planalto Central, a partir do momento em que se ignorou as pessoas que aqui já ocupavam e se desconsiderou a existência e os anseios daqueles que vieram de outras localidades. Isso impactou diretamente na construção da participação social, da dignidade, da cidadania e, concomitantemente, na produção de violência e repressão (INESC, 2022).

2.3.1 Do território mapeado ao território vivido - percepções a partir da população do Distrito Federal

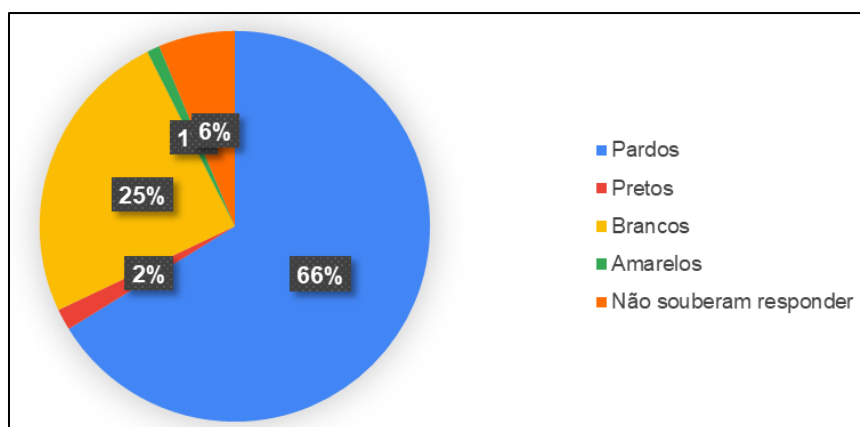
Para além da representação espacial obtida através da cartografia das desigualdades, a fim de relacionar o que é percebido pela população ao que é proposto pela organização normativa do território, apresentam-se aqui dados coletados no trabalho empírico nas 35 Regiões Administrativas do Distrito Federal. As entrevistas foram realizadas com um total de 284 pessoas, sendo 224 mulheres e 60 homens. Embora o foco inicial fosse verificar e ampliar percepções obtidas através dos questionários aplicados exclusivamente a mulheres, a etapa de entrevistas revelou a oportunidade de expandir o debate sobre as formas de apropriação do território. Nesse sentido, incorporou-se a percepção masculina para conferir maior abrangência ao entendimento sobre o uso dos territórios no Distrito Federal, permitindo, adiante nesta pesquisa, uma análise comparativa.

Nessa perspectiva, a entrevista foi organizada com questões que foram feitas a ambos os públicos e algumas que foram direcionadas apenas às mulheres. As questões utilizadas para ambos os públicos tiveram como foco o intuito de entender a percepção sobre os usos do território, a cidade e sua estrutura. O perfil dos entrevistados revelou uma amplitude geracional, com idades variando de

18 a 81 anos, e uma composição étnico-racial em que 66% se autodeclararam pardos (Figura 9). Quanto ao tempo de residência, 35% dos participantes afirmaram viver em sua RA entre 1 e 10 anos, enquanto 62% residem na mesma localidade há mais de uma década. Essa permanência sinaliza que as cidades escolhidas oferecem, de algum modo, condições que viabilizam a fixação dessas pessoas no território (Figura 10).

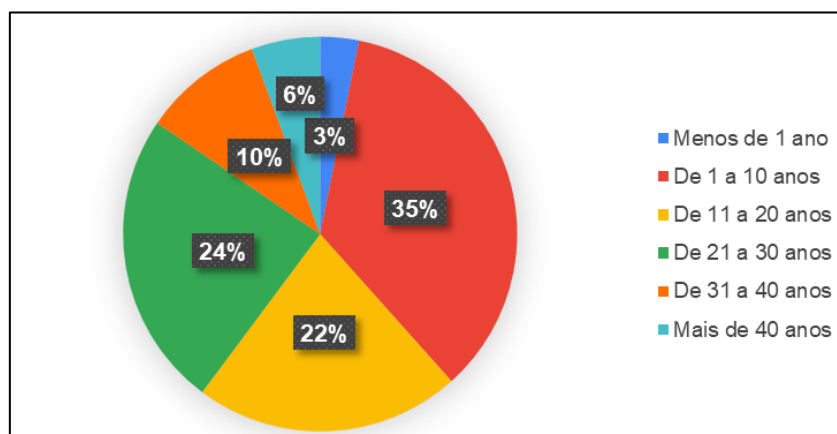
É importante compreender que esse dados confirmam a dependência das Regiões Administrativas em relação ao Plano Piloto e às áreas mais centrais, conforme já alertado por Silveira (1999) e evidenciado pelo PDOT (2009), onde a infraestrutura se concentra. A forma como as pessoas utilizam o território no Distrito Federal está intrinsecamente ligada a uma dinâmica imposta por um planejamento zoneado que, muitas vezes, não abarca as necessidades reais da população.

Figura 9: Gráfico com perfil étnico-racial dos moradores do DF.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas em entrevistas, 2026.

Figura 10: Gráfico sobre tempo de residência na Região Administrativa.

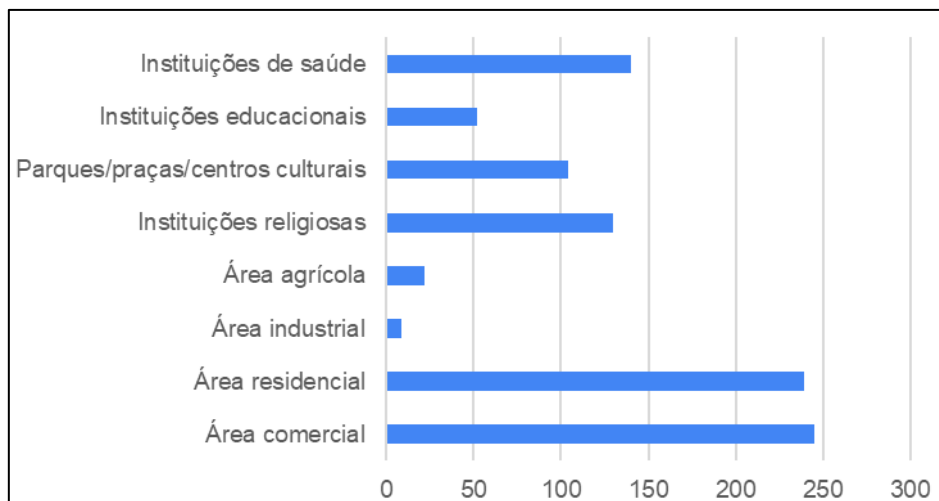


Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas em entrevistas, 2026.

Ao confrontar o uso cotidiano do território com o ordenamento normativo, constatou-se que as áreas mais frequentadas são as residenciais e comerciais (Figura 11), sendo utilizadas para vários fins: acesso a instituições de saúde, educação e lazer. Ainda que o planejamento delimite funções

para determinadas áreas, percebe-se que a população as ressignifica conforme suas necessidades, apropriando dos territórios para habitação, trabalho, consumo, estudos, serviços de saúde, bem-estar e práticas religiosas.

Figura 11: Gráfico sobre usos do território no DF a partir da percepção popular.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas em entrevistas, 2026.

O caso do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) exemplifica esse contraste. Planejada estritamente para fins industriais e comerciais, a região apresenta hoje usos residenciais que alteram o planejamento original, como ocorre no Setor de Chácaras (ASCHAGAS). Trata-se de um núcleo habitacional ainda não reconhecido pelo governo, originado do loteamento de antigas fazendas por meio de vendas, doações ou ocupações. Por ser uma área não legalizada, a ausência de infraestrutura básica – rede de esgoto, água encanada, asfalto e serviços de saúde – obriga os moradores a buscarem suporte em outras RAs. Essa dinâmica dialoga com a perspectiva defendida aqui a partir de Santos (1998) sobre os usos do território e sobre como os sujeitos o ativam conforme suas necessidades.

Ao serem questionados sobre o que os fazem permanecer nessa cidade, os moradores ressaltaram o acesso à casa própria e o baixo custo de vida como fatores determinantes, mesmo diante de problemas com a legalização, serviços públicos e infraestrutura. Além disso, a localização central do SIA, embora não tenha sido projetado para fins residenciais, facilita o acesso a serviços em cidades vizinhas, o que é percebido e indicado como uma vantagem que compensa a ausência do aparelho público local.

Nesse sentido, é possível observar várias situações no DF em que o território, ou partes dele, foi ocupado primeiramente pela população para, posteriormente, ser transformado em um setor ou até em uma Região Administrativa. Podem-se citar os casos do SCIA/Estrutural – que até os dias atuais passa por questões de regularização de seus bairros –, Ceilândia, Itapoã, Samambaia, São Sebastião, Paranoá, Sol nascente/Pôr do Sol, entre outras. Essas áreas com uma ocupação

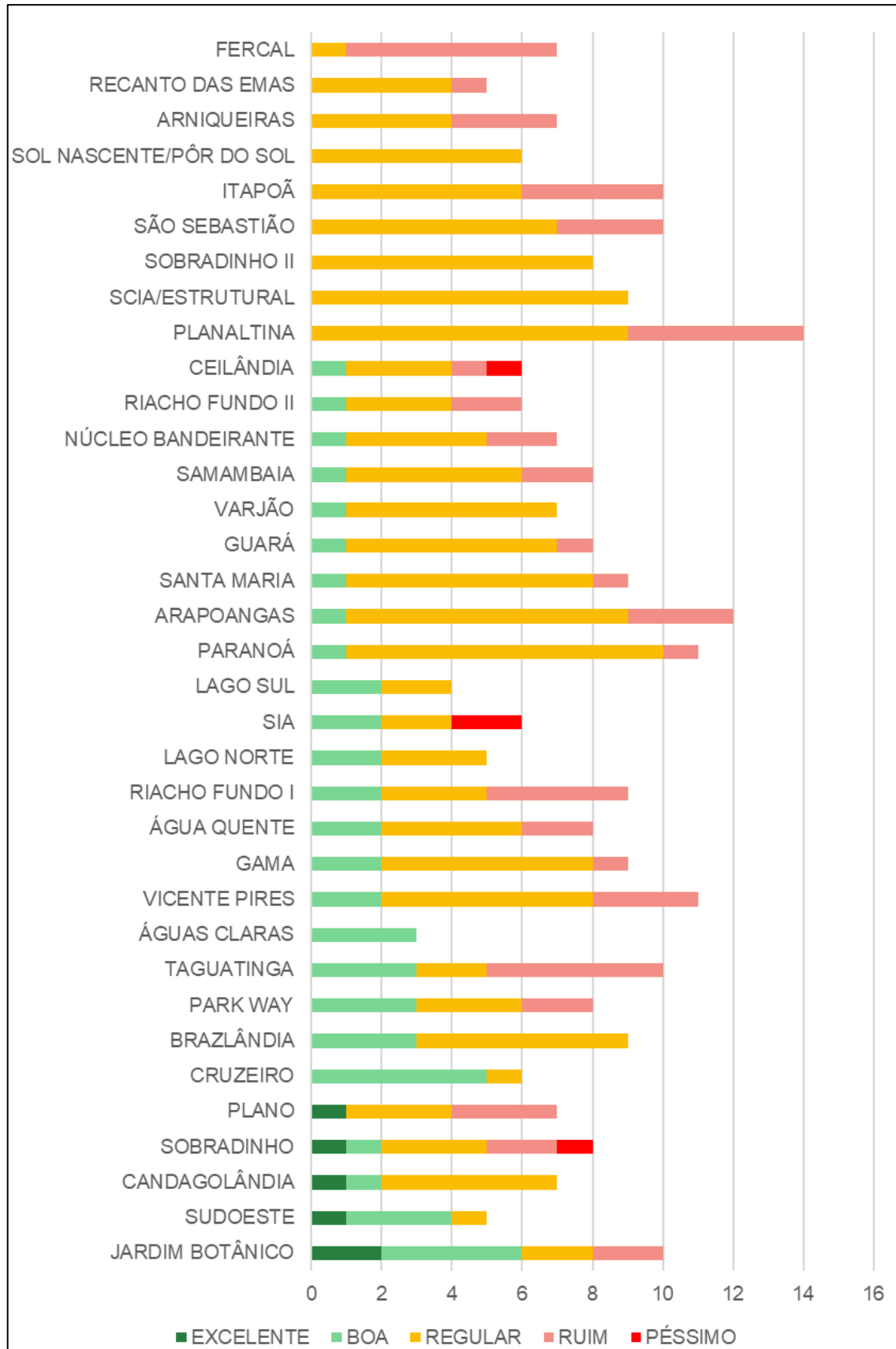
desordenada, consolidam-se com um planejamento que não consegue, de fato, proporcionar o que a população precisa. Por isso, observa-se a importância de um *planejamento urbano possível* (Costa, 2021) que parta da realidade e da participação popular, para se pensar em possibilidades de melhorias.

Até o momento, foram apresentadas análises de dados secundários sobre as questões de infraestrutura das cidades. Para complementar esse panorama, será apresentado o resultado dos dados obtidos em campo. No que tange à infraestrutura ofertada nas cidades do DF, os participantes foram questionados sobre como avaliavam a qualidade da oferta e estrutura das praças, ruas, calçadas e iluminação. Essa avaliação utilizou como referência uma escala que partiu de péssimo (infraestrutura inexistente ou totalmente inacessível) a excelente (uma infraestrutura em que não se vê necessidade de melhorias). O gráfico de barras apresentado na figura 12 ilustra, por meio das cores, a avaliação de cada entrevistado em sua respectiva RA. É importante ressaltar que as cores no gráfico representam as categorias de avaliação (péssimo, ruim, regular, bom e excelente), enquanto os números indicam a quantidade de participantes em cada RA.

De modo geral, a percepção dos entrevistados classifica a infraestrutura no Distrito Federal como regular – indicando que, embora funcional, precisa de manutenção urgente (Figura 12). As RAs Fercal, Recanto das Emas, Arniqueiras, Sobraquinho II, SCIA/Estrutural, São Sebastião, Itapoã e Planaltina foram citadas como as cidades com as maiores problemáticas em sua infraestrutura. Entre os itens avaliados, a iluminação pública emergiu como o item mais crítico na percepção dos moradores. Em contrapartida, as localidades que se destacaram pela oferta de maior infraestrutura foram Águas Claras, Cruzeiro, Sudoeste e Jardim Botânico.

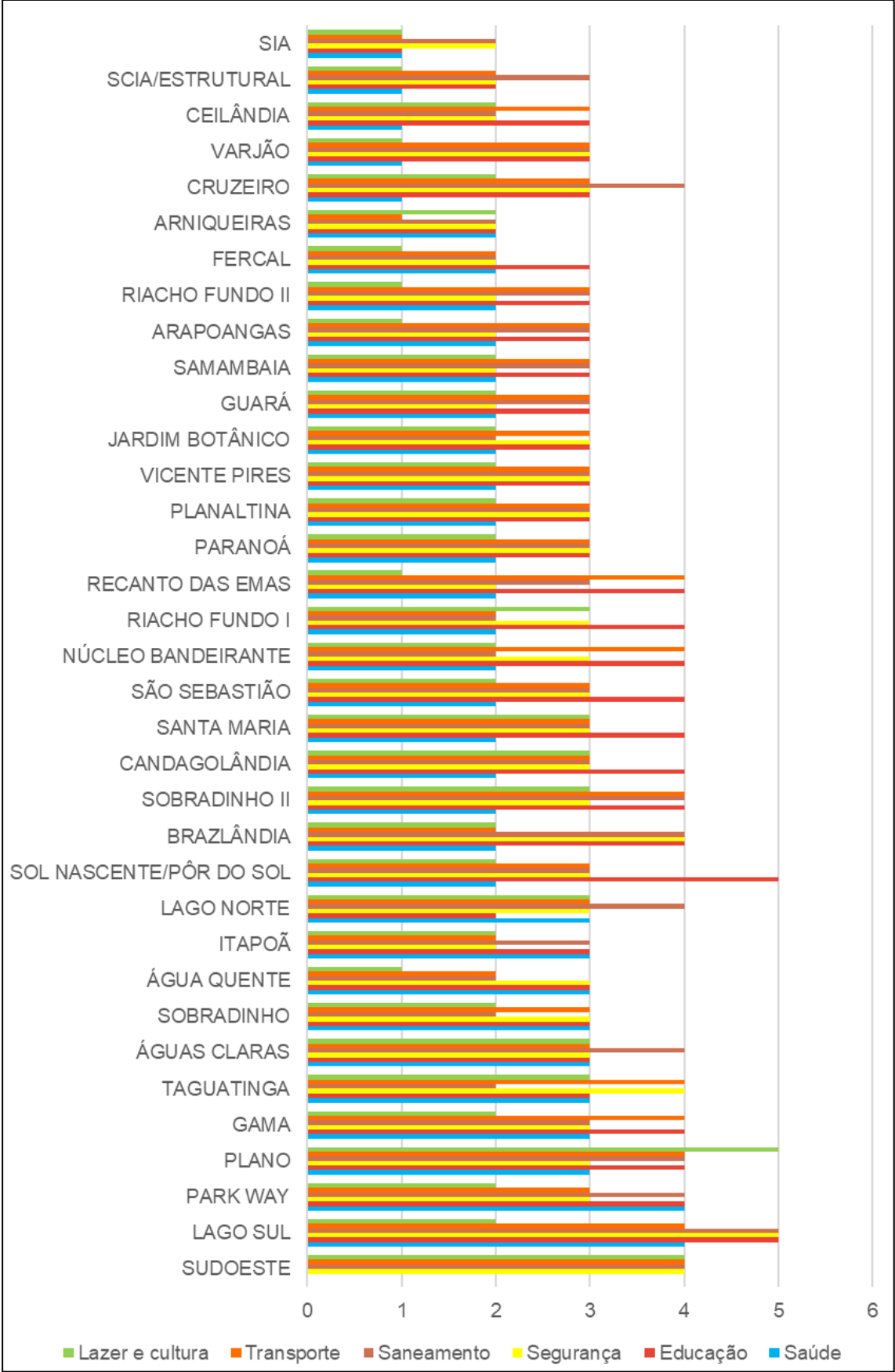
Quanto aos serviços públicos, a percepção dos participantes sobre a qualidade da oferta foi mensurada em uma escala de intensidade, apresentada no gráfico da figura 13. Os valores nesse gráfico variam de 0 a 5, indicando a variação da qualidade dos serviços em que 0 se refere a péssimo e 5 a excelente. No gráfico da figura 13, é possível visualizar a avaliação de cada morador sobre os serviços de sua respectiva RA. As cores indicam as categorias de serviços ofertados (lazer e cultura, transporte, saneamento, segurança, educação e saúde). Observa-se que, em algumas regiões, como no Sudoeste, certos serviços não aparecem no gráfico por não serem ofertados na cidade.

Figura 12: Gráfico com informações sobre a qualidade da infraestrutura das RAs do DF.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas em entrevistas, 2026.

Figura 13: Gráfico com informações sobre a qualidade dos serviços públicos das RAs do DF.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas em entrevistas, 2026.

A partir do que é apresentado na figura 13, compreende-se que as Regiões Administrativas que apresentaram os piores índices de serviços públicos foram o SIA, SCIA/Estrutural, Arniqueiras, Fercal e Ceilândia. Por outro lado, as melhores avaliações concentraram-se no Plano Piloto, Lago Sul, Sudoeste e Park Way. De modo geral, em todo o Distrito Federal, os serviços de lazer e saúde foram mencionados como os mais deficitários, com avaliações que oscilaram entre péssimo e ruim.

No que tange ao lazer e à cultura, as manifestações dos entrevistados evidenciaram a carência de espaços de convivência e entretenimento próximos às suas residências. A população enfatizou que esses locais são fundamentais para o descanso da rotina semanal e para a convivência. Em relação aos ambientes e estrutura já existentes, as principais queixas foram sobre a falta de manutenção e a crescente insegurança.

Nas fotografias dispostas na figura 14, é possível verificar o contraste em relação à conservação dos espaços públicos. De um lado, observa-se uma área de lazer no setor Areal (Arniqueiras) com estruturas abandonadas. Em contraposição, o parque no Lago Norte apresenta equipamentos bem cuidados e jardinagem em dia. Tais imagens corroboram a percepção cotidiana da população, em que a desigualdade não é apenas um dado estatístico, mas uma realidade nitidamente visível nos espaços públicos do Distrito Federal.

Sobre a insegurança, este também foi um ponto recorrente em diversos momentos da entrevista. Em algumas cidades, moradores manifestaram o fato de não estarem participando de festas e eventos culturais tradicionais devido ao medo da criminalidade e a falta de policiamento nas regiões.

Figura 14: Fotografias para comparação das estruturas em RAs distintas do Distrito Federal.



Fonte: Autoria própria (2026).

Ao aprofundar na análise dos dados, foi possível observar que a ausência de determinados serviços públicos impactam as classes sociais de maneiras distintas. Em RAs mais centralizadas e de maior poder aquisitivo, a escassez de infraestrutura ou da oferta de serviços públicos não é apresentada como um problema impeditivo já que essa população consegue acessar a soluções privadas, morarem em condomínios, usufruírem de plano de saúde, transporte próprio e terem acesso à educação particular. No entanto, em RAs de menor renda, as dificuldades são acentuadas, com ênfase na precariedade do transporte público e nos obstáculos para o acompanhamento médico e escolar dos filhos.

Desse modo, a experiência urbana é marcada pela desigualdade socioterritorial. Essa assimetria no acesso aos serviços básicos reflete o que Santos (2007b) explica sobre um planejamento urbano que acontece com recursos residuais, o que por sua vez não consegue abarcar as prioridades políticas e econômicas de grande parte da sociedade, “mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna” (Santos, 2007b, p. 157).. Confirma-se o que aqui tem sido defendido, que o planejamento urbano tem se fundamentado em ideologias tecnocráticas e hegemônicas que negligenciam as desigualdades vivenciadas no espaço urbano, perpetuando relações de exploração e dominação. No qual, mesmo com modificações e atualizações, continua a ser um modelo ineficiente, sobretudo pela omissão dos aspectos subjetivos na organização espacial, comprometendo sua integralidade (Villaza, 1999).

A ocupação do espaço urbano e a organização das atuais cidades brasileiras, refletem nitidamente essa realidade desigual e essa tendência de esvaziamento do sentido e do direito de habitar. “Por isso, as somas devotadas à educação, à saúde, à cultura, ao lazer estão sempre se reduzindo, enquanto aumentam as necessidades reais criadas pela pressão da modernidade. O resultado são os déficits permanentes e crescentes nessas áreas” (Santos, 2007b, p. 158).

É importante ter claro que para além dos serviços, a questão da territorialidade, como defende Souza (1998), também precisa ser considerada, pois “a questão da espacialidade, da territorialidade brasileira, é sempre deixada de lado nas discussões políticas e nas formulações dos Planos e Políticas Públicas”.

Essa negligência contribui para a perpetuação das desigualdades, uma vez que as políticas públicas muitas vezes não consideram as especificidades territoriais e as necessidades das populações locais. A falta de uma abordagem territorial nas políticas públicas resulta em um planejamento urbano que ignora as realidades sociais, levando à intensificação das desigualdades. Isso pois, “[...] temos a desigualdade levada a cabo, principalmente, pela formação da propriedade privada da terra e a construção de uma sociabilidade que se reproduz sob a égide de relações autoritárias” (Ribeiro, 2015, p.171). Assim, verifica-se na realidade que “os reclamos de ordem social são atendidos com o que

sobra de outras prioridades, consideradas mais prioritárias e que, de maneira geral, se incluem na órbita do econômico, do político, do militar e do estratégico” (Santos, 2007b, p. 157).

Comprova-se assim que a consolidação e perpetuação do empobrecimento social e da violação de direitos, influenciam diretamente na qualidade de vida e nas condições de existência de parte da população, e não somente isso, mas também influenciam no ordenamento territorial e no direito diferenciado de seu uso. Exemplo disso são as comunidades vulnerabilizadas que são em sua maioria relegadas de determinados espaços, de maneira que “os contrastes e as desigualdades de renda afloram [...]” e consequentemente “[...] o acesso a um pedaço de terra, o tamanho, o tipo e material de construção espelham nitidamente as diferenciações de classe [...]” distinguindo o acesso à habitação e aos meios de consumo coletivo (Carlos, 2013, p.77-78). As condições que uma pessoa tem para viver dependem dos seus acessos e restrições, retomando o questionamento, nesse caso específico, sobre o direito à cidade e o exercício da cidadania (Carlos, 2013).

Em uma sociedade marcada por desigualdades, a cidade apresenta-se de formas diversas. Para alguns, ela é um espaço de conforto, cultura e segurança, com acesso pleno a comércio, serviços, atividades culturais e de lazer. Por outro lado, para outros, a vida urbana se configura como um ambiente caótico, perigoso e hostil, onde há ausência de direitos básicos ao lazer e à segurança (Theodoro, 2022).

Seguindo essa perspectiva, os entrevistados foram questionados sobre as motivações para a permanência em suas respectivas RAs. As justificativas foram variadas: casa própria, condição financeira, localização e proximidade, trabalho, segurança, qualidade de vida, vínculos familiares, tranquilidade, contato com a natureza e o sentimento pela cidade. Notou-se que as menções à qualidade de vida, trabalho, tranquilidade e segurança estiveram conectadas a moradores de regiões mais centralizadas, dotadas de maior oferta de infraestrutura e serviços. Em contrapartida, justificativas pautadas em condições financeiras, aquisição da casa própria e vínculos familiares foram mais recorrentes entre aqueles que residem em áreas mais deficitárias.

Contudo, essa observação não é determinante, visto que a experiência de habitar a cidade é única e particular. Assim, para além das indicações de infraestrutura, emergiram falas que demonstraram sentimento de identidade e afeto pelo território, independentemente das carências de serviços e estruturas locais.

“Eu amo a estrutural, uma terra que Deus me deu aqui, amo essa cidade” – morador(a) SCIA/Estrutural; “Vínculos de amizade, vínculos familiares, me sinto bem aqui, sempre gostei muito daqui, criei vínculo com a comunidade, mas aqui é tudo muito difícil” – morador(a) Fercal; “Minha família, principalmente neta, se não, não estaria aqui. Também fica perto do Plano” – morador(a) Itapoã; “Gosto daqui, mas o que me segura é o aluguel barato e a localidade do meu salão que dá o sustento da minha família” – morador(a) Samamabaia; “Eu gosto aqui do gama. Acho tranquilo, é uma cidade de interior, com cultura da feira e igreja” – morador(a) Gama; “Aqui parece ser uma cidade do interior,

todo mundo se conhece, todos têm essa proximidade. E aqui é muito bem localizada” – **morador(a) Vicente Pires**; *“Nasci e vivi a vida toda aqui”* – **morador(a) Cruzeiro**; *“Qualidade do bairro, casa, área verde extensa, ar puro sem poluição. Moro bem porque não preciso sair todos os dias. Valorizo muito aqui a feira orgânica, tudo certificado, produtos de qualidade, isso é um aspecto muito positivo”* – **morador(a) Park Way**; *“Gostei da área, me sinto segura onde moro e nas proximidades, gosto da infraestrutura”* – **morador(a) Lago Norte**; *“A natureza, o fato de ter casa própria em condomínio”* – **morador(a) Jardim Botânico**”.

Nesse sentido, comprova-se a discussão aqui proposta sobre o território usado, que se configura como identidade, sentimento, pertencimento, trabalho, moradia, como troca e exercício da vida. Pensar o território usado, permite entender como o planejamento pode proporcionar ao ser humano sua realização plena. Essa realização, conforme aponta Santos (2007b, p. 18), “[...] deve resultar de um quadro de vida material e não material, que inclua a economia e a cultura”.

Desse modo, a cultura e a economia conectam-se ao território como um dado ativo, pois este é mais do que um conjunto de objetos, é um dado simbólico que “ não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos” (Santos, 2007b, p. 82). É essa comunhão que confere valores de uso ao território. Do mesmo modo, são as transformações no território e no seu uso que permitirão o alcance de uma cidadania democrática e igualitária (Santos, 2007b).

Logo, tal realidade das RAs requer um planejamento urbano que interprete o território multifacetado, que seja capaz de incorporar elementos multiescalares na ótica do imaginário (consciência coletiva e individual), da cultura (realizada no cotidiano) e da existência (o sujeito situado), bem como propõe Costa (2021) na ótica do “*planejamento urbano possível*”. Confirma-se, assim, que o velho planejamento urbano funcionalista e tecnicista não consegue abarcar a estrutura urbana em sua totalidade, falhando em contemplar os diferentes usos do território, bem como a expressão das práticas sociais realizadas pelos sujeitos em sua multi constituição. O plano urbano atual, baseado em um zoneamento que separa cada parte da cidade, contribui para a diferenciação espacial das atividades e funções reais intrínsecas à realidade (Medeiros & Campos, 1999).

CAPÍTULO 3 - DA CIDADE PLANEJADA À CIDADE DO MEDO: ESTRUTURAS E LUGARES FACILITADORES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A realidade das mulheres no Distrito Federal é marcada não apenas por contextos de violência, mas, sobretudo, pelo medo persistente de se tornarem vítimas. Esse medo está atrelado a qualquer tipo de ação que comprometa a integridade em ordem material, física, psíquica, sexual e moral (Saffioti, 2015) das mulheres, uma vez que se sentem mais vulneráveis frente às relações ainda sustentadas pelo sistema patriarcal. A partir dos questionários e entrevistas realizadas nas Regiões Administrativas, foi possível constatar que, além da violência e das desigualdades socioterritoriais cotidianas, o medo atua como um potente limitador da existência plena das mulheres nas cidades, haja vista que seus corpos, percebidos como públicos, são tratados como objeto de controle e dominação tornando-se mais vulneráveis e expostos (Peccini, 2020).

Historicamente, pesquisas sobre o cenário das mulheres nas cidades – como as de Calió (1997); Saffioti (2015); Peccini (2020) e Kern (2021) – demonstram como suas lutas e conquistas cotidianas possuem um peso existencial profundo. Essas conquistas de ter uma profissão, estudar, de ocupar espaços antes não ocupados, não são uma sequência simples de feitos cotidianos ou de possibilidades de se moverem pelos espaços, mas representam sua independência, sua liberdade e a garantia do seu próprio ser.

Contudo, mesmo com essas conquistas, percebe-se que mulheres, independentemente de raça ou classe social, vivem em constante estado de alerta. O medo impõe um planejamento prévio e minucioso como, escolher o trajeto, a vestimenta e o horário. Esse planejamento tornou-se uma estratégia de precaução para que as mulheres não sejam culpabilizadas por suas violações. Essa gestão é parte do dia a dia feminino, evidenciando que a sociedade e o Estado ainda falham em garantir espaços onde elas possam, de fato, existir em segurança.

Portanto, o objetivo deste capítulo é identificar e categorizar as estruturas, monumentos ou lugares específicos dos espaços públicos do Distrito Federal que são considerados pelas próprias moradoras como facilitadores da violência contra a mulher, podendo configurar a cidade como um território de medo. Pretende-se, ainda, avançar nas reflexões sobre como as desigualdades socioterritoriais têm influenciando ou ativado esse contexto.

3.1 Violência refletida em vivências no espaço público: o contraste entre gêneros no Distrito Federal

Historicamente, a desigualdade no uso do espaço público entre homens e mulheres foi negligenciada, prevalecendo abordagens centradas em aspectos demográficos, econômicos, culturais e políticos. A divisão espacial e temporal da cidade, marcada pela separação entre trabalho e lar, reflete hierarquias que posicionam a mulher no espaço doméstico e o homem no espaço público. O sistema patriarcal, em inter-relação simbiótica com o capitalismo, estrutura uma divisão sexual do trabalho nas esferas produtiva e reprodutiva, configurando um sistema social de dominação integrado.

Compreender essa totalidade permite analisar a condição feminina no meio urbano considerando tanto a exploração econômica capitalista quanto a opressão sexual patriarcal, manifestas nas esferas pública e privada, respectivamente (Calió, 1997). As transformações na família e na organização do trabalho acentuaram essa segregação, que resultou na “invisibilização” das mulheres no espaço urbano, frequentemente tratadas como indivíduos assexuados submetidos apenas a relações de classe, o que reflete uma visão predominantemente masculina da cidade (Calió, 1997).

As antigas abordagens do planejamento urbano eram homogêneas, tendendo a favorecer homens brancos e saudáveis e fizeram a suposição sobre a função da mulher, quanto a sua natureza doméstica. A família era a unidade básica para as criações políticas, nas quais funções específicas de gênero tomaram precedência, onde o homem era o provedor e a mulher, esposa e mãe. As mulheres eram vistas para pertencer ao espaço privado, como os lares, enquanto o espaço público era desenhado para o uso dos homens. O que resultou em espaços construídos que favoreciam cidadãos masculinos saudáveis, empregados e móveis (Saraiva, 2017, p. 5).

Essa organização ainda na atualidade privilegia as experiências masculinas, “os espaços urbanos são estruturados para apoiar formas familiares patriarcais, mercados de trabalho segregados [...] as mulheres e outros grupos marginalizados continuam a ter suas vidas limitadas pelos tipos de normas sociais que foram construídas em nossas cidades” (Kern, 2021, p. 23).

Nesse sentido, é importante ressaltar que o espaço público aqui é entendido, a partir de Gomes (2018, p. 115), como a “denominação para todo e qualquer espaço urbano livre e aberto”, tais espaços “são associados a certas formas físicas – ruas, praças, parques, etc.” No entanto, diante dessa definição, o autor defende que o espaço público não se restringe somente a essas formas e estruturas, mas que as mesmas só ganham sentido e valor, a partir do modo em que são vividas, estruturadas e concebidas. Essa ideia também se aproxima do que Costa (2018, 2021) trata por *ativação popular do espaço público*, proposta que para esta pesquisa contribui para a construção do *planejamento urbano possível* (Costa, 2021).

Complementando esse entendimento, Serpa (2007, p. 9) explica que espaço público é

[...] o espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade. Ele também é analisado sob a perspectiva crítica de sua incorporação como mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução sistema capitalista na escala mundial. Ou seja, ainda que seja público, poucos se beneficiam desse espaço teoricamente comum a todos. É visto ainda, como espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos.

O espaço público, portanto, não é um cenário neutro. É moldado pelas relações e é atravessado por mecanismos que marcam as desigualdades e violações que são reveladas a partir das práticas sociais (Costa, 2021). As relações materiais, simbólicas e sentimentais atravessam imaginários coletivos e denunciam vulnerabilidades que podem aproximar a partir dos sujeitos o planejamento institucional da construção de uma equidade socioterritorial (Costa, 2021).

No contexto brasileiro, essa busca por equidade se torna ainda mais urgente, especialmente quando se considera a intersecção entre classe, raça e gênero. A realidade brasileira revela um país feminino, negro e desigual, onde as reflexões sobre gênero se interseccionam com questões raciais e socioeconômicas. Essa dinâmica evidencia as relações de poder que perpetuam a desigualdade no tratamento das mulheres em esferas sociais, políticas e econômicas.

As mulheres, frequentemente menosprezadas a papéis subalternizados, enfrentam barreiras significativas no acesso à educação, emprego e direitos básicos, acentuado na vulnerabilidade das comunidades em que vivem, especialmente aquelas localizadas em áreas periféricas que carecem de serviços essenciais e oportunidades de desenvolvimento.

Sob essa ótica, em que uma realidade desigual se revela, as formas de violência se fazem presentes. O conceito de violência, segundo Saffioti (2015), está tipicamente atrelado à concepção de ruptura da integridade em ordem material, física, psíquica, sexual e moral. Contudo, a autora ressalta a necessidade de uma perspectiva totalizante do indivíduo, na qual a garantia integral de seus direitos seja o eixo central. Nesse sentido, o conceito precisa ser compreendido de forma mais ampla, como toda ação ou estrutura capaz de violar a dignidade e os direitos humanos.

Para esta pesquisa, corrobora-se com esses pensamentos e apreende-se o conceito de violência de gênero, ou de violência contra a mulher, como um resultado da interação entre os usos do território— território historicizado, instância social (Santos, 1998; Souza, 2019) – e as desigualdades socioterritoriais, constituindo uma emergência a ser considerada na discussão para um *planejamento urbano possível* em que valorize o mundo da vida e exalte o cotidiano e o sujeito que no território está situado (Costa, 2021). É comum nos estudos e análises, utilizar a categoria violência de gênero como sinônimo de violência contra as mulheres; isso porque os conceitos englobam complexidades que se sobrepõem. O que traz especificidades a esses conceitos é a compreensão sobre as desigualdades intrínsecas nas relações, que vão diferenciar se estas ocorrem entre homem-homem, mulher-mulher ou homem-mulher (Saffioti, 2015). Essas relações apresentam hierarquias distintas,

na quais as violências e interações também dessa forma acontecem. É importante retomar que o conceito de gênero revela uma construção social responsável por moldar as identidades e ditar expectativas para homens e mulheres na organização social. Assim, o sujeito já nasce inserido em uma realidade que estabelece desigualdades por meio de estruturas de poder preexistentes.

Nesse sentido, conforme a autora já citada, a categoria gênero vincula-se prioritariamente à essa relação homem-mulher, por causa das significativas disparidades intrínsecas nessa relação, sendo essas divergências o núcleo de uma violência sustentada por uma questão cultural que perpetua, de forma inegável, a opressão feminina. Esse contexto se revela na histórica hegemonia masculina, construída sobre a exclusão e a subalternidade feminina. A divisão sexual do trabalho, por exemplo, foi – e ainda é – um mecanismo que fundamenta essa desigualdade ao rotular homens como líderes aptos ao poder e ao espaço público, enquanto as mulheres são definidas como figuras destinadas ao serviço doméstico e à reprodução (Calió, 1997; Saffioti, 2015). Essa estrutura de poder não apenas confina a mulher ao espaço privado, mas também a sujeita a variados níveis de violações (Cavalcanti & Dumaresq, 2025).

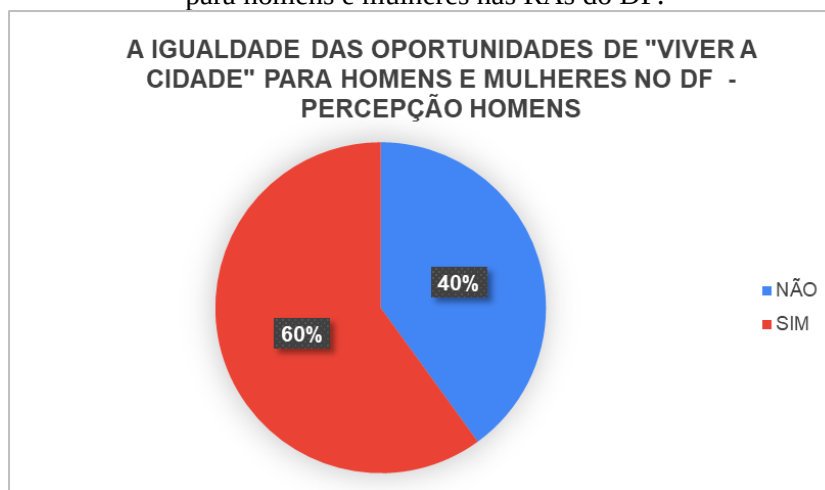
Se a estrutura de poder dita quem pertence a qual espaço, o desafio reside em compreender como isso impacta, ou melhor, molda a experiência cotidiana dos sujeitos no espaço urbano. Haja vista que, na perspectiva do território usado, historicizado, pode-se compreender a configuração das cidades, do espaço urbano, como um lócus das desigualdades socioterritoriais, que para além de um espaço delimitado por relações de poder, ou puramente material, com as barreiras materiais, é um espaço que se estabelece através das relações e conflitos, ou seja, se apresenta como “uma relação social diretamente espacializada” (Souza, 2013).

Ao observar essa dinâmica, torna-se necessário verificar como a percepção de desigualdades de gênero, a partir dos próprios sujeitos, afetam o direito ao espaço público no Distrito Federal. Para investigar se essa estrutura de poder limita o “viver a cidade”, que aqui pode ser entendido também como as formas nas quais homens e mulheres usam os territórios (Santos, 1998), as entrevistas realizadas nas 35 Regiões Administrativas (com o público de 284 pessoas, sendo desse total 224 mulheres e 60 homens) questionaram se os moradores acreditavam que suas RAs ofereciam as mesmas oportunidades para ambos os gêneros viverem as cidades. Essas oportunidades referiram-se principalmente ao ocupar os espaços, à mobilidade, às oportunidades de emprego e à questão de segurança nos espaços públicos. Em caso negativo, foi questionado quais seriam os principais obstáculos para essa igualdade.

Partindo da percepção masculina, os resultados obtidos revelam que 60% dos homens entrevistados consideram que homens e mulheres conseguem ter as mesmas oportunidades de viver a cidade (Figura 15). Parte significativa dos entrevistados respondeu apenas que “sim” ao ser indagada sobre essa questão, já outros apresentaram algumas falas para justificar essa observação de igualdade,

pontuando que: *“Eu acredito que sim, talvez as mulheres tenham mais oportunidades”*; *“Sim, o que muda é a capacitação profissional”*; *“Sim, 100%”*; *“Sim, as mulheres tomam mais conta que os homens”*. Por meio dessas declarações, foi possível observar que alguns homens apresentaram uma percepção de que, para além dessa igualdade, as mulheres possuem maiores possibilidades e oportunidades do que eles nas cidades em que vivem.

Figura 15: Gráfico sobre oportunidades de “viver a cidade” para homens e mulheres nas RAs do DF.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas nas entrevistas realizadas em 35 Regiões Administrativas do Distrito Federal, 2026.

Do percentual de entrevistados que alegaram não haver igualdade de gênero nas formas de viver a cidade, alguns destacaram que, na verdade, os homens estavam em situação subalternizada, principalmente nas RAs em que a economia local gira em torno do comércio. Ao defenderem esse contexto entre homens e mulheres, afirmaram que as mulheres teriam mais oportunidades de trabalho. As falas que se seguem comprovam isso: *“Não, mulher tem mais trabalho no comércio”*; *“Não, mulher tem mais oportunidades de trabalho aqui”*; *“Não, falta atividades do comércio e trabalho para homens”*; *“Não, a oportunidade no comércio para as mulheres é maior”*.

A análise sobre esses dados vai ao encontro do que Kern (2021) pontua sobre as “mulheres desordenadas”. Essa crítica verifica a participação feminina na cidade como um problema ou uma ameaça para a vida urbana, modificando o que se tinha como estrutura da vida das mulheres em torno das atividades domésticas. A partir dessa crescente participação na cidade, as mulheres teriam deixado tudo de “cabeça para baixo”. No contexto apontado, foi possível observar um desconforto intrínseco às falas sobre como as mulheres, na atualidade, estão inseridas no espaço urbano. É importante ressaltar que, para parte significativa das mulheres, sair da esfera doméstica e buscar por uma profissão representa independência e, mais do que isso, sobrevivência (Kern, 2021).

Mesmo tendo um número menor de homens que argumentaram perceber a existência de uma desigualdade entre gêneros nas formas de experienciar as cidades, algumas falas chamaram atenção,

principalmente ao considerar a questão de segurança no espaço público como um grande vetor dessa desigualdade, que influencia negativamente a vida das mulheres, impondo barreiras à sua circulação e mobilidade. Das falas, as seguintes se destacaram: *“Não, imagino que a sensação de segurança. Tem ambientes que homem vai que a mulher não vai, exemplo, na região do cemitério no caveiral”*; *“Em alguns lugares sim, locais movimentados como na feira, todos circulam bem. Aqui mesmo somos bem unidos e nos protegemos”*; *“Não, não é seguro a depender dos horários, precisava de mais segurança, policiamento, câmeras de vigilância”*.

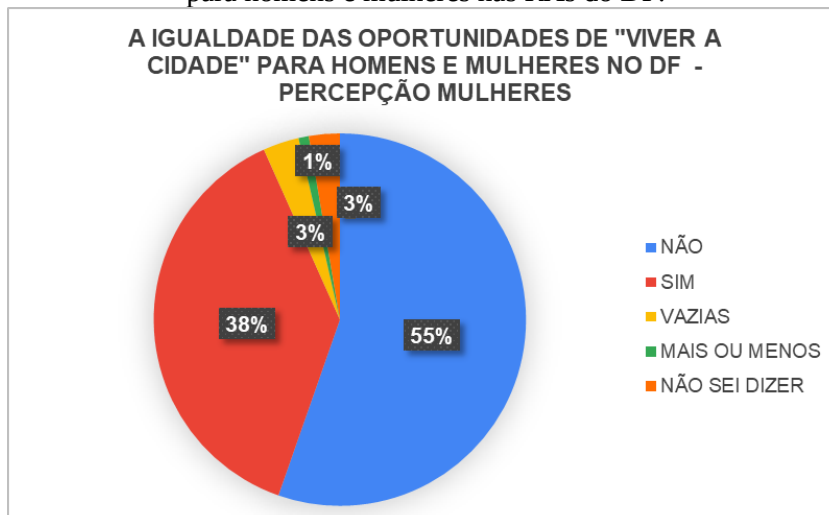
Nas entrevistas, alguns homens demonstraram preocupação sobre as políticas públicas voltadas às mulheres e apresentaram a percepção sobre o aumento da violência: *“Não, falta maior clareza das políticas públicas voltadas para as mulheres”*; *“Não, esse é um problema brasileiro, falta mais consciência educacional, mais políticas públicas. Acredito que esteja aumentando os casos de violência contra a mulher”*; *“Acredito que para mulher não. Falta algo, não sei o que falar, é diferente”*.

Durante os diálogos, várias observações foram realizadas. Foi possível visualizar a questão estrutural ligada aos espaços que as mulheres devem ocupar, demonstrando que a compreensão social sobre as tarefas e responsabilidades atribuídas às mulheres ainda está enraizada. Uma fala que comprovou isso – além do percentual que observou uma igualdade que, na verdade, não chegou até as mulheres – é a de que: *“Aqui ainda não foi superado o pensamento de que casa é igual mulher”*. Essa observação corrobora o que já foi discutido a partir de Calió (1997) e Peccini (2020).

Esses depoimentos sugerem que a percepção masculina de que as mulheres “estão tomando conta de tudo” ou “elas estão tendo mais oportunidades” carregam um questionamento implícito sobre a legitimidade da ocupação feminina no espaço público. Ao afirmarem que *“aqui é tranquilo, só dá problema para quem procura”*, parecem transferir a responsabilidade pelas violações de direitos à própria vítima. Fica subentendido a lógica de que, se as mulheres permanecessem restritas ao ambiente doméstico e privado, estariam imunes aos agravos do espaço urbano. Instiga-se pensar que o que os homens classificam como igualdade pode ser, na verdade, uma cegueira deliberada diante das barreiras e violências que eles próprios não experienciam, conforme Kern (2021) levantou em seus estudos.

Esse pensamento passa a ser uma constatação quando observamos a percepção das mulheres sobre esse mesmo fenômeno do “viver a cidade”. 55% das mulheres entrevistadas pontuaram que não acreditam que as cidades ofereçam as mesmas oportunidades para homens e mulheres (Figura 16), defenderam em suas falas a questão dos direitos – nos quais os homens possuem mais que as mulheres –, a falta de respeito por parte dos homens, as oportunidades de emprego, as diferenças salariais, a insegurança e, conseqüentemente, a mobilidade.

Figura 16: Gráfico sobre oportunidades de “viver a cidade” para homens e mulheres nas RAs do DF.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas nas entrevistas realizadas em 35 Regiões Administrativas do Distrito Federal, 2026.

Alguns relatos que evidenciaram isso são: “*Não, questões de trabalho, aqui tudo gira em torno das fábricas ou de emprego terceirizados. Isso tem impactado no índice de assédios, na falta de respeito com as mulheres. Nas empresas aqui as mulheres fazem mais funções, estudam mais e recebem menos, não há valorização*”; “*Não, o homem vive melhor na questão de segurança*”; “*Não, principalmente para questões de trabalho, tiro como exemplo pela loja em que eu trabalho, há diferença de tratamento, respeito, o tipo de serviço que faço e os salários são diferentes*”; “*Não, a mulher é mais vulnerável. Falta segurança*”; “*Pra mulher é muito difícil. Muitas mulheres trabalham a noite e precisam pedir alguém para buscar*”; “*Eu acho que em nenhum lugar, para a gente tudo é mais difícil, inseguro*”.

Em momentos diferentes das entrevistas, emergiu a percepção feminina de que os homens detêm maior acesso a direitos, somada ao desabafo de que “*a mulher não tem sua palavra com o mesmo peso de um homem*”. Esse relato acende um alerta sobre a credibilidade feminina perante a sociedade e autoridades, evidenciando como as demandas feitas por mulheres, assim como as denúncias de violências em espaços públicos e/ou em espaços privados, são descredibilizados. Assim, a divergência de percepções sinaliza que a desigualdade socioterritorial não se limita à distribuição desigual de recursos, mas manifesta-se na seletividade do direito ao viver da cidade, ou seja, ao uso do território por homens e mulheres. Do mesmo modo, essa desigualdade socioterritorial, como fato, se confirma por meio dessas violações e penalizações que desproporcionalmente atingem o corpo feminino.

Essa realidade torna-se ainda mais perversa quando se observa a internalização da culpa pelas próprias entrevistadas. Ao serem questionadas sobre quais poderiam ser as intervenções ou políticas públicas mais urgentes a serem realizadas para minimizar a violência contra a mulher nos espaços

públicos, muitas recorreram a explicações de que essa situação “*é algo mais pessoal*”. Algumas alegaram que não sabiam explicar como poderia ter esse tipo de política ou intervenção já que “*você não sabe até que ponto a culpa é da mulher ou do homem*” ou “*que é culpa das próprias mulheres, do que elas escolhem*”. Entre os relatos, chamam atenção os que endossam essa culpa sobre a mulher se “*sujeitar*” a certos tipos de situações. Esses discursos mostram que, em vez de a violência ser entendida como um problema estrutural e de segurança pública, ela muitas vezes é lida como uma “*escolha*” ou “*falta de valorização pessoal*”, transferindo a responsabilidade para a vítima e reforçando a engrenagem da desigualdade, na qual as mulheres precisam constantemente provar a legitimidade de suas vivências cotidianas.

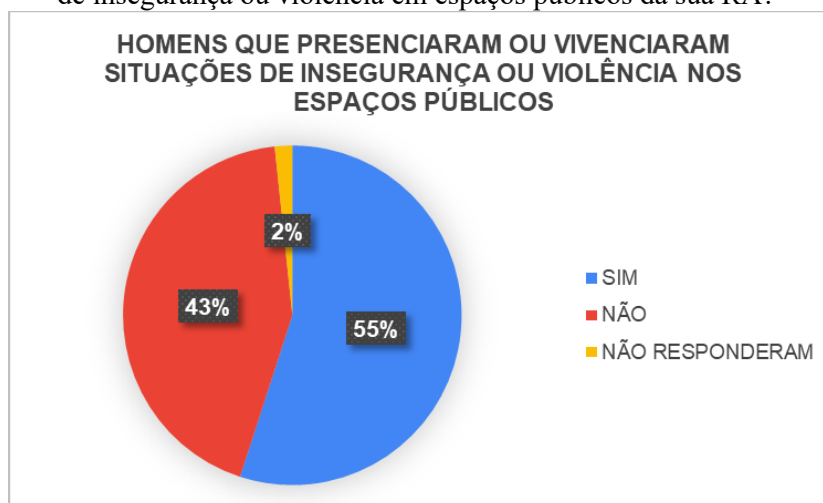
Uma participante, com profundo conhecimento sobre o contexto local, com base em experiências pessoais e profissionais, destacou a urgência do aumento de instrução para que as mulheres possam realizar as denúncias de maneira mais segura e efetiva. Embora seu relato tenha como foco a violência doméstica, as dificuldades pontuadas elucidam as barreiras enfrentadas para que violações ocorridas nos espaços públicos sejam registradas.

“Sim, primeiro deixar as leis mais rígidas. Em segundo, um centro que preparasse funcionários para instruir as mulheres no registro da queixa, considerando que as vítimas em momentos de audiência precisam levar um bojo de provas e elas por não terem conhecimento, passam de vítimas a rés. A vítima é violentada duas vezes, pelo agressor e pelo Estado. ‘Você tem certeza que quer denunciar?’ Esse é o exemplo de falas que já ouvi em delegacia. Falta instrução de como elas devem fazer a denúncia. Aqui muitas mulheres vivenciam violências graves e evitam falar”.

Essa invisibilidade e o silenciamento das vítimas ajudam a explicar por que as percepções de insegurança muitas vezes não se traduzem em registros oficiais, mas aparecem com força nos relatos diretos. Para aprofundar esse contraste entre o que é percebido e o que é vivenciado, questionou-se na entrevista, a ambos os gêneros, se já haviam presenciado ou sido vítimas de alguma situação de insegurança ou violência nos espaços públicos das Regiões Administrativas onde residem.

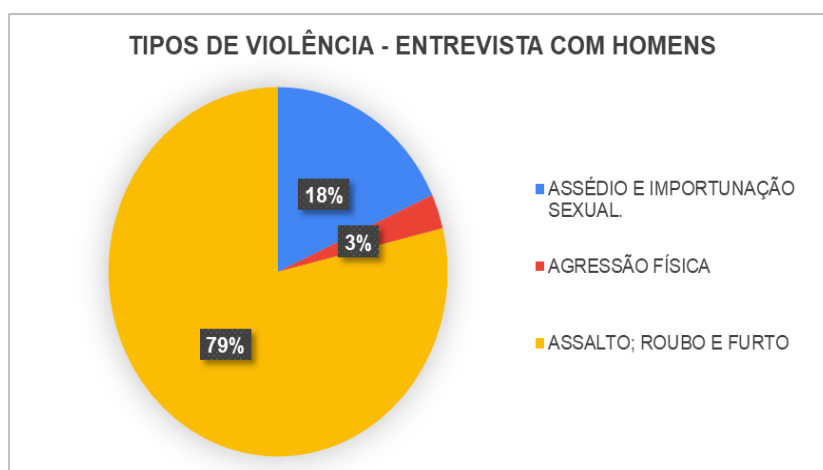
Os resultados revelam que para além dos usos desiguais do território entre homens e mulheres e da consequente desigualdade socioterritorial que assolam a todos, mas aflige cada grupo diferentemente, as violências que os atingem também se consolidam em realidades urbanas distintas. Dos homens entrevistados, 55% responderam que já haviam presenciado e/ou vivenciado alguma situação de insegurança ou violência. Ao pontuarem as tipologias, 79% apontaram para assalto, roubo e furto como os tipos de violência que mais vivenciaram e/ou presenciaram, seguido de 18% que citaram assédio e importunação sexual e 3% que mencionaram agressão física (Figuras 17 e 18). Esse contexto no DF corrobora com observações de Kern (2021) sobre as violências como assalto e roubo serem intensamente presentes na realidade masculina nos espaços públicos.

Figura 17: Gráfico com base na pergunta: “Você já presenciou ou vivenciou situações de insegurança ou violência em espaços públicos da sua RA?”



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas nas entrevistas realizadas nas 35 Regiões Administrativas do Distrito Federal, 2026.

Figura 18: Gráfico com base na pergunta: Se sim, qual(is) tipo(s) de violência(s)?



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas nas entrevistas realizadas nas 35 Regiões Administrativas do Distrito Federal, 2026.

Em contraste, 64% das mulheres relataram ter presenciado e/ou vivenciado alguma violência ou situações de insegurança nos espaços públicos do DF. Ao serem questionadas sobre as tipologias dessas violências, 51% mencionaram assédio e/ou importunação, 48% roubo, assalto e furto e 1% agressão física (Figura 19).

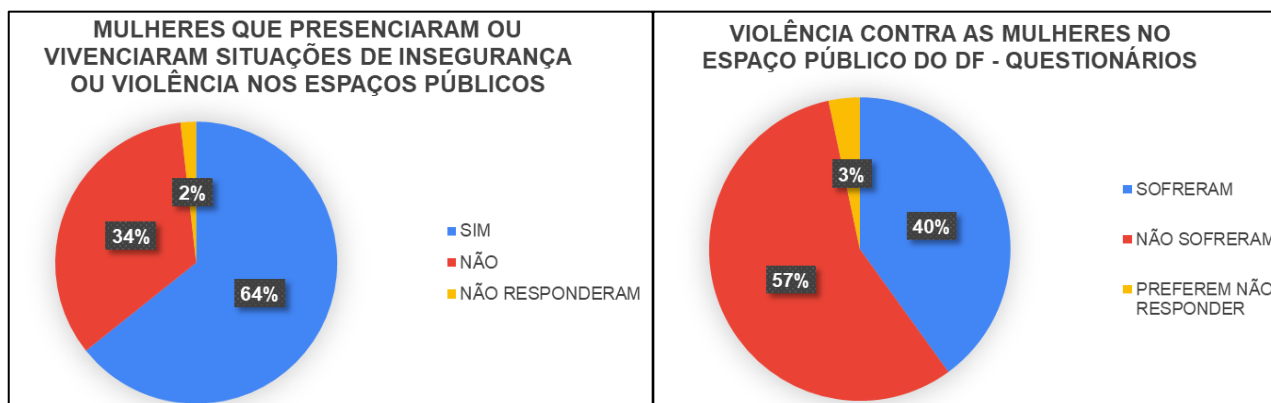
Embora teorias apontem os homens como as principais vítimas em espaços públicos devido ao que é considerado “maior exposição” no espaço público, os dados coletados nas entrevistas nas RAs do Distrito Federal revelaram um contexto distinto, no qual as mulheres relataram vivenciar mais situações de insegurança ou violência que os homens. Contudo, ao confrontar esses dados com as informações coletadas por meio dos questionários online (respondidos por 150 mulheres moradoras

do Distrito Federal), os dados retomar a previsão teórica de que no espaço público as mulheres são o menor percentual de vítimas.

Nos questionários, as mulheres foram questionadas sobre se no dia a dia nos espaços públicos da(s) cidade(s) que frequentavam, já haviam sofrido algum tipo de violência e se sim, quais tipos. Das mulheres que participaram, 40% afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência. Das tipologias citadas, 75% citaram a importunação sexual, 8% assédio, 2% estupro e 12% citaram roubo e/ou assalto (Figura 20).

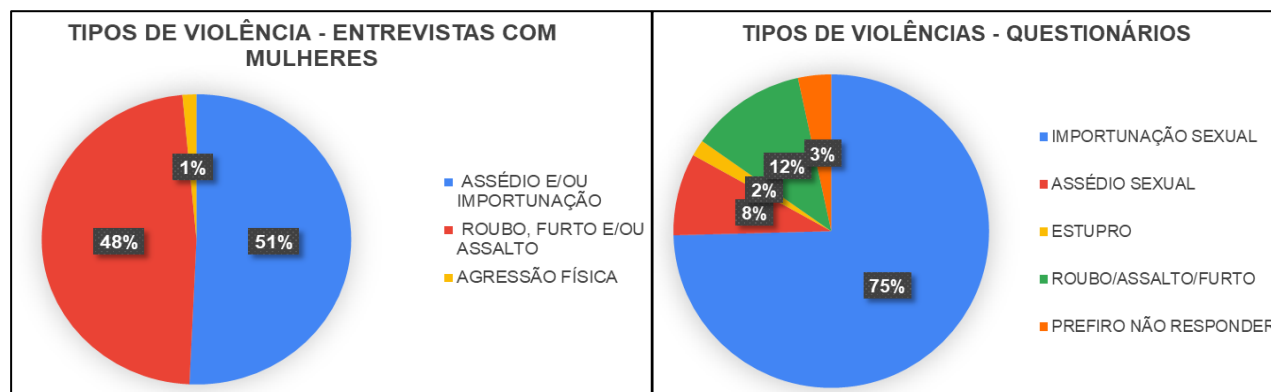
Com essa alteração nos percentuais, é necessário investigar quais são as variáveis que estão atravessando cada amostra. Enquanto as entrevistas de campo alcançaram majoritariamente trabalhadores que durante as entrevistas comentaram ter menor escolaridade e renda (levando em consideração as áreas em que foram realizadas, locais de maior circulação popular como: áreas comerciais, praças, rodoviárias, postinhos de saúde, áreas verdes e feiras), o questionário online foi respondido em grande parte (76%) por mulheres com Ensino Superior e 64% com renda superior a três salários mínimos.

Figura 19: Gráficos sobre vivências e percepções de violências no espaço público do DF – Entrevistas e questionários.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas nas entrevistas realizadas em 35 Regiões Administrativas do Distrito Federal e em questionários online via *Google form*, 2026.

Figura 20: Gráficos sobre os tipos de violência – Entrevistas e questionários.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas nas entrevistas realizadas em 35 Regiões Administrativas do Distrito Federal e em questionários online via *Google form*, 2026.

Ambos os métodos obtiveram amostras diversas no que condiz com idade, profissão, raça e escolaridade. Assim, esse contraste sugere que as vivências e percepções de insegurança no Distrito Federal são atravessadas pela classe social, já que em ambos os casos, as mulheres que se autodeclararam pardas ou pretas são a maioria – 67% das mulheres entrevistadas e 61% das participantes do questionário. Desse modo, o nível de instrução e a renda não afetam apenas a forma como as mulheres identificam as violências, mas atuam, sobretudo, nas formas de acesso ao espaço público.

A interseccionalidade entre gênero e classe, somada às desigualdades socioterritoriais (visto o número de mulheres que moram em uma RA e trabalham em outra pela falta de estrutura e de oportunidades), influencia a necessidade de exposição, os meios de transportes utilizados e os horários de circulação. Essa configuração impacta diretamente nas experiências vividas por cada mulher no Distrito Federal, a considerar que o território normado do DF focou nos fluxos de automóveis e na estética, já o território usado pelas mulheres tem sido marcado pela interrupção, desvio e pelo medo. Comprovando o que se buscou insistentemente refletir nesta pesquisa, sobre como o território usado que se configura como identidade, sentimento, pertencimento, fundamenta o exercício da vida (Santos, 2007b), que no caso para as mulheres tem sido marcado pelas desigualdades e violências.

Portanto, esse contexto não deve ser lido como um construto natural da vida urbana, mas como o resultado de uma construção histórica, capitalista e desigual que estrutura um planejamento urbano omisso às especificidades de gênero. Os apontamentos que aqui foram colocados podem ser bases para pensar um planejamento que some o imaginário individual e coletivo formado a partir de um cotidiano e de experiências que ainda se apresentam fragmentados (Costa, 2021). Nesse sentido, o medo emerge não como uma reação ao perigo, mas como um elemento que estrutura a subjetividade das mulheres e os seus direitos à cidade.

3.1.1 O medo como elemento estruturante na realidade espacial das mulheres

Discutir o medo como um elemento estruturante na vida das mulheres do Distrito Federal tornou-se imperativo nesta pesquisa. A partir de relatos das experiências femininas compartilhadas nas entrevistas e questionários, foi possível não somente identificar como os usos dos territórios e as desigualdades socioterritoriais influenciam a violência contra as mulheres, mas também como esse ordenamento territorial, aliado ao atual planejamento urbano, reforça o medo que elas sentem constantemente em viverem a cidade.

De acordo com Kern (2021), vários estudiosos apontam o “medo feminino” como uma característica própria de meninas e mulheres, algo que seria inerente às suas experiências. Nesse sentido, estudos da década de 1990 já apontavam para uma diferença alarmante na percepção de medo

e insegurança entre gêneros, registrando uma taxa de relato de medo três vezes maior entre mulheres em comparação aos homens (Kern, 2021). No contexto do Distrito Federal, ao analisar as informações coletadas por meio das entrevistas, identificou-se o “medo feminino” em diversos relatos de experiências cotidianas, em contraposição à segurança relatada pelos homens.

Das perguntas direcionadas para ambos os gêneros, questionou-se sobre a existência de locais ou trajetos evitados nas RAs onde moram e quais fatores causavam insegurança. Enquanto 56% dos homens afirmaram não evitar nenhum local ou trajeto, 61% das mulheres entrevistadas declararam evitar certas rotas, destacando fatores como horários, estruturas – principalmente iluminação – e criminalidade. Dos homens que afirmaram evitar certos trajetos, destacando principalmente a criminalidade, aproximadamente 4% declararam explicitamente sentir medo. Entre as mulheres, esse índice sobe para 10%. Em termos comparativos, as mulheres manifestam medo 2,5 vezes a mais que os homens, confirmando que a experiência urbana feminina é atravessada por uma percepção de risco muito superior à masculina.

Alguns pesquisadores já consideraram esse medo como irracional, baseando-se em pesquisas que apontam uma maior ocorrência e probabilidade de crimes contra mulheres nos espaços domésticos – cometido por conhecidos – do que em espaços públicos, onde os homens são considerados estatisticamente mais predispostos a serem vítimas (Kern, 2021). Essa suposta irracionalidade fundamentou-se na constatação de que, embora o ambiente doméstico seja o local em que as mulheres são as maiores vítimas de violência, é no espaço público e diante de desconhecidos que elas relatam sentir mais medo (Kern, 2021).

Essa leitura de irracionalidade ou paradoxo do medo só prevalece caso sejam ignoradas as relações de poder que envolvem o gênero (Kern, 2021). Entendendo que tais relações estão intrínsecas ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo, compreende-se a nítida diferença nos tipos de crimes cometidos contra homens e mulheres. Geralmente, os homens são as maiores vítimas de roubo e assalto, crimes que tipicamente geram o reconhecimento do perigo, mas não necessariamente a internalização do medo (Kern, 2021). Observando os dados do Distrito Federal, verifica-se que, embora homens evitem certos locais, não expressam sentir medo. Reconhecem o perigo, mas não o incorporam da mesma forma que as mulheres.

As mulheres, ao contrário, transformam a insegurança em planejamento de vida, pois entendem e temem que, para além do roubo, possam sofrer com outros tipos de violências mais graves, como a violência sexual – assédio, importunação, ou pior, o estupro. Desse modo, não é irracional esse medo; as mulheres sabem que danos maiores podem ocorrer sobre suas vidas e que os danos gerados pela violência sexual e pelo estupro são piores (Whizman, 1993, como citado em Kern, 2021). Os dados coletados nas cidades do DF reforçam com esse argumento. Ao serem questionadas se o fato de ser mulher influenciava os caminhos escolhidos ou os horários em que circulavam e o

porquê, cerca de 83% das entrevistadas afirmaram que “sim”, deixando explícito em suas falas o medo de serem vítimas de algum tipo de violência, justificando isso pela insegurança e vulnerabilidade em que elas se percebem enquanto mulheres.

Dentre as falas que mais chamaram a atenção, foi possível destacar algumas como: *“Sim, pelos assaltos e por esses dias está tendo muito estupro”*; *“Tenho medo de assédio, somos mais vulnerável”*; *“Com certeza. Penso nos horários que vou sair, nas roupas que visto”*; *“Completamente, tenho que pensar em trajetórias para não ser vítima”*; *“Sim, porque tenho medo. Sempre reviso o trajeto”*; *“Sim, com certeza. Tenho tanto medo que prefiro andar mais para evitar passar atrás do Terraço shopping que é mais deserto”*; *“Com certeza, assédio, roubo, estupro, é perigoso demais. Passou das 18h peço meu pai para me buscar na parada, porque já sofri tentativa de assalto a mão armada”*; *“Sim, pelo perigo que posso correr durante o dia e a noite também. Se saio à noite, tenho que sair coberta, de dia, muito cedo, preciso estar acompanhada”*. Um percentual de 44% dessas mulheres, que pontuaram sobre o fato de ser mulher influenciar o seu dia a dia, destacou ter presenciado ou vivenciado algum tipo de violência.

Já as mulheres que não elencaram ter passado por essa experiência de violência defenderam que o fato de ser mulher não é algo que determina suas ações no cotidiano, embora tenham afirmado sentir medo: *“Sim, a mulher é muito mais vulnerável. O homem não se preocupa, nunca passei por nada do tipo, mas sempre escuto histórias”*; *“Não acho que influencia, mas é que eu não me atrevo de sair em alguns horários, também não ando sozinha, principalmente por ter medo”*.

É importante destacar que, para além do medo, constata-se por meio dos depoimentos uma preocupação em realizar todos os “procedimentos” possíveis para não se tornar vítima nas atividades do seu cotidiano e não ser culpabilizada pelo crime que não cometeu. Quem é vítima, muitas vezes “sabe, racionalmente, não ter culpa alguma, mas emocionalmente, é inevitável que se culpabilize” (Saffioti, 2015, p. 68). É pensar na roupa, nos horários, rever trajetos, andar maiores distâncias.

É também abrir mão de sair de casa, de ter lazer, de aproveitar oportunidades de estudos e trabalhos por temerem o pior. As descrições comprovam isso: *“Influencia, não gosto de sair, tenho medo de sair e sofrer assédio ou assalto. Minhas filhas já sofreram assédio brincando na porta de casa, acredita? Eu até evito deixar elas saírem, brincar na praça, elas sofrem demais com isso, são crianças, mas eu preciso cuidar”*; ou quando pontuam que: *“Não trabalho em locais que eu precise sair antes das 7 horas e tenha que chegar muito tarde em casa”*; *“Bastante, já precisei sair do serviço por causa dos horários. Tenho muita insegurança”*.

Observa-se que é presente nessas mulheres o medo de serem vítimas de qualquer tipo de crime, mas os crimes que afetam diretamente a integridade física, psíquica e moral é um agravante que lhes custa caro (Saffioti, 2015).

[...] os custos ocultos do medo [...] impedem as mulheres de viver uma vida plena, livre e independente na cidade. As consequências sociais, psicológicas e econômicas são substanciais. Elas colocam um peso enorme sobre os dias já sobrecarregados das mulheres: temos a “dupla jornada” de trabalho remunerado e o não remunerado, a tripla jornada de lidar com racismo, homofobia, capacitação, etc. por cima do sexismo, e a quádrupla jornada de constantemente administrar nossa segurança (Kern, 2021, p. 202).

Como observa Koskela (1999, como citado em Kern, 2021), o assédio atua como um lembrete diário de que as mulheres supostamente não foram feitas para estarem em determinados espaços. Kern (2021) alerta que a violência sexual gera uma intensa sensação de medo, um fator frequentemente negligenciado em pesquisas acadêmicas. Isso ocorre porque a violência sexual no espaço público é subestimada, uma vez que o levantamento de dados se baseia apenas em crimes registrados, ignorando a vasta subnotificação dessas ocorrências. No Brasil, essa problemática é agravada pela escassez de meios e serviços eficientes para denunciar e registrar violências ocorridas em ambientes públicos.

Nesse sentido, averigua-se com base nas leituras e em pesquisas recentes, que a violência doméstica e a violência sexual cometidas por pessoas conhecidas na esfera privada são recorrentes. No entanto, os valores da instituição patriarcal ainda objetivam resguardar uma imagem de família nuclear, heterossexual e de um lar inviolável, o que direciona o medo das mulheres para o lado externo, no espaço público (Kern, 2021). Esse caminhar reforça a dependência das mulheres em relação a uma segurança que, dentro dessa instituição, advém de seu parceiro. Nega-se a violência que ocorre nesse espaço tido como “seguro” – a casa, o privado – e afasta essa insegurança para um ambiente desconhecido (Kern, 2021) validando o discurso dos espaços ideais para as mulheres ocuparem.

Nesse contexto, foi possível compreender que todo esse medo não é irracional, na verdade tem uma função social, a de controlar as mulheres em suas experiências cotidianas no espaço público (Kern, 2021). Além disso, esse medo também representa um processo de violação contínua dos corpos femininos no acesso a direitos como os de “usufruir da cidade e do bairro, por meio de atividades sociais, culturais de lazer; o direito à liberdade de locomoção; o direito à participação na vida política; o direito de desempenhar funções na esfera pública; e o direito de acesso a oportunidades econômicas” (Cavalcanti & Dumaresq, 2025, p.8).

Essa realidade pôde ser constatada nas histórias das mulheres que vivem no Distrito Federal. As mulheres, na atualidade, têm na cidade um ambiente hostil, sendo impedidas de exercerem uma cidadania plena (Cavalcanti & Dumaresq, 2025).

O medo de vivenciar a cidade representa uma violação de direitos e não pode, em nenhuma hipótese, ser considerado normal ou natural. Não naturalizar a violência de gênero na esfera pública ou colocar as mulheres em uma posição permanente de vítimas é o primeiro passo

para superar as barreiras impostas aos corpos femininos pelas cidades desenhadas por e para homens. Não é admissível que as mulheres devam se proteger saindo acompanhadas, evitando certos locais ou modificando os caminhos que tomam para realizar suas atividades, pois não é responsabilidade delas buscar subterfúgios para garantir sua segurança. Ao contrário, garantir que a cidade seja igualmente acessível e segura para todas as pessoas é papel dos governos e de toda a sociedade (Cavalcanti & Dumaresq, 2025, p.8).

Portanto, compreende-se que a violência sexual para as mulheres no espaço público do Distrito Federal é uma vivência corporal e emocional. Esse medo presente na vida das mulheres revela isso e serve, por fim, “para sustentar um sistema capitalista heteropatriarcal, em que as mulheres são ligadas ao espaço privado do lar e responsáveis pelo trabalho doméstico dentro da instituição da família nuclear” (Kern, 2021, p. 199). É uma forma de sustentar e manter o *status quo* de maneira eficaz e eficiente, beneficiando um grupo (Saffioti, 2015). Nesse sentido, o espaço público das cidades, planejado também a partir de um ideal capitalista e mercadológico, reforça essa estrutura e dita as regras de quem e como se viverá na cidade, como se verá na próxima seção.

3.2 Estruturas e locais facilitadores da violência contra mulher no espaço público do DF

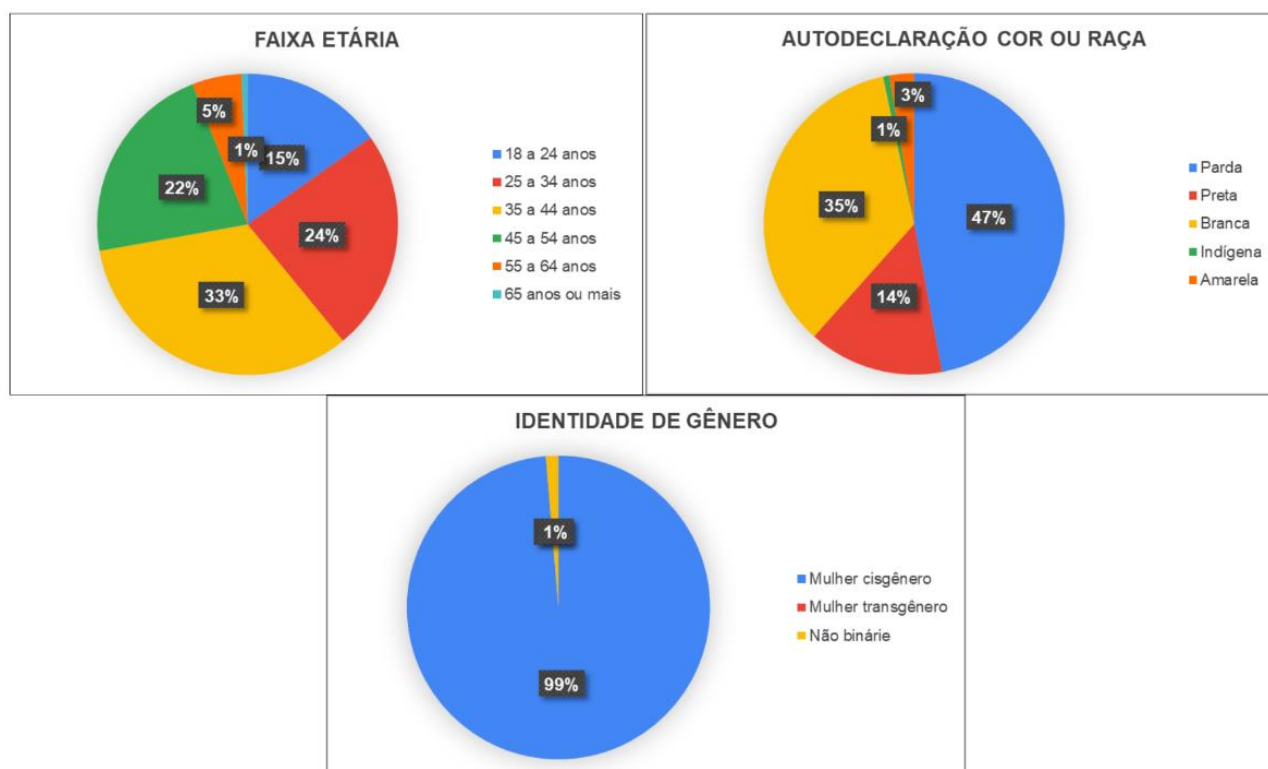
O medo, como foi possível discutir na seção anterior, molda a subjetividade e restringe o direito à cidade. O medo que as mulheres apresentaram em seus depoimentos assume o que Kern (2021) chama de “lógica geográfica”. Entende-se por essa “lógica geográfica” o fato de que esse medo pode ser uma experiência espacial e, no contexto apresentado nessa pesquisa, territorial. Amparada pela autora citada e pelos dados coletados, observa-se que, por meio de suas vivências, as mulheres passam a evitar determinados lugares, ou seja, o medo é projetado sobre espaços como ruas, becos, calçadas, praças e outros locais da cidade. Esses espaços passam a compor um mapa mental de insegurança e medo para as mulheres, assim como a materialidade das rotas e trajetos, o que comprova que o medo é uma realidade que não flutua no vazio, mas que aterrissa no território e é composto de elementos concretos que estruturam uma cidade.

Partindo dessa premissa e dando sequência ao que este capítulo se propõe, esta seção irá apresentar e analisar como as estruturas e locais que compõem o desenho das cidades do Distrito Federal são facilitadores da violência. O intuito é entender até que ponto as desigualdades socioterritoriais expressas na falta de iluminação, nos vazios urbanos, na precariedade dos equipamentos e serviços públicos, deixam de ser apenas falhas da gestão e do planejamento urbano e passam a ser ações deliberadas de violação material e simbólica que afetam as mulheres.

Para esse momento da pesquisa, serão utilizadas como embasamento as informações obtidas por meio dos questionários online, respondidos apenas por mulheres moradoras do Distrito Federal. Para contemplar o que aqui é proposto, será apresentada a caracterização e perfil das participantes por meio de um conjunto de gráficos que compõem a figura 21.

Por meio dos dados coletados, foi possível verificar um perfil de participantes diverso. No entanto, algumas características mostraram-se preponderantes, auxiliando na compreensão do contexto que se pretende analisar. No que tange à faixa etária, verifica-se que a totalidade das participantes se encontra em idade ativa, com uma concentração de 79% no grupo entre 25 a 54 anos, sendo o grupo mais expressivo o de mulheres de 35 a 44 anos, com um percentual de 33%. Quanto a autodeclaração de cor ou raça, destaca-se uma predominância de 61% da participação de mulheres negras – 47% das mulheres se autodeclararam pardas e 14% pretas –, seguidas de um quantitativo de 35% de mulheres brancas e 4% de mulheres que se autodeclararam amarelas ou indígenas. No que tange à identidade de gênero, 99% das participantes são mulheres cisgênero e apenas 1% não binárias.

Figura 21: Gráficos com informações de identificação das participantes – Questionários.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas em questionários online via *Google form*, 2025-2026.

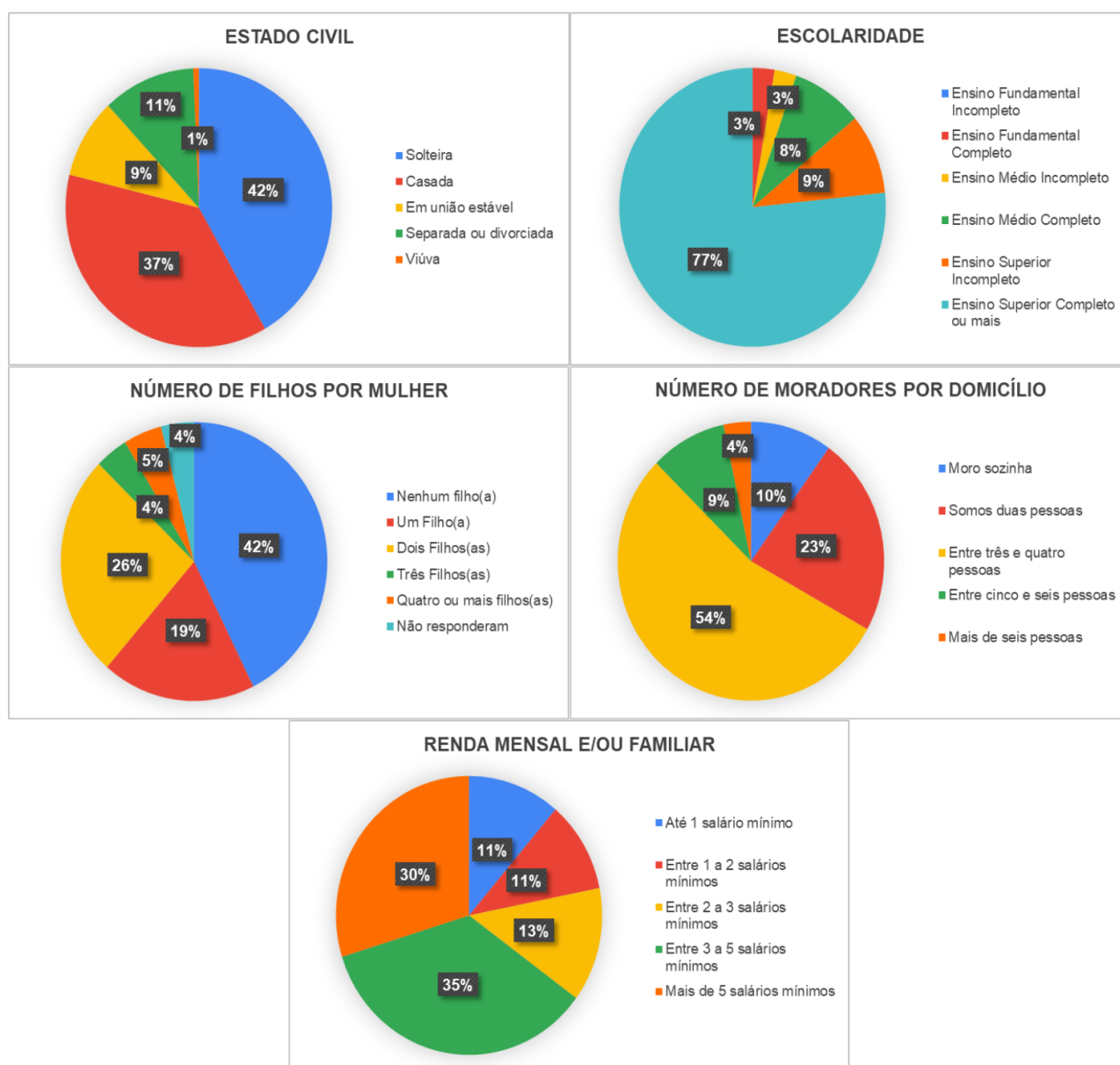
Complementando essas informações, a fim de compor a apresentação de um perfil socioeconômico das mulheres moradoras no Distrito Federal, organizaram-se os gráficos da figura 22. Os dados coletados, no que tange à escolaridade das participantes, indicam um alto nível de instrução, na qual 86% das mulheres possuem ou estão cursando o Ensino Superior – 9% Ensino Superior Incompleto e 77% com Ensino Superior completo ou maior formação –, 11% cursando ou com o Ensino Médio concluído e 3% afirmaram ter Ensino Fundamental Completo.

Esses dados convergem para o perfil profissional das mulheres que colaboraram com esta pesquisa, visto que 73% atuam em profissões de nível superior, com alta qualificação. Houve a participação de analistas, arquitetas, cientistas sociais, fonoaudiólogas, fisioterapeutas, jornalistas, médicas, museólogas, pesquisadoras, tradutoras, servidoras públicas, estudantes e principalmente professoras. Nessa pesquisa, observou-se uma participação massiva dessa última profissão, com o percentual de 58% de mulheres. Entre outras ocupações, podem ser citados aqui os 27% das mulheres que afirmaram ser do lar, atendentes/vendedoras, encarregadas, serventes de pedreiro, profissionais de serviços gerais, técnicas de enfermagem ou de laboratório.

Esses dados sobre qualificação e profissão podem ser atrelados aos dados sobre a renda mensal e familiar, que apontam para uma estabilidade financeira considerável em que 65% das participantes afirmaram receber acima de três salários mínimos, sendo que 30% declararam renda superior a cinco salários. Sobre o estado civil, há um equilíbrio entre as mulheres solteiras (42%) e aquelas que são

casadas ou estão em união estável (46%). Ao cruzar esses dados com a configuração domiciliar, nota-se que, apesar de 42% das respondentes não possuírem filhos, a experiência de morar sozinha é minoritária, já que apenas 10% das mulheres pontuaram essa situação. A realidade predominante no contexto de 54% das participantes é a de domicílios com três a quatro pessoas, seguido de 23% com duas pessoas. Esse contexto sugere um arranjo doméstico diverso, ao mesmo tempo que aponta para a tendência atual de mulheres que buscam primeiramente a qualificação profissional e a estabilidade financeira antes da composição familiar.

Figura 22: Gráficos com dados socioeconômicos das participantes – Questionários.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas em questionários online via *Google form*, 2025-2026.

Atuantes em profissões diversas, observa-se neste ponto da pesquisa algo que não pode ser negligenciado: o fato de que ainda há uma predominância de mulheres atuantes na atividade docente. Essa verificação vai ao encontro de discussões históricas sobre o fato de mulheres serem consideradas “educadoras por natureza”, pois acreditava-se que:

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, ‘a extensão da maternidade’ [...] O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem “vocação”. Esse discurso justificava a saída dos homens das salas de aula – dedicados agora a outras ocupações, muitas vezes mais rendosas – e legitimava a entrada das mulheres nas escolas – ansiosas para ampliar seu universo restrito ao lar e à igreja. A partir de então passam a ser associadas ao magistério características tidas como ‘tipicamente femininas’ (Louro, 2004, p. 376).

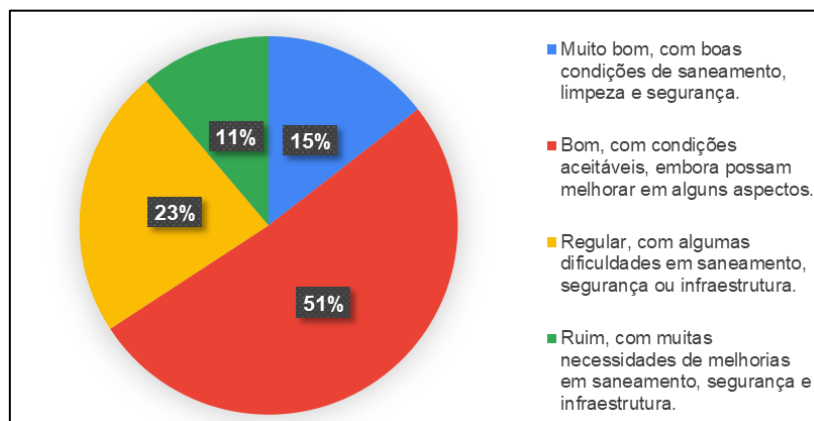
Essa ideia de que a docência é mais uma vocação ou um sacerdócio do que uma profissão, como discutido por Louro (2004), contribuem para as dificuldades enfrentadas ainda na atualidade – inclusive no Distrito Federal – para discutir questões ligadas a salário, carreira e condições de trabalho.

Partindo desses pressupostos, compreende-se o perfil das participantes: mulheres predominantemente negras, em idade ativa, buscando sua independência e estabilidade financeira por meio da qualificação. São mulheres que precisam utilizar ativamente o espaço urbano para desenvolver suas atividades. Assim, serão aqui analisados os dados sobre suas experiências e percepções nas cidades.

Como já abordado em outros momentos, o questionário que está sendo utilizado como base para esta seção, foi aplicado de modo online e divulgado de modo orgânico obtendo respostas de moradoras de 26 Regiões Administrativas. Somente nove regiões não foram representadas: Cruzeiro, Sobradinho II, Varjão, Brazlândia, SCIA/Estrutural, Lago Sul, SIA, Vicente Pires e Arniqueiras. Das RAs com maior participação, destaca-se Planaltina, com 24%, seguida de Brasília/Plano Piloto, com 17,1%.

Sobre as condições dos bairros (ou quadras), 65% das participantes as avaliam entre bom e muito bom – ressaltando que 51% consideram o local “bom”, indicando condições aceitáveis que precisam melhorar em alguns aspectos. Em contraposição, 23% avaliaram como regular e 11% como “ruim”, marcando as opções que destacam as problemáticas e necessidades de melhorias relacionadas principalmente as questões de saneamento, segurança e de modo geral a infraestrutura (Figura 23).

Figura 23: Gráfico sobre as condições dos bairros e quadras a participação das moradoras do DF.

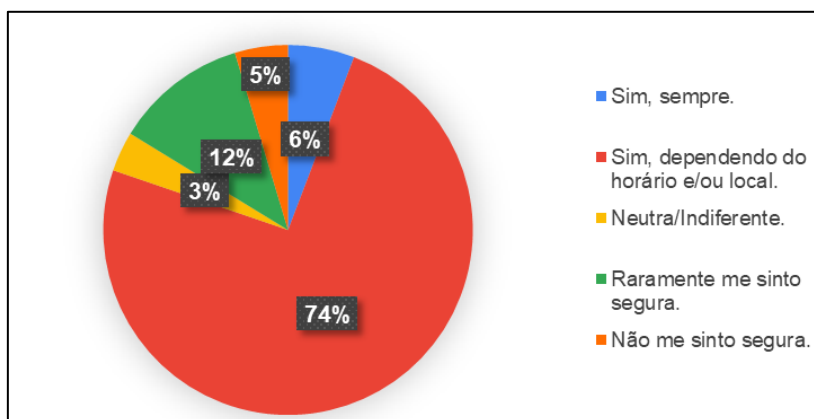


Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas em questionários online via *Google form*, 2025-2026.

Uma outra questão colocada foi se as participantes trabalham e/ou estudam na mesma cidade em que moram. Essa pergunta teve como objetivo verificar o movimento pendular das mulheres entre as RAs, o que influencia diretamente na circulação e mobilidade das mulheres pelo espaço público. Das mulheres respondentes, 57% trabalham e estudam na mesma RA em que moram, enquanto 43% deslocam-se para outras cidades. Destas, os destinos abrangem outras 17 RAs e também cidades do Entorno, como Planaltina de Goiás. Das RAs mais buscadas pelas mulheres para estudo e trabalho tem-se o Plano Piloto como o destino indicado por 57% das participantes.

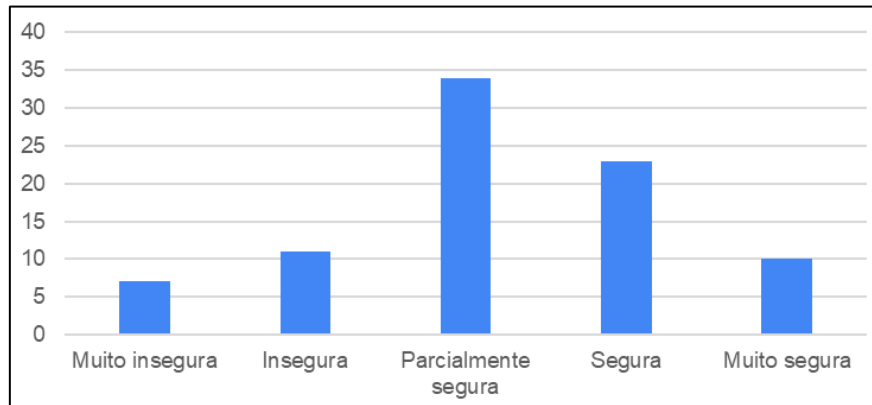
Ambos os grupos responderam perguntas sobre as questões de segurança, horários e trajetos que cotidianamente fazem para cumprir com suas rotinas e compromissos diários. Dos 57% que permanecem na própria RA, 74% afirmaram sentir-se seguras dependendo do horário ou local conforme é possível ser observado no gráfico da figura 24. Tal percepção é detalhada a partir do que é disposto no gráfico da figura 25, onde as participantes quando questionadas sobre a segurança nos trajetos diários, destacam sentir-se “parcialmente seguras”.

Figura 24: Gráfico sobre a percepção de segurança na cidade das moradoras do DF.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas em questionários online via *Google form*, 2025-2026.

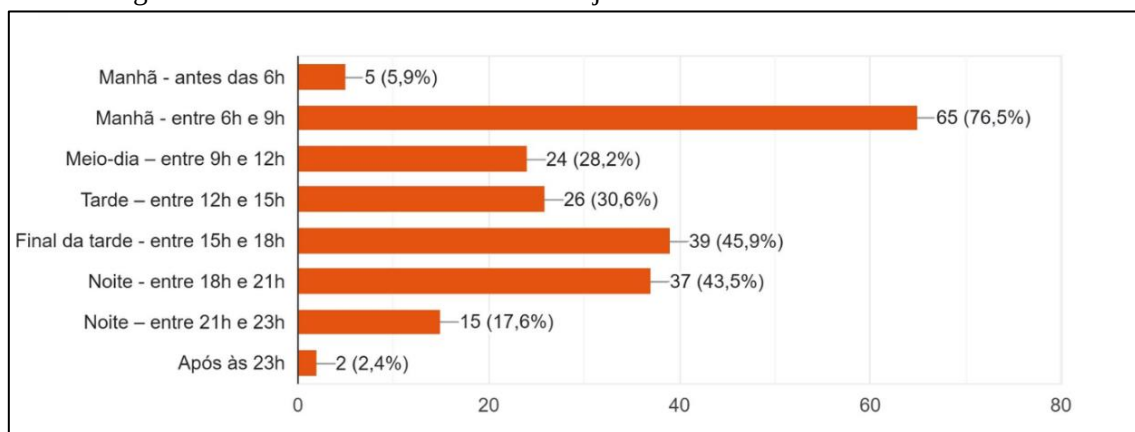
Figura 25: Gráfico sobre a percepção de insegurança na realização de trajetos na mesma RA.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas em questionários online via *Google form*, 2025-2026.

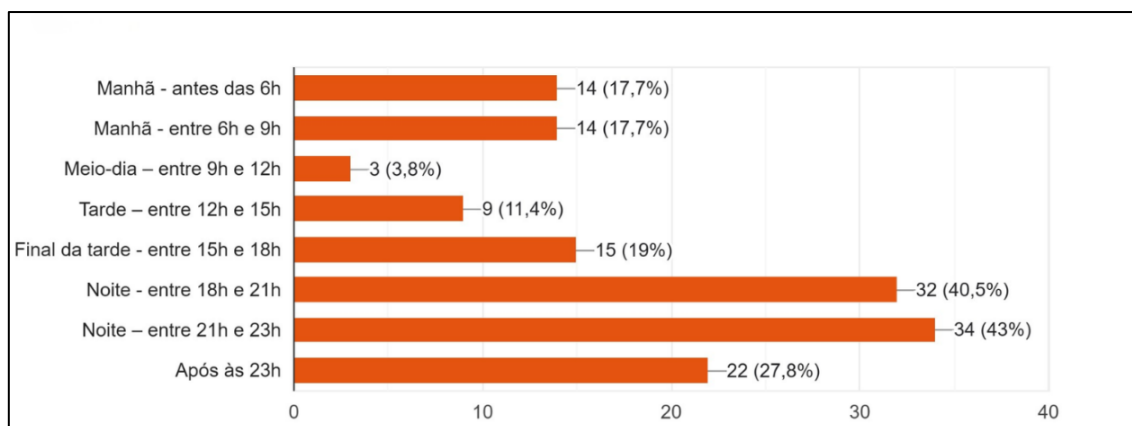
Quanto aos horários em que realizam seus trajetos, as participantes destacaram que os trajetos entre residência e o trabalho, universidade ou outros destinos, ocorrem com maior concentração de fluxo no período matutino (6h às 9h), conforme disposto no gráfico da figura 26. No entanto, quando indagadas sobre em quais desses horários sentem-se mais vulneráveis, o cenário se inverte, e o período noturno entre as 21h às 23h desponta como o ápice da percepção de insegurança (Figura 27). Embora apenas 17,6% das mulheres circulem nesse período, o sentimento de insegurança atinge um percentual de 43%.

Figura 26: Gráfico sobre os horários e trajetos realizados nas RAs onde moram.



Fonte: elaboração a partir das informações coletadas em questionários online via *Google form*, 2025-2026; organização dos dados feitas pela própria plataforma.

Figura 27: Gráfico sobre a percepção de insegurança nos horários e trajetos nas RAs onde moram.



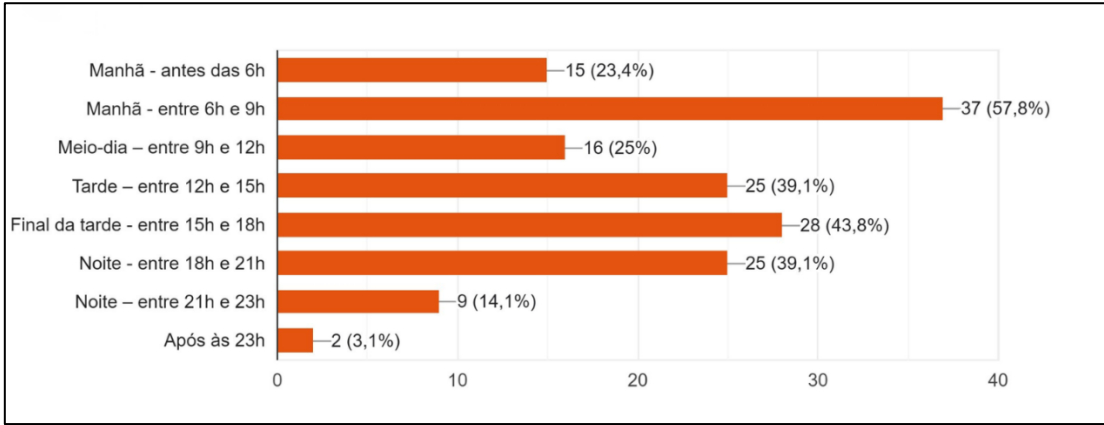
Fonte: elaboração a partir das informações coletadas em questionários online via *Google form*, 2025-2026; organização dos dados feitas pela própria plataforma.

Esse dado confirma o medo como uma ferramenta de controle, de modo que as mulheres precisam adaptar suas vidas e rotinas para evitar a cidade após certos horários. Entre 18h e 21h há uma vulnerabilidade imposta, em que a necessidade de retorno do trabalho ou estudo as obriga a ocupar a cidade em um horário que 40,5% já consideram inseguro. Aqui, o medo não impede o deslocamento, mas o torna uma experiência de constante vigilância. É válido ressaltar que esse medo se intensifica após esse horário, das 21h até após as 23h. A percepção de insegurança aumenta enquanto a quantidade de mulheres realizando seus trajetos diminui consideravelmente.

Para complementar essa análise, apresentam-se os dados que buscam demonstrar a realidade das mulheres que precisam se locomover diariamente para outras RAs como parte da rotina. Analisando os mesmos tópicos, o objetivo agora é verificar a percepção das participantes sobre os trajetos feitos para essas outras RAs e, sobretudo, analisar a percepção de segurança nessas cidades, que também fazem parte do seu dia a dia.

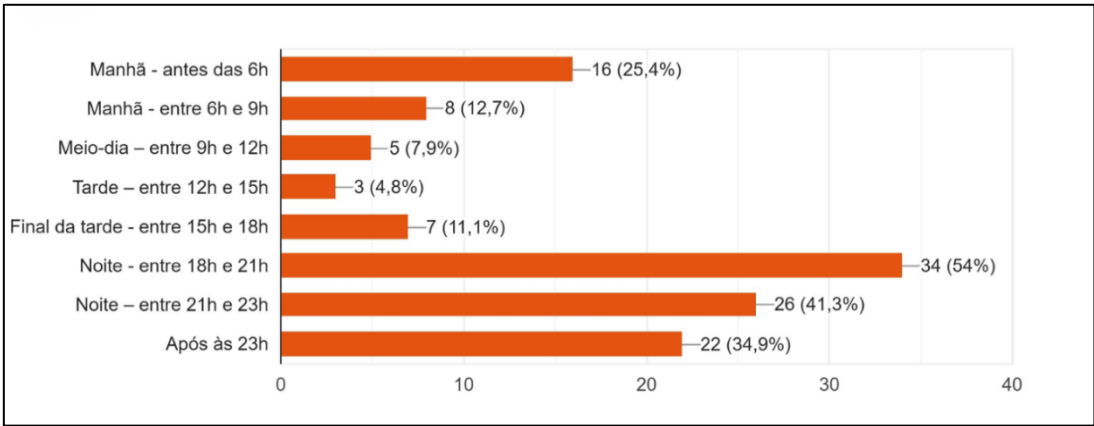
Observa-se, por meio dos dados dispostos nos gráficos das Figuras 28 e 29, que a realidade da mulher em suas necessidades cotidianas em outras RAs se assemelha ao contexto das mulheres que não realizam essa saída. Desse modo, confirma-se o período da manhã, entre as 6h e 9h, com 57,8% de fluxo de pessoas se deslocando nesse horário, não sendo esse período identificado pelas participantes como o de maior insegurança. O que já muda quando é analisado o período noturno, entre as 18h e 23h, no qual se observa um considerável fluxo de deslocamento e também é o período considerado de maior insegurança para realizar os trajetos entre as Regiões Administrativas do Distrito Federal. No que tange à percepção de segurança das mulheres nesse trajeto entre as RAs, elas também afirmam se sentir parcialmente seguras conforme pode ser observado no gráfico da figura 30.

Figura 28: Gráfico sobre os horários e trajetos realizados entre RAs.



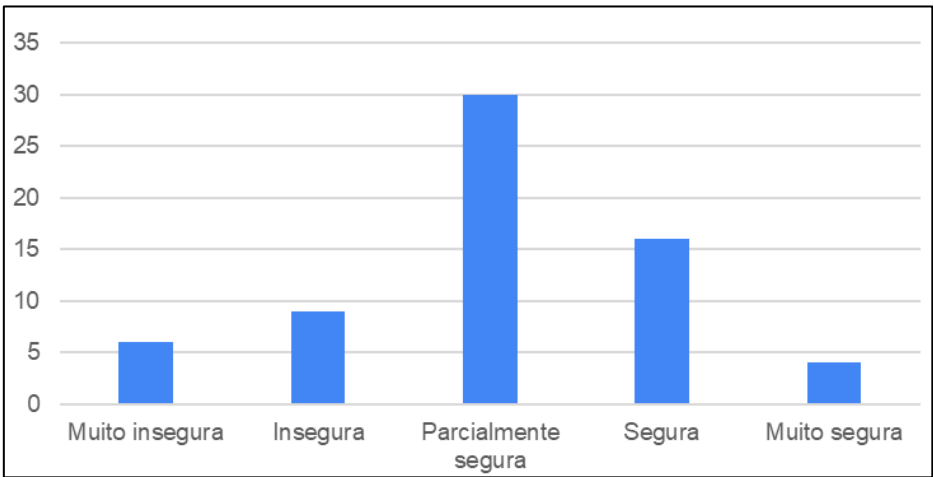
Fonte: elaboração a partir das informações coletadas em questionários online via *Google form*, 2025-2026; organização dos dados feitas pela própria plataforma.

Figura 29: Gráfico sobre a percepção de insegurança nos horários e trajetos entre RAs.



Fonte: elaboração a partir das informações coletadas em questionários online via *Google form*, 2025-2026; organização dos dados feitas pela própria plataforma.

Figura 30: Gráfico sobre a percepção de insegurança na realização de trajetos na mesma RA.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas em questionários online via *Google form*, 2025-2026.

O que aqui foi tratado sobre como as mulheres têm vivenciado as cidades do DF converge para a discussão teórica realizada. A realidade exposta confirma a complexidade que enfrentam em seu cotidiano pela necessidade de exercer múltiplas funções – trabalho, estudo, consumo e cuidado familiar – e como isso impacta a dinâmica de seus percursos e horários (Peccini, 2020). É uma luta constante para administrar essa rotina e, simultaneamente, enfrentar as dificuldades com a mobilidade e a agressividade, entre outras violações sobre seu corpo e sua existência no espaço público, já que a cidade não foi projetada para atender às necessidades dessa população (Calió, 1997).

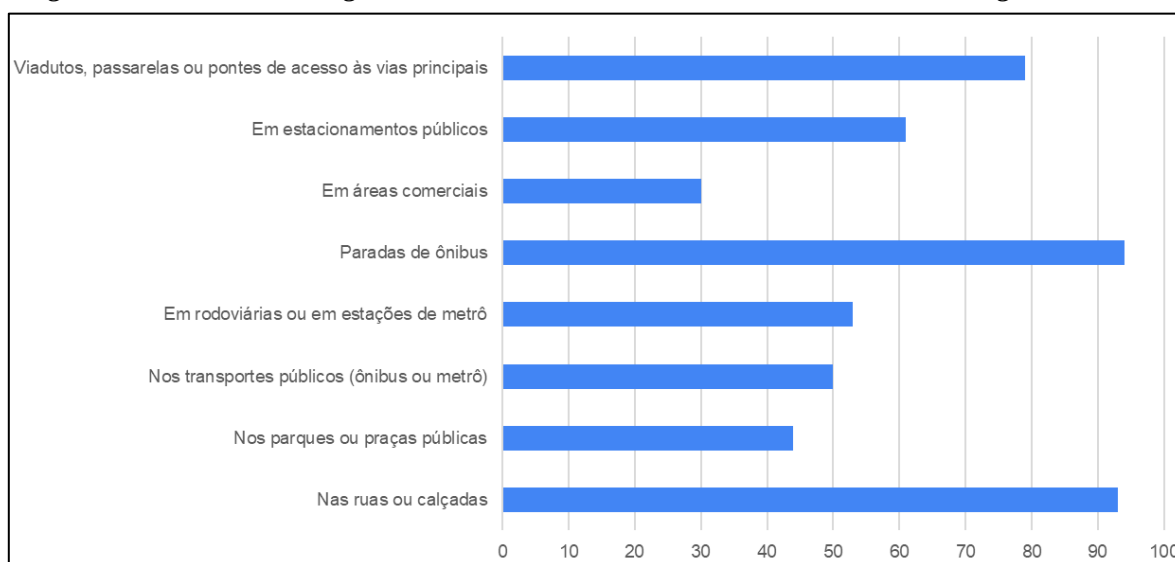
Corroborando o exposto acima, as participantes, quando questionadas sobre a organização dos espaços e estruturas das cidades para atender às demandas das mulheres, responderam que:

Participante 1 - *“Pouco são organizados para pensar o dia a dia. Existem várias pesquisas que demonstram que mulheres, ainda as que possuem carreira, filhos, familiares e são normalmente cuidadoras, fazem dupla e tripla jornada, saem e fazem muito mais paradas que homens. É buscar o filho na escola, comprar um remédio, visitar os pais, fazer compras, entre outras atividades que são acumulativas para mulheres. O lazer também é condicionado a ter banheiros, pontos de bebedouro e descanso quando estão com seus filhos ou cuidando de seus pais. Essa logística muito mais pendular da mulher, não é facilitada e por muitas vezes sobrecarregada por ser a personagem da dinâmica familiar e social sempre fazer esses percursos e ter essa responsabilidade”*. **Participante 2** - *“Na minha opinião, a organização das estruturas das cidades hoje ainda não é totalmente pensada para facilitar o dia a dia da mulher. Muitas vezes, hospitais, postos de saúde, escolas e locais de trabalho ficam distantes das áreas onde moramos, exigindo longos deslocamentos. Como, na maioria das vezes, somos nós mulheres que acumulamos várias funções — trabalho, cuidado com filhos, tarefas domésticas e acompanhamento de familiares — essa distância dificulta muito nossa rotina. A cidade parece ter sido planejada pensando em um trabalhador que sai de casa, vai direto ao trabalho e volta, sem considerar essa sobrecarga feminina. Além disso, paradas de ônibus mal iluminadas, ruas pouco movimentadas, falta de segurança e transporte público precário também tornam o deslocamento mais cansativo e inseguro para nós. Muitas vezes precisamos adaptar nossos horários, evitar certos lugares ou depender de alguém para nos acompanhar. Por isso, acredito que as cidades ainda precisam avançar muito para serem, de fato, pensadas a partir das necessidades das mulheres, garantindo mais acessibilidade, segurança, proximidade dos serviços e melhor qualidade de infraestrutura para facilitar nosso dia a dia*. **Participante 3** - *“Acredito que não. Os deslocamentos entre diferentes pontos da cidade são longos e cansativos, especialmente no Plano Piloto, onde é evidente que as ruas não foram projetadas pensando nos pedestres. As paradas de ônibus costumam ser isoladas, mal iluminadas e pouco seguras. Embora o metrô do DF conte com um vagão exclusivo para mulheres, a fiscalização ainda é insuficiente, o que prejudica a efetividade dessa medida. Além disso, muitas mulheres que vivem nas periferias enfrentam grandes dificuldades para acessar universidades, escolas, creches, hospitais e postos de saúde, devido à má distribuição desses serviços pela cidade”*. **Participante 4** - *“Em minha opinião, não totalmente. Embora alguns avanços tenham ocorrido, a organização das estruturas das cidades ainda não é plenamente pensada para facilitar o dia a dia da mulher. Muitas vezes, a distribuição de serviços essenciais como hospitais, escolas, transporte público e equipamentos de lazer, não considera as múltiplas jornadas femininas, que geralmente envolvem trabalho remunerado, cuidados com filhos, tarefas domésticas e deslocamentos constantes entre diferentes pontos da cidade. Além disso, a localização de serviços nem sempre prioriza acessibilidade, segurança e mobilidade, fatores fundamentais para que as mulheres circulem com autonomia. A escassez de iluminação adequada, a distância entre modalidades de transporte, as calçadas precárias e a falta de espaços seguros também dificultam a rotina. Portanto, apesar de existir infraestrutura, ela ainda não é planejada de maneira integrada e sensível às necessidades específicas das mulheres”*.

Essas respostas confirmam o entendimento sobre as dificuldades cotidianas enfrentadas por mulheres que precisam vivenciar a cidade, trazendo a necessidade de compreender a percepção da segurança ou insegurança ao frequentarem as estruturas dispostas no espaço público do DF. Assim, as participantes foram questionadas sobre os lugares ou ambientes da cidade em que se sentem mais inseguras ou com medo. Do mesmo modo, foram indagadas sobre quais locais elas acreditam que as mulheres são mais vulneráveis a sofrerem algum tipo de violência, como assédio, importunação sexual e estupro.

No que condiz com a primeira pergunta, as participantes destacaram as paradas de ônibus, seguido das ruas, calçadas, viadutos, passarelas ou pontes de acesso como os ambientes mais inseguros das cidades do DF (Figura 31). As fotografias dispostas nas figuras 32 apresentam essas estruturas nas RAs do Arapoanga, Sobradinho e Planaltina. Nelas, é possível observar algo que foi pontuado pelas mulheres sobre essas estruturas estarem em locais afastados, com iluminação precária e ausência de segurança. Isso comprova que é no território usado (Santos, 1998) que as mulheres do Distrito Federal enfrentam a rigidez de um planejamento que não as previu. A desigualdade socioterritorial materializa-se nas estruturas e nos vazios urbanos, onde a omissão do Estado desenha os riscos cotidianos.

Figura 31: Gráfico sobre lugares e estruturas onde as mulheres se sentem mais inseguras nas RAs.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas em questionários online via *Google form*, 2025-2026.

Figura 32: Fotografias de alguns lugares e estruturas onde as mulheres se sentem mais inseguras nas RAs.



Fonte: Acervo da autora, 2026.

Sobre isso, algumas participantes expuseram: “Não. As paradas de ônibus ficam isoladas e nem todas as linhas passam por dentro da cidade, sendo necessária que a mulher se exponha ao risco de atravessar a BR”; “Não, onde eu moro os locais, por exemplo, como paradas de ônibus e um posto policial são distantes e com pouca iluminação e falta de segurança a noite, o que não facilita nada o nosso dia a dia”; “Depende, em alguns lugares sim, mas em outros as paradas de ônibus, por exemplo, ficam isoladas”; “Não. Os estudos geralmente são em relação a impactos no trânsito, agora não vejo como voltado para mulheres, pois como exemplo paradas de ônibus em locais afastados e desertos, o que é um perigo para as mulheres”.

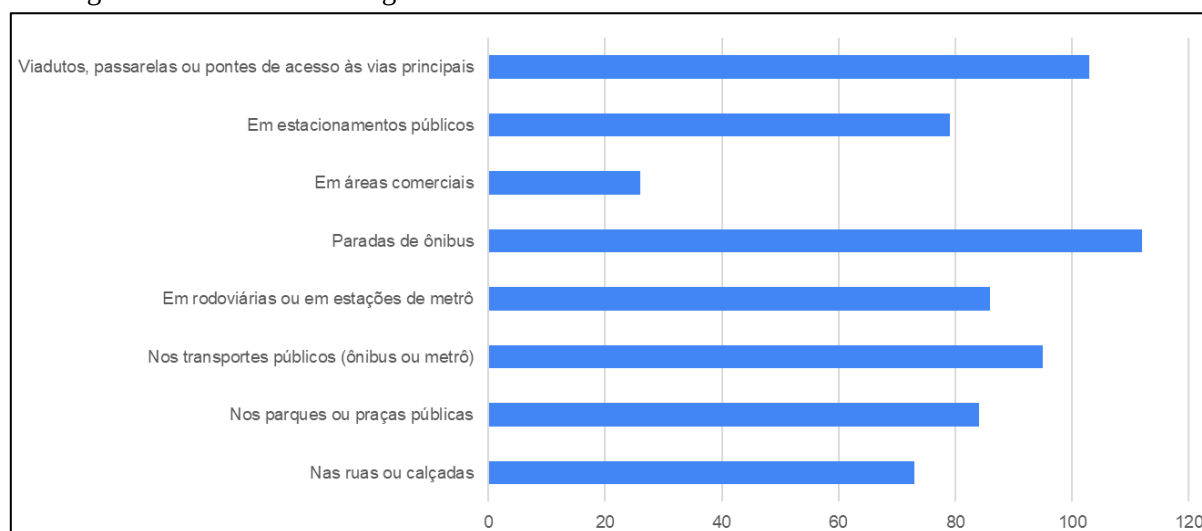
Sobre os locais de maior vulnerabilidade às mulheres, as participantes marcaram novamente as paradas de ônibus como um ambiente ou estrutura em que elas estão mais propensas a serem vítimas de alguma violência, o que é justificado pelas explicações fornecidas no decorrer do questionário. Seguidos das paradas, ficaram os viadutos, passarelas ou pontes; os transportes públicos, rodoviárias ou estações de metrô e, por fim, ruas ou calçadas (Figura 33).

É interessante notar que esses espaços e estruturas onde as mulheres indicaram se sentir mais vulneráveis convergiram em uma percepção de que são eles os que se destacam como mais inseguros. No entanto, foi possível considerar que, de modo geral, pela possibilidade de marcar mais de uma opção, as participantes deixaram claro que, na verdade, todos os locais citados podem ser considerados como potenciais cenários para as mulheres serem vítimas de algum tipo de violência.

Desses locais, é preciso também citar a exceção das áreas comerciais, que, por meio do gráfico, podem ser compreendidas como locais em que as mulheres ainda sentem um pouco mais de segurança. É plausível considerar que essa percepção seja justificada pelo apontamento das participantes de que, por apresentarem maior fluxo de pessoas, esses ambientes acabam sendo menos vulneráveis.

Após identificar os locais e estruturas que compõem a rotina de espera, circulação e lazer das moradoras – elementos frequentemente referidos como reflexos de um planejamento que negligencia as necessidades femininas no DF –, é importante identificar o que neles pode ser considerado como facilitador da violência contra a mulher. Desse modo, a partir dos questionários e das entrevistas realizadas, foi possível identificar que os aspectos tidos como facilitadores da violência nesses espaços, para além de como são organizados (próximos ou distantes dos centros e das áreas residenciais e comerciais).

Figura 33: Gráfico sobre lugares e estruturas onde as mulheres são mais vulneráveis nas RAs.



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas em questionários online via *Google form*, 2025-2026.

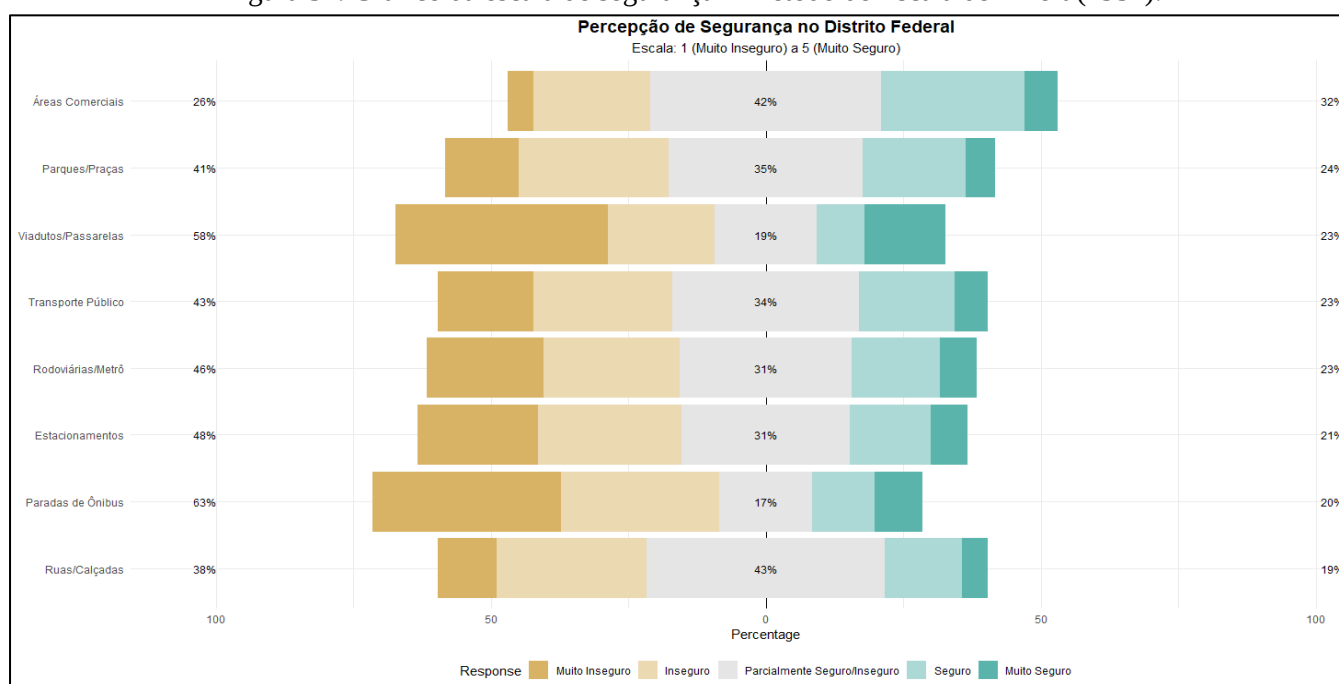
Nas entrevistas, a iluminação foi um dos problemas frequentemente citados pela população ao ser questionada sobre a estrutura das cidades. Nos questionários, observou-se que as participantes, em diversos momentos e perguntas, sinalizaram para a iluminação como uma infraestrutura sem a manutenção necessária para fornecer segurança à circulação pela cidade, principalmente para as mulheres. Outro elemento indicado como facilitador é a falta de policiamento no espaço públicos, sendo citadas a ausência de rondas, de câmeras e de postos policiais.

Todos esses elementos podem, portanto, ser considerados facilitadores da violência no espaço público. Tais fatores, aliados à infraestrutura urbana, moldam as experiências e limitam da vida urbana das mulheres que vivem no Distrito Federal. Assim, resta questionar: qual é a intensidade da insegurança e do medo experimentados nos espaços públicos das RAs?

Pensando nessa perspectiva e sendo também uma das propostas dessa pesquisa, organizou-se uma escala de segurança a partir da percepção das mulheres sobre os espaços públicos do Distrito Federal. Para cumprir com esse objetivo, optou-se por utilizar o método da escala de Likert (1932), que ainda na atualidade é muito utilizada nas pesquisas qualitativas por permitir medir atitudes e percepções, além de entender a conformidade expressa pelos respondentes (Lupchinski, 2021).

Para captar as informações necessárias por meio dos questionários, organizaram-se as perguntas a fim de entender a intensidade da insegurança que as participantes sentem em cada um dos locais e ambientes já pontuados anteriormente. As perguntas foram estruturadas com o seguinte questionamento: “Como você avalia a sua sensação de insegurança ou medo nas(os)...”, seguido da denominação dos ambientes e estruturas. Para cada uma das perguntas, disponibilizou-se uma escala que variou do 1 (Muito inseguro) a 5 (Muito Seguro) (Figura 34).

Figura 34: Gráfico da escala de segurança – Método de Escala de Likert (1932).



Fonte: elaboração própria a partir das informações coletadas em questionários online via *Google form*, 2025-2026; RStudio.

A tradução desses dados numéricos em uma escala qualitativa e visual proporcionou o entendimento sobre a profundidade da angústia relatada até o momento neste capítulo. Essa escala de segurança demonstra que as paradas de ônibus e as passarelas ocupam o topo do índice de insegurança das moradoras que, cotidianamente, utilizam essas estruturas do espaço público para se locomoverem pela cidade e realizarem sua vida. O alto índice de insegurança nessas estruturas é a prova de que o planejamento vigente ignora a escala do corpo feminino, limitando as formas como as mulheres vivem a cidade e consequentemente utilizam o território.

Retomamos e concretizamos aqui, por meio dos dados e das experiências narradas pelas participantes, o conceito de corpo-território. Perspectiva que se fundamenta no entendimento de que cada indivíduo experimenta o mundo físico a partir de seu próprio corpo (Werlen, 1993, citado em Santos, 2006). Assim, o corpo não apenas ocupa o território, mas também vive e interage com ele, resultando em práticas, experiências e significados que influenciam a relação entre o indivíduo e seu ambiente (Haesbaert, 2020)

Por meio da compreensão do corpo como território de escala íntima, entende-se que este não se limita a ser a representação ou a materialização da nossa existência, ele é, também, um território continuamente construído de forma dialética, resultante das vontades, intenções e mobilizações. Trata-se de um espaço em constante disputa pelos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, bem como pelo Estado, pela igreja, e outras instituições que influenciam e dão significados variados a ele (Souza, 2022).

Nesse contexto, o medo, que anteriormente foi tido como irracional, mais uma vez se materializa como evidência real na vida das mulheres nas Regiões Administrativas do DF. O medo vivenciado pelo corpo feminino permitiu entender as territorialidades dos espaços públicos do Distrito Federal e as desigualdades inerentes a eles. A estrutura das cidades estudadas, por meio da experiência corporal das mulheres, consolida a percepção de uma cidade que não foi planejada para garantir direitos, mas sim uma cidade planejada para o medo.

Os espaços públicos revelam entrelaçamentos que afetam de forma negativa a mobilidade feminina no DF e, consequentemente, a vida em todos os âmbitos. As cidades do Distrito Federal, até mesmo a da mais planejada, o Plano Piloto, apresentam, em sua estrutura equipamentos urbanos que, nesse contexto, passam a ser fronteiras reais que restringem a liberdade de circulação. Essas barreiras, físicas e simbólicas, são a materialização da desigualdade socioterritorial e reforçam a luta para ressignificar o planejamento urbano.

CAPÍTULO 4 – CIDADES FEMINISTAS: O PLANEJAMENTO URBANO POSSÍVEL COMO UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA UMA CIDADE MAIS SEGURA

A vida como um componente real em todas as escalas do território (Costa, 2021) instigou pensar esta pesquisa e traçar um caminho teórico-metodológico para que, de alguma forma, fosse possível captar como a existência de cada sujeito e as relações que são construídas perpassam todo e qualquer entendimento sobre a cidade. Assim, observar o contexto em que atualmente as mulheres do DF vivenciam as cidades possibilitou entender como o atual planejamento urbano tem influenciado violações por meio de barreiras físicas e simbólicas. A partir das discussões propostas por Costa (2021), atreladas à realidade analisada, confirma-se a importância de pensar o planejamento urbano não apenas sob a ótica das centralidades da globalização e dos moldes capitalistas, mas também a partir da leitura dos corpos e mentes dos sujeitos no cotidiano. Ou seja, a partir também das mulheres, percebendo o espaço por meio da experiência do próprio corpo.

Diante disso, os capítulos anteriores apresentaram, para além de uma análise teórica, a ilustração de como os corpos femininos vivenciam as cidades no Distrito Federal. Isso foi possível por meio de um trabalho empírico que buscou identificar, através dos relatos em entrevistas e respostas a questionários, os efeitos que as desigualdades socioterritoriais – frente a um planejamento urbano mercadológico, pensado por e para homens – exercem sobre esses corpos.

Como pontuado anteriormente, esses efeitos demonstram o que já é uma discussão consolidada sobre gênero no espaço público: o medo como um dos principais reflexos percebidos nos corpos das mulheres. Esse medo, como discutido, tem a função de controlar a vida feminina nos espaços públicos, violando o direito das mulheres de exercerem sua cidadania plena. Da mesma forma, as violências reais de assédio, importunação e estupro reforçam essa experiência. Assim, o corpo feminino, diante das barreiras que o planejamento urbano impõe e dos usos desiguais do território entre raças, classes e gênero, percebe a cidade como um espaço hostil e excludente. Subentende-se, a partir desses contextos, que o corpo feminino acaba por se tornar avesso ao espaço público.

Seguindo essa construção lógica, o objetivo deste capítulo é o de propor, junto à discussão teórica-metodológica do *Planejamento Urbano Possível* (Costa, 2021), uma práxis política de redução da violência contra as mulheres a partir da gestão partilhada do território, para além (mas, sem negar) da razão técnica instrumental do Estado. Isso se dá sob a ótica da interpretação dos usos territoriais, por meio do que foi constatado como necessidades e anseios urgentes das mulheres para que possam se sentir mais seguras ao viver nas cidades. Pois, concorda-se com Santos (2007b, p. 161) quando alega que:

Falta o discurso coerente da cidade, pois o discurso incoerente, fragmentado e analiticamente indigente, já existe. Os próprios intelectuais ainda buscam as variáveis adequadas para escrever essa pedagogia do urbano que codifique e difunda, em termos didáticos e de maneira simples, o emaranhado de situações e relações com que o mundo da cidade transforma o homem urbano em instrumento de trabalho e não mais em sujeito. Entretanto, todos os dados estão praticamente em nossas mãos, para tentar reverter a situação.

Portanto, a proposta é operacionalizar o *Planejamento Urbano Possível* a partir dos sujeitos situados. Nas discussões que emergem sobre o patrimônio-territorial (Costa, 2016, 2017, 2018, 2024), esse sujeito é compreendido como aquele que pertence e se localiza no território, sendo colocado no centro das ações ao reivindicar, posicionar, preservar e defender seu lugar de vida. Na realidade em questão, a articulação desses sujeitos situados – mulheres moradoras do Distrito Federal – permite a projeção das possibilidades de uma cidade feminista.

4.1 Acionando o *Planejamento Urbano Possível* para pensar o planejamento das cidades do Distrito Federal

O *Planejamento Urbano Possível* é uma discussão teórico-metodológica proposta por Costa (2021) que busca romper com as dicotomias, fragmentações e limitações presentes no planejamento urbano pautado na ordem racional-estatal, enaltecendo uma abordagem que considere a existência do sujeito na elaboração e definição dos usos coletivos do território. Essa concepção foi construída pelo autor em um percurso que não partiu apenas da teoria, mas teve como alicerce o trabalho empírico em cidades da América Latina. Para esta pesquisa, tal proposta foi fundamental para nortear caminhos necessários à compreensão das experiências femininas no espaço público e das interseccionalidades, como as desigualdades de gênero e socioterritoriais. O caminho trilhado por Costa (2021) pauta-se no diálogo entre métodos – materialismo histórico e fenomenologia, fortemente ancorado na corrente filosófica existencialista –, o que possibilita um olhar holístico para a realidade em questão.

Pensar o planejamento urbano a partir de perspectivas como as que propõe Costa (2021), que não sejam definidas pela hegemonia política, permite entender e também inserir nessa análise corpos e mentes – sujeitos ativos que compõem, apropriam, produzem e reproduzem através da existência e resistência, o território. É nesse sentido que esta pesquisa se ancora na discussão sobre o *planejamento urbano possível*, ao entender que essa base pode guiar propostas eficazes para mudar a realidade das mulheres que usam o espaço público das cidades no Distrito Federal. O ponto de partida é o que elas percebem sobre suas próprias realidades e o que indicam como *práxis* capazes de transformar seu cotidiano e garantir seus direitos.

Embora a discussão sobre o *planejamento urbano possível* não tenha sido pensada, *a priori*, sob o recorte explícito de gênero, uma vez que a proposta totaliza pelos sujeitos viventes nas cidades (homens, mulheres, crianças, idosos etc.), ela oferece fundamentos para tensionar o planejamento ao colocar a existência do ser como prioridade, afinal, a proposta está pautada na categoria totalidade, o próprio espaço geográfico, o que favorece amplo espectro analítico. Isso converge com a ideia de que o corpo é a “geografia mais próxima” (Kern, 2021), oferecendo caminhos sólidos para questionar a naturalização na consolidação das cidades, que atinge os cidadãos de forma desigual (Costa, 2021). Sob a perspectiva de gênero, é preciso considerar que o modo como as mulheres são vistas como “problemas” para as cidades costuma girar em torno de seus corpos (Kern, 2021). Assim, partir do corpo e a ele retornar ajuda a encontrar alternativas para um *planejamento urbano sensível* a essas subjetividades.

De tal modo, o *planejamento urbano possível* denuncia uma globalização perversa, o consumo e a produção baseados nas desigualdades e vulnerabilidades sociais. Do mesmo modo, faz denúncias sobre as relações de poder, as esterilizações das existências e experiências urbanas, e a forma como

os planos diretores e o zoneamento urbano tratam a população em geral, ou da sociedade urbana, de forma genérica e abstrata (Costa, 2021). Nesta pesquisa, buscou-se agregar singularidades como – afetos, medos e necessidades reais – para humanizar a análise técnica, como sugere o autor.

Ao considerar os relatos das mulheres nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, percebeu-se que seu imaginário, existência e cultura estão sendo pautados na sobrevivência. Ao sofrerem traumas nos usos dos espaços públicos das cidades, as mulheres se retraem e perdem sua liberdade de experimentar e se apropriar do ambiente (Kern, 2021). “O espaço público é o lócus máximo de imaginação, representação, expressão e transgressão popular, devido às demandas do sujeito migrante ou urbano” (Costa, 2021, p. 108, tradução nossa); sua negação às mulheres impede que elas se sintam plenamente representadas ou cidadãs.

O planejamento atual, ao privilegiar a escala técnica e os grandes recortes espaciais, apaga as singularidades que podem ser reveladas a partir de uma pesquisa participante ou popularmente narrada. Essa racionalidade tenta disciplinar os sujeitos e deslocá-los do plano real da vida, esquecendo-se da dimensão imaginativa que é, justamente, onde reside a possibilidade de resistência (Costa, 2021). Esse deslocamento é uma política aplicada a corpos que não se conformam aos padrões de idade, classe, raça ou gênero, reforçando a necessidade iminente de uma transformação no futuro urbano (Kern, 2021).

É preciso propor uma cidade cidadã e democrática, que recupere o sentido histórico da vida e do lugar do sujeito situado. Essa ideia entende que o “sujeito ativo do cotidiano busca a cidade democrática, que se consolidará com a experiência e a imaginação de quem se reproduz de acordo com as ofertas reais de usos e apropriações do território” (Costa, 2021, p. 92), o que colabora para uma equidade socioterritorial, como é proposto por Santos (2007).

Assim, a proposta metodológica para acionar um *planejamento urbano possível* no desenvolvimento dos planos e do zoneamento urbano pode partir da “história oral e de vida, entrevistas, mapas mentais, observação falada e colaborativa, participação, etnografia, estudo do meio ambiente, grupos de discussão, etc.”. Ou seja, são metodologias que incluem no trabalho técnico valores simbólicos e afetivos sobre as vulnerabilidades e violências espacializadas (Costa, 2021, p.112).

Nesse sentido, esta pesquisa se apresenta dentro dessa proposta do *planejamento urbano possível* ao utilizar os questionários, o trabalho empírico com observações e as entrevistas para trazer apontamentos das mulheres moradoras do Distrito Federal. Tais relatos versam sobre a percepção do contexto atual, as violações vivenciam no espaço público e as possibilidades de implementar modificações na organização espacial e territorial a partir das necessidades femininas. Modificar esse sistema em que as mulheres vivenciam violências reais – como limitações, assédio, importunação e objetificação – é difícil, mas pensar a partir delas auxilia na construção de possibilidades reais de

mudança (Kern, 2021; Costa, 2021). Dessa forma, a operacionalização do *planejamento urbano possível* nesta pesquisa apresenta estratégias que podem ser utilizadas para minimizar a violência contra as mulheres no espaço público.

Desse modo, apresenta-se aqui a percepção das mulheres que moram no DF sobre o planejamento atual e como isso impacta suas vidas. Os questionários disponibilizados de modo online, como já descrito em momentos anteriores deste trabalho, indagaram às mulheres se o planejamento atual de suas cidades considerava as demandas femininas e, em caso negativo, quais seriam as mudanças necessárias. Ao todo, 68% das participantes afirmaram que não, pontuando, para além de sugestões, situações que vivenciam no cotidiano: *"Eu entendo que não existe nada pensado diretamente para as mulheres no mundo, principalmente no que diz respeito ao planejamento urbano. No caso, Brasília foi feita para se andar de carro, por exemplo. Assim, as paradas de ônibus/estações do metrô, são sempre distantes das casas, comércio, etc. No meu caso, para que eu chegue em segurança em casa, meu pai sempre me busca de carro quando chego de noite na estação do metrô"; "Em muitos casos, faltam elementos básicos que fazem diferença no cotidiano feminino, como boa iluminação pública, calçadas seguras, transporte público eficiente, paradas de ônibus bem localizadas e presença maior de serviços próximos aos bairros. A ausência dessas condições pode tornar o deslocamento mais cansativo e, em alguns momentos, até inseguro"*.

Nesse sentido, um quantitativo expressivo de participantes alegou a necessidade do aumento da segurança pública, com policiamento nas ruas, câmeras e iluminação, bem como mudanças referentes à localização das paradas de ônibus e o policiamento dessas estruturas. Entre os relatos, destacam-se: *"Não considera. Iluminação, segurança"; "Não consideram, é só pensar na iluminação pública"; "Iluminação, mais postos policiais. Lugares mais amplos e visíveis"; "Não. Iluminação pública, o transporte público e vigilância das vias públicas (ou seja, ronda ostensiva das forças de segurança) ainda são muito precárias(os)"; "Não considera. Mais acessibilidade, iluminação, segurança/policiamento e câmeras"; "Talvez. Eu colocaria mais policiamento ostensivo para poder aumentar a sensação de segurança"; "Não, colocaria mais policiamento nas paradas de ônibus"; "Não. Policiamento contínuo, paradas de ônibus em lugares com vigilância"; "Mudaria principalmente as paradas de ônibus. Com iluminação adequada, câmeras e monitoramento de segurança pública 24 horas por dia"*.

Outras falas também chamaram atenção e serão aqui apresentadas para contemplar, ao máximo, a percepção das mulheres sobre suas experiências atuais e sobre o que, para elas, pode melhorar a vida na cidade:

Participante 1 - *"Trocaria toda a iluminação da cidade por uma iluminação realmente clara. Em Brasília, a iluminação é amarela e não clareia todos os pontos das ruas. Colocaria mais policiamento também. Mais transporte público com paradas mais próximas das*

residências. Transporte com mecanismo de segurança para mulher. Criar um aplicativo pra oferecer segurança pra mulher nos trajetos nas ruas ou mesmo dentro de carros”; **participante 2** - *“Não acho que o planejamento da cidade considera as necessidades de uma mulher. O que eu mudaria, imediatamente, é a questão da iluminação em espaços públicos. Principalmente em parques, calçadas e na UnB”;* **participante 3** - *“A segurança pública não é suficiente para garantir eficácia e efetividade. Não vejo policiamento a pé e nem em viaturas nas proximidades da minha casa com frequência só acontece de forma esporádica. A polícia também deveria fazer revista nas linhas de ônibus com entrada de policiais em pontos estratégicos sobretudo nos períodos de maior movimento”.*

Essas narrativas demonstram que a falta de segurança pública não se resume apenas à ausência de uma vigilância ostensiva, mas também é acionada pela infraestrutura ofertada. Tais elementos transformam o espaço público em um território de negociação constante para o corpo feminino, afetando diretamente no seu direito de ir e vir.

Ao considerar as percepções obtidas a partir dos questionários, torna-se fundamental cruzá-las com o que foi constatado através do trabalho empírico realizado nas 35 RAs do Distrito Federal. Nessas entrevistas, visualizou-se uma realidade de dificuldades em que planejamento urbano vigente afeta diretamente a rotina das mulheres que necessitam ocupar o espaço público cotidianamente. Como destacado no capítulo anterior, o modelo atual de planejamento força as mulheres a alterarem seus caminhos, horários e vestimentas para cumprirem seus compromissos. Nesse sentido, ao serem questionadas sobre como a estrutura das cidades impactava seu dia a dia, parte significativa das entrevistas pontuou que a configuração atual dificulta sua rotina. A ausência de creches públicas, a oferta incompleta da Educação Básica, a limitação das Unidades Básicas de Saúde e a escassez de oportunidades de empregos local geram lacunas de assistência que as obrigam a realizar deslocamentos constantes.

Algumas percepções que podem ser destacadas indicaram que essa estrutura tem: *“Dificultado muito em todos os aspectos. Há muito esforço para buscar essa assistência”;* *“Como tenho que andar sozinha, me sinto insegura. Tem locais com muito mato, precisa de mais iluminação nas ruas”;* *“Constante deslocamento, pouca opção de lazer e pra isso necessito de sair para outra cidade”;* *“Pela estrutura deficitária, é necessário se deslocar longas distâncias para buscar coisas, como por exemplo bancos, comércio”;* *“A gente se adapta a algumas situações ruins. Tenho vontade de sair daqui, falta de lazer, saúde. É bom morar onde você tenha orgulho da história”;* *“Dificultando na saúde no transporte na mobilidade, as praças hoje estão sendo usadas como ponto de drogas”;* *“Me atrapalha principalmente a distância da parada onde moro e os horários do transporte.”*

Nota-se que a configuração urbana atual do Distrito Federal impõe às mulheres uma mobilidade interurbana compulsória para o acesso a serviços básicos, oportunidades de trabalho, lazer e descanso. A centralização desses serviços em algumas regiões, somada à oferta insuficiente de infraestrutura de circulação, impede que esses deslocamentos sejam eficientes e seguros. O

planejamento atual das RAs do DF, pautado pela setorização, acaba por viabilizar limitações espaciais e violações de direitos. A partir dos relatos, apreende-se que o planejamento apresenta lacunas no cuidado e na assistência básica à população, principalmente às mulheres.

Para entender possíveis sugestões, as entrevistadas foram questionadas sobre quais mudanças realizariam nas cidades, se pudessem, para torná-las mais seguras para as a mulheres. 58% das entrevistadas alegaram o que também foi pontuado pelas participantes do questionário: a necessidade de implementação de segurança pública, com maior policiamento nas ruas, instalação de postos policiais e câmeras de vigilância, e o aumento de números de delegacias nas RAs. Da mesma forma, mencionaram sobre as melhorias necessárias nas estruturas das paradas de ônibus e do transporte público.

Esses apontamentos trazem um alerta para a questão do cuidado que se deve ter ao pensar o contexto urbano sobre uma perspectiva feminista. O medo e o deslocamento que corpos femininos sofrem cotidianamente evocam a necessidade de que a mudança para uma cidade mais equitativa parta da oferta de segurança pública. Sabe-se que essa é uma urgência, no entanto, frente a um urbanismo neoliberal, a vigilância estatal, o policiamento militarizado e a privatização do espaço público, não será suficiente para uma mudança efetiva. Sendo assim, é preciso entender o pensamento que norteia o comportamento social. No contexto atual, observa-se que esse pensamento e comportamento partem de uma estrutura patriarcal, misógina e violenta (Kern, 2021), que precisa ser mudada conjuntamente às estruturas físicas.

Nesse sentido, algumas participantes dos questionários evidenciaram que o planejamento atual não visualiza as mulheres sob uma perspectiva estrutural e cultural: *“O croqui de uma cidade importa, mas a mentalidade que move o comportamento das pessoas necessariamente implica na violência por si só. O olhar para a mulher, seu corpo, sua cor, sua condição é um grande marcador de violências”*; *“Não porque nossa sociedade visualiza muito a figura masculina”*; *“Não. E até as tentativas, como vagão para mulheres é frustrada, pois não há medidas que garantam que a regra seja cumprida, expondo ainda mais as mulheres. O isolamento de paradas de ônibus e muitas estações de metrô também apontam para esse descaso”*.

Desse modo, é preciso considerar implementações que sejam feitas em conjunto com ações e políticas públicas de conscientização, visando mudar essa estrutura abstrata para que ela aterrisse no território. É necessário partir desse ponto, sendo interessante observar o que as mulheres nas entrevistas e nos questionários, colocaram sobre esse aspecto: *“O planejamento não considera a mulher. Que campanhas de conscientização fossem feitas nesse sentido. Que na universidade tivesse uma disciplina, em cursos de arquitetura e de assistência social, sobre essa demanda”*; *“Segurança, trazer curso, informações, envolver as mulheres em projetos que atendam a comunidade e não só associados, principalmente pensar em comunidades mais afastadas aqui da cidade”*; *“Mais cursos*

profissionalizantes para mulheres e segurança pública”; “Mais área social, mais grupos de mulheres para elas fazerem mais atividades juntas e termos um ambiente saudável”; “Palestras de orientação, projetos para trabalhar autocuidado com as mulheres e intensificar alguns projetos já existentes levando para mais RAs”; “Oportunidade de trabalho para não ter dependência de homem”; “Colocaria um centro de curso para mulher ter ofício e apoio psicológico e civil”; “Profissionalizar as mulheres para se sentirem seguras e elevarem sua autoestima para não ficarem dependendo de homem”; “Deveria ter mais emprego específico para mulher, cursos gratuitos para elas não terem dependência de homem”.

Pensar numa mudança estrutural paira sobre a necessidade desse assunto ser inserido em políticas educacionais que insiram a temática de gênero nos diversos âmbitos da educação, pois como defende Jiménez Rodríguez & Ibarra García (2023, p. 33, tradução nossa) “as iniciativas promovidas a partir de uma perspectiva feminista são fundamentais na educação, pois as práticas em sala de aula estimulam a reflexão nos alunos e, a longo prazo, contribuem para mudanças de atitude, o que impacta a educação cívica”.

Depreende-se também, nesse caminho, que as questões econômicas precisam ser inseridas como ações importantes de mediação para melhorar a vida das mulheres. É fundamental ressaltar que a busca por qualificação profissional e autonomia econômica compõe, a partir das vozes femininas aqui relatadas, questões de gestão do território. Essa identificação sugere que a emancipação financeira, advinda do trabalho e do acesso pleno à cidade, traz autonomia e segurança às mulheres. “Certamente, moradia acessível, salários dignos, creches gratuitas e assistência médica e educação acessíveis são ingredientes essenciais para a maioria das visões urbanas feministas” (Kern, 2021, p. 230). Porém, como a autora defende, tais medidas não serão suficientes se o trabalho informal realizado pelas mulheres for esquecido e se a desigualdade e violência de gênero continuarem a se perpetuar, mesmo em contextos de independência financeira.

Ainda nesse trajeto de compreender a percepção das mulheres no DF e estruturar formas de repensar o planejamento urbano atual, as participantes pontuaram em suas participações questões ligadas ao redesenho da cidade – ou, melhor dizendo, ao redesenho dos usos dos territórios e dos serviços públicos ofertados. Em destaque, seguem algumas falas: *“A maioria das mulheres é quem leva filhos para a escola, para o hospital. Facilitaria muito construir esses espaços públicos em locais próximos das áreas residencial”; “Talvez uma solução para isso seja aumentar o número de paradas de ônibus e que elas sejam mais próximas das residências/comércio, aumentar a possibilidades de transporte público (mais linhas, mais ônibus circulando na cidade e em mais horários)”;* *“Mudaria o zoneamento urbano, alteraria horários de funcionamento, determinaria incentivos que favoreçam fachadas abertas e outros modais de deslocamento”;* *“Primeiro, pensar na segurança diminuindo distâncias, fornecendo mais opções de transporte público especificamente*

para mulheres, mudando a estrutura das ruas e retirando os becos ou fazendo com esses espaços mais ermos sejam transformados em locais com mais trânsito de pessoas”; “Colocaria creches, indústrias para as mulheres poder trabalhar, colocaria um centro de apoio a mães atípicas e seus respectivos filhos e também a mulheres vítimas de violência doméstica”.

Nessa perspectiva, uma mulher participante pontuou que:

“Muitas vezes, os espaços públicos não oferecem segurança suficiente, especialmente à noite. Falta iluminação adequada, há poucas políticas voltadas à proteção das mulheres e o transporte público nem sempre é eficiente ou seguro. Além disso, os serviços essenciais — como creches, postos de saúde e escolas — nem sempre estão próximos das áreas residenciais, o que dificulta a rotina de quem acumula trabalho fora de casa e responsabilidades familiares. Para melhorar, eu investiria em: Mais iluminação pública e segurança nas ruas, paradas de ônibus e praças. Transporte público de qualidade, com rotas que atendam melhor os bairros e horários mais flexíveis. Ampliação de creches e escolas em tempo integral, facilitando a vida das mães trabalhadoras. Espaços de lazer e convivência seguros, para que as mulheres possam ocupar a cidade sem medo. Participação feminina no planejamento urbano, ouvindo diretamente as necessidades das mulheres. Acredito que uma cidade que considera as necessidades das mulheres se torna automaticamente mais justa, segura e acessível para todas as pessoas”.

E, assim, parte delas a reivindicação de que é necessário *“Escutar e tornar as mulheres participantes das decisões e ocupando espaços de poder e fala”*. Ao serem questionadas sobre a participação em instâncias de decisão, um dado alarmante emergiu: 89% das respondentes nunca integraram assembleias ou atividades sobre o planejamento de suas comunidades. O que não é uma novidade no contexto do planejamento urbano no Brasil, haja vista que,

*As pessoas a quem o planejamento se destina, essas raramente têm acesso aos documentos finais, e ainda muito menos aos documentos de base. Nas circunstâncias atuais, nada é mais difícil ao comum dos mortais que poder consultar ou mesmo ver as informações que serviram de fundamento à redação do que depois será apresentado como projeto ou plano. Estes, na maior parte das vezes, são, na verdade muito mais uma operação de *maquillage*, destinada a esconder propostas de ação setorial, substitutivas do plano global que as populações estão no direito de reclamar e de ter”* (Santos, 2007b, p. 160).

Além de não participarem das ações de decisão, as mulheres no Distrito Federal também não integram coletivos ou redes de apoio em sua RA – 86% apontaram essa realidade –, revelando o isolamento dessas mulheres, o que dificulta a construção das “conexões territoriais afetivas” (Costa, 2018) necessárias para tensionar o planejamento urbano atual. “Por isso, devemos pensar em ações políticas móveis onde as pessoas sejam protagonistas, dos seus próprios lugares ou de outros, para que sejam reconhecidas e visíveis por todas as pessoas, conectadas com toda a cidade” (Costa, 2021, p. 111, tradução nossa).

Uma gama mais ampla de experiências vividas precisa ser representada entre os tomadores de decisão que têm enormes efeitos sobre o cotidiano das pessoas. Uma análise interseccional

deve ser uma abordagem comum para decisões tanto grandes quanto pequenas: onde colocar uma nova escola primária, a distância entre os pontos de ônibus, se pequenos negócios podem ser operados fora de casa, etc. (Kern, 2021, p. 232).

Nessa perspectiva, a autora ainda pontua que,

A cidade feminista não precisa de um projeto para torná-la real. Não quero que uma super planejadora feminista destrua tudo e comece de novo. Mas assim que começarmos a ver como a cidade é configurada para sustentar uma forma específica de organizar a sociedade – por gênero, raça, sexualidade e muito mais – podemos começar a procurar novas possibilidades. Existem diferentes formas de usar os espaços urbanos de que dispomos. Existem inúmeras opções para a criação de espaços alternativos. A cidade feminista é uma experiência contínua de viver de maneira diferente, viver melhor e com mais justiça em um mundo urbano (Kern, 2021, p. 235).

Assim, para alcançar o que Kern (2021) chama como cidade feminista – pensamento também defendido por outras estudiosas citadas nessa pesquisa, como Calió (1997), Saffioti (2015), Saraiva (2017), Peccini (2020) –, pode-se utilizar a metodologia do *planejamento urbano possível*. Tal abordagem permite contemplar, por meio de estratégias elencadas, as possibilidades de perceber como o sujeito vivencia e como ele acredita que as mudanças precisam ocorrer para garantir sua existência e permanência nas cidades.

[...] as populações locais devem ter direito à palavra, não apenas como parcela viva da nação ou de um Estado, mas como membros ativos de uma realidade regional que lhes diz diretamente respeito, e sobre a qual não dispõem de um recurso institucional para que a sua voz seja ouvida (Santos, 2007b, p. 147).

Desse modo, é necessário pensar não somente em resoluções práticas – como a segurança pública, medidas econômicas e o redesenho de forma isolada –, mas sim em uma proposta que vise mudar a estrutura que molda a realidade social. A articulação dessas aplicações a projetos integrados poderá compor, de modo eficiente, uma nova proposta para o planejamento urbano, conforme indicaram os relatos das mulheres que participaram desta pesquisa e que contemplam todas essas instâncias.

Portanto, o planejamento urbano deliberado para minimizar o ideal dessas necessidades e a violência das técnicas da racionalidade cega à totalidade concreta, deve incluir a consciência do sujeito subalternizado nas cidades, reimaginando e reincorporando a sua localização geocultural. É assim que funcionará uma geografia social imaginativa do lugar, através das interações materiais, sentimentos individuais e imaginários coletivos denunciando vulnerabilidades, para vinculá-los ao planejamento (Costa, 2021, p. 114-115, tradução nossa).

Nesse sentido, para complementar a proposta para este capítulo, será apresentado um quadro em que serão sistematizados as categorias, critérios e os indicadores constatados como variáveis

apontadas pelas mulheres que participaram desta pesquisa. A proposta desse quadro, como suporte para a proposta metodológica do *Planejamento Urbano Possível (PUP)*, foi inspirada de Larissa Alves de Sousa (2025), em sua tese sobre o “*Planejamento urbano possível e espaço público em cidades coloniais latino-americanas: Brasil e Uruguai*”, que também incorpora a proposta realizada por Costa (2021). Nessa perspectiva, essa sistematização, por meio dos resultados obtidos, dialoga com a tese mencionada do ponto de vista dessa construção a partir do empírico e do que é proposto por Costa (2021). A apresentação dessas categorias, critérios e indicadores, culminam na compreensão da *práxis* que aqui se pretende apresentar para a mitigação das violências contra as mulheres no espaço público das cidades do Distrito Federal.

Quadro 1. Categorias, critérios e indicadores para a construção do *planejamento urbano possível*.

Categoria	Critério	Indicador
Segurança e Infraestrutura urbana	Segurança no deslocamento e permanência nos espaços públicos	Presença de pontos cegos, mato alto ou barreiras visuais.
		Fluxo de pessoas e fachadas abertas.
		Densidade e eficiência da iluminação pública.
		Estrutura e localização das paradas de ônibus.
		Estrutura, continuidade e estado de conservação das calçadas.
		Configuração e redesenho urbano (usos do territórios).
		Postos policiais.
		Policiamento ostensivo e humanitário.
		Condição de segurança e visibilidade em passarelas, viadutos e pontes.
		Políticas de proteção a mulher.
		Sistema de Monitoramento.
Categoria	Critério	Indicador
Mobilidade urbana	Adequação do transporte público	Sistema de transporte público eficiente.
		Abrangência geográfica do transporte.
		Frequência das linhas em horários de pico e no período noturno.
		Presença de mecanismos de segurança para mulheres dentro dos veículos.
		Distância média entre residências e paradas de ônibus/metrô.
Categoria	Critério	Indicador
Conectividade e acessibilidade (Proximidade a equipamentos Públicos).	Redução da mobilidade compulsória à outras Ras	Distância para acesso a serviços básicos.
		Oferta de espaços de lazer e cultura descentralizados.
		residência.
Categoria	Critério	Indicador
Participação	Protagonismo das mulheres nas tomadas de decisão sobre o território	Presença de mulheres em conselhos locais e audiências de planejamento.
		Existência de canais de escuta ativa.
		Fortalecimento de redes de apoio e coletivos femininos nas RAs.
Categoria	Critério	Indicador
Autonomia econômica e social	Promoção da emancipação financeira como fator de segurança territorial.	Oferta de cursos profissionalizantes.
		Presença de centros de apoios para mães atípicas e vítimas de violência doméstica.
		Apoio psicológico e civil.
Categoria	Critério	Indicador
Dimensão Simbólica e Cultural	Transformação da mentalidade patriarcal que molda o comportamento social.	Campanhas educativas no espaço público.
		Discussão sobre violência de gênero nas escolas.
		Inclusão de disciplinas que discutam gênero em cursos de Nível Superior.
		Projetos de orientação e autocuidado voltados para a comunidade.

Fonte: Elaborada pela autora, 2026.

Portanto, a *práxis* que se buscou alcançar nesta pesquisa se ancora em pilares que partem da vivência de cada mulher, na forma como usam o território e como ativam o espaço público (Costa, 2018). Assim, a *práxis* de *Planejamento Urbano Possível* proposta por este trabalho consiste em considerar ações que contemplem as dimensões: simbólica e cultural; segurança e infraestrutura; mobilidade urbana; conectividade e acessibilidade; proximidade a equipamentos públicos; participação e protagonismo feminino; autonomia econômica e social.

Logo, a cidade feminista é, como defende Kern (2021), um experimento contínuo. Ao final desta análise, fica evidente que o *planejamento urbano possível* é uma ferramenta eficaz, capaz de dar voz às mulheres do Distrito Federal e servir de alicerce para uma nova *práxis* urbana. Ao utilizar essa estratégia teórico-metodológica, foi possível verificar estruturas de medo e uma organização do espaço público que facilitam as violências contra as mulheres, ao mesmo tempo em que se identificaram mudanças capazes de minimizar as violações a que elas são cotidianamente expostas. É importante ressaltar que, neste estudo, as percepções, problemáticas e soluções partiram delas. Hoje, elas reivindicam visibilidade e protagonismo, sendo este o caminho para pensar em uma equidade socioterritorial e em uma cidade mais justa e segura para as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo de contribuir com as reflexões sobre o espaço urbano frente às relações de gênero no Brasil, a presente pesquisa buscou responder de que maneira as desigualdades socioterritoriais e de gênero, associadas aos usos contraditórios do território, afetam as experiências do corpo feminino, de modo a contribuir para a ocorrência de violências de gênero no espaço público das Regiões Administrativas do Distrito Federal. Para este fim, os capítulos foram organizados em uma lógica que partiu das categorias elegidas como principais, para alcançar o que foi proposto. Essas categorias são: território usado, desigualdades socioterritoriais, desigualdades de gênero, interseccionalidade, espaço público, corpo, violência de gênero e *planejamento urbano possível*.

Nessa perspectiva, o primeiro capítulo foi uma revisão bibliográfica, em que os conceitos foram trabalhados de forma a revisitar e apresentar em qual aspecto cada um seria utilizado para as reflexões necessárias para esta pesquisa. Ao apresentar a teoria que abarcaria os estudos, foi possível constituir uma base teórica sólida para o que se pretendia verificar por meio dos dados primários, secundários e principalmente para as análises por meio do trabalho empírico.

Desta maneira, neste capítulo conectou-se argumentos para analisar o fato-realidade que seria observado – as violências de gênero no espaço público das RAs do Distrito Federal – como resultado das desigualdades socioterritoriais e de gênero conjuntamente aos usos contraditórios do território. Assim, a discussão feita, auxiliou nas reflexões sobre como essas desigualdades são refletidas nas experiências das mulheres no espaço público e como o planejamento urbano pode abarcar, incluir e minimizar essas violências por meio de uma proposta de planejamento mais humanizado.

No segundo capítulo, apresentou-se uma caracterização do Distrito Federal com base em recursos teóricos e documentais que proporcionaram o entendimento sobre como a implementação de Brasília e os usos do território no Distrito Federal se organizaram de forma contraditória, dinâmica e complexa. Mesmo com um planejamento modernista e desenvolvimentista, a configuração desse território não considerou o cotidiano social e suas necessidades, ordenando assim, um território desigual e conseqüentemente violento, principalmente para as mulheres. Para corroborar com esse apontamento, foi feito o levantamento de dados secundários que comprovassem essa discussão, e auxiliassem na localização desses contextos.

Por meio desses dados, foi possível não apenas identificar, mas localizar essas desigualdades, interseccionando com as questões de gênero, raça e classe, espacializando por meio de ferramentas cartográficas. A partir das constatações, surgiu a necessidade de um trabalho empírico que pudesse comprovar e/ou complementar o que já havia sido observado até então. Desse modo, por meio das entrevistas e observações, evidenciou-se que os usos contraditórios do territórios e as desigualdades socioterritoriais são catalisadores das violências de gênero que ocorrem no Distrito Federal, onde as

idades que perpassam pelas maiores problemáticas com infraestrutura, oferta de serviços públicos e oportunidades, são as mesmas onde se constata os maiores índices de violências e violações dos direitos das mulheres, principalmente de acesso ao espaço público.

No terceiro capítulo, buscou-se cumprir com o objetivo de identificar e categorizar estruturas, monumentos ou lugares específicos dos espaços públicos que poderiam ser considerados como facilitadores de violências contra a mulher. Nesse sentido, a expectativa era entender como esses ambientes poderiam culminar na configuração da cidade como um território de medo. Assim, os questionários e entrevistas, conseguiram proporcionar informações que validaram essa premissa, que não somente identificou e categorizou quais são esses espaços e estruturas, mas validou a constatação de que o medo também é um tipo de violência que aflige as mulheres em seu cotidiano e experiências no espaço público. Esse sentimento se apresentou não como algo abstrato, mas como uma barreira aos seus direitos e acesso ao espaço público das cidades do DF.

Nesse capítulo foi possível conhecer um pouco mais sobre as vivências e percepções das mulheres e confirmar a relação desses contextos aos usos do território e as desigualdades constantemente discutidas nesta pesquisa. Destarte, observou-se que todos os espaços e estruturas – paradas de ônibus, viadutos, passarelas ou pontes, transportes públicos, rodoviárias ou estações de metrô, as ruas e calçadas – se apresentaram em algum grau, como inseguro para as mulheres, mas as paradas de ônibus e as passarelas ocupam o topo dessa insegurança. A cidade se mostra, desse modo, um espaço planejado não para garantir direitos, mas para o medo.

Ao apontar essas constatações, o quarto capítulo busca, a partir das participantes desta pesquisa, indicar as lacunas e desafios existentes no atual planejamento urbano do Distrito Federal. Demonstrando a partir dos fatos destacados como esse ordenamento e organização do espaço urbano tem afetado diretamente suas vidas e implicado nas violências de gênero que constantemente as mulheres são acometidas ao ocuparem o espaço público. Assim, apoiando-se na proposto teórico-metodológica do *planejamento urbano possível* foi possível identificar uma prática que pode ser adotada ao repensar sobre o planejamento urbano com propostas estratégicas para mitigar as violências, pensando em prol de uma cidade feminista.

Partindo do subjetivo, da participação ativa e da fala das mulheres, o intuito não foi apenas abordar questões teóricas e metodológicas, mas também, por meio do que foi observado e coletado em trabalho empírico, instigar discussões e caminhos para a construção de uma *práxis* política de redução da violência contra as mulheres, considerando a gestão do território na ótica da interpretação de seus usos através de um planejamento urbano que coloque como centro do ordenamento, o sujeito e a subjetividade. Desse modo, foi possível sistematizar categorias, critérios e indicadores que podem contribuir para essa *práxis* do *planejamento urbano possível*, sendo elas pautadas em ações que contemplem as dimensões: simbólica e cultural; segurança e infraestrutura; mobilidade urbana;

conectividade e acessibilidade; proximidade a equipamentos públicos; participação e protagonismo feminino; autonomia econômica e social.

Os resultados obtidos por meio de pesquisa qualitativa e quantitativa (pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com questionários e entrevistas semiestruturadas) confirmaram a hipótese de que as desigualdades atuam como catalisadoras de múltiplas violências contra as mulheres no espaço público das cidades. É importante ressaltar que essas violências perpassam questões simbólicas e materiais, de modo que as violações não acontecem apenas com as agressões físicas, mas envolvem, também, questões no campo do psíquico, com o medo constante que invisibiliza, exclui, impõe barreiras e limitações (físicas e invisíveis) ao cotidiano do corpo feminino.

As desigualdades que se reforçam mutuamente, considerando a estrutura histórica e patriarcal de nossa sociedade e o racionalismo presente no planejamento urbano, refletem uma lógica conservadora-capitalista produtora de diferenças. Desse modo, o corpo da mulher torna-se um alvo vulnerável, pois as dinâmicas de poder atuantes no planejamento urbano atual do DF, nos usos do território e do espaço público, aumentam a incidência da violência de gênero.

Desse modo, a hipótese de que os usos desiguais do território, juntamente com desigualdades socioterritoriais, de gênero e raciais, funcionam como fatores que induzem essa violência é real. No decorrer da pesquisa, comprovou-se que esse planejamento não é neutro: foi pensado e desenhado para um público específico, impactando de forma distinta classes, gênero e raça. Ou seja, o planejamento do DF passa a ser um dispositivo de controle que ignora a escala do corpo. Esse contexto é atestado no Distrito Federal ao constatar que maior parte da população – as mulheres – é mal considerada nele, sendo isso comprovado com os quase 90% de mulheres nas cidades que evidenciaram estar fora da tomada de decisões.

Mediante o exposto, e por meio da pesquisa e dados levantados, foi possível verificar que os usos do território – que são distintos nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, no que se entende pelo ordenamento normativo e também pelo usos feitos pela população – culminam na localização das desigualdades socioterritoriais e de gênero, convergindo para a maior ou menor incidência de violências nos espaços públicos nas cidades.

Essa convergência demonstrou que as RAs que sofrem com a maior falta de estrutura e serviços, são as mesmas que possuem a maior população autodeclarada negra; da mesma forma, essas RAs são as que também apresentam uma realidade alarmante de violência contra as mulheres no espaço público. Isso comprova que a ausência do aparelho estatal e do planejamento urbano que parta do sujeito e de suas necessidades, corrobora com que as violações dos direitos humanos sejam constantes.

Da mesma forma, constatou-se que a organização, a localização e as estruturas de ambientes do espaço público, como ruas, passarelas, pontos de ônibus e pontes, são consideradas atualmente no

Distrito Federal como locais que as mulheres evidenciaram como de maior vulnerabilidade, configurando as cidades como territórios de medo. É importante destacar, ainda, que além dessas estruturas, há elementos que são identificados pelas moradoras como facilitadores dessa vulnerabilidade: a localização das estruturas, a falta de iluminação, a falta de policiamento e equipamentos de vigilância. Ressalta-se que, nas RAs em que os índices de desigualdades são maiores, esse medo é intensificado.

Em suma, a demanda feminina não é apenas por segurança, mas por um sistema que envolva estrutura, localização (distâncias) e um redesenho do espaço urbano que possa colaborar com uma mobilidade eficiente, em que a mulher consiga acessar serviços necessários para sua rotina. Destarte, ouvir as mulheres não foi apenas uma etapa de coleta de dados, mas um ato de insurgência metodológica. O *planejamento urbano possível* (Costa, 2021) retira o saber da exclusividade tecnicista e o devolve ao “sujeito situado”. É a transição para um planejamento com e para as pessoas. No decorrer dessa pesquisa, buscou-se compreender os relatos e buscar transformá-los em uma possibilidade para rever as técnicas utilizadas no planejamento e incorporar as vozes femininas.

Assim, para se alcançar uma “cidade feminista” (Kern, 2021), é preciso pensar que hoje, no Distrito Federal as maiores necessidades giram em torno da redução dos deslocamentos compulsórios pela falta de estrutura e serviço em suas próprias cidades. Outro ponto indicado é que, nas RAs e próximos às residências, as mulheres tenham acesso a espaços de convivência e cultura, assim como tenham espaços baldios, becos, transformados em áreas de maiores fluxos. Essa mudança só pode ser considerada se a base dessa estrutura social seja alterada. Da mesma forma, precisa haver a inclusão institucional das mulheres em conselhos de planejamento para dar voz às suas comunidades.

Portanto, a partir do que foi discutido e compreendido pelo território usado (Santos, 1998), conclui-se que a violência de gênero não é meramente uma percepção individual, mas um resultado direto da forma como o capital e o patriarcado definem os limites do espaço citadino. Dessa forma, o *planejamento urbano possível* (Costa, 2021) e a “cidade feminista” (Kern, 2021) não são uma utopia distante, mas uma via para a equidade socioterritorial garantindo que o corpo feminino deixe de ser alvo para se tornar, enfim, um sujeito pleno de direito na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Akotirene, C. (2019). *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Alves, M. (2019, agosto 02). Mulheres e Cidades: (In) Justiça Territoriais e vivências interseccionais no espaço sócio-urbano. In *II Fórum Nacional BRCIDADES*. São Paulo.
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro & Pólen.
- Anunciação, L. (2016, novembro 20). Escalas Likert SPSS Excel e R. [Vídeo]. *Psicometria Brasil*. <https://www.youtube.com/watch?v=ltPVcOgyh8Y>.
- Araújo, M. (2011). Território usado e planejamento governamental: da dinâmica dos lugares ao projeto nacional. In *XVI Encontro Nacional da Anpur* (pp. 1-16). Rio de Janeiro.
- Barbosa, J. (2007). O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In J. Binsztok (Coord.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial* (pp. 125-144). Rio de Janeiro: Lamparina, 3. ed.
- Barbosa Ferreira, I. (2010). Brasília: mitos e contradições na história de Brasília. In A. Paviani (Org.). *Brasília 50 anos: da capital a metrópole* (pp. 23-54). Brasília: Editora UnB.
- Boletim Epidemiológico. (2023). *Violência contra a Mulher no Distrito Federal*. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Calió, S. (1991). *Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à geografia urbana*. (Tese de doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Calió, S. (1997). Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. OGALyC: *Observatorio Geográfico de America Latina y el Caribe*, 01-09. <https://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/assets/pdf/060211021.pdf>
- Campos, M. & Silva, J. (2020). Teu corpo é o espaço mais teu possível: Construindo a análise do corpo como espaço geográfico. *Revista Anpege online*. 16(31), 101-114.
- Carlos, A. (2013). *A cidade*. São Paulo: Contexto (Repensando a Geografia).
- Cavalcanti, C. & Dumaresq, M. (2025). *Urbanismo sensível ao gênero: como oferecer cidades seguras para as mulheres*. Brasília: Núcleos de Estudos e Pesquisas/CONLEG/SENADO.
- Collins, P. (2017). On violence, intersectionality and transversal politics. *Journal of Ethnic and Racial Studies*, 40(9), 1460-1473.
- Connell, R. & Pearse, R. (2015). *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: In Verso.
- Côrrea, R. & Rosendahl, Z. (2011). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Cosgrove, D. (1983). Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In R. Côrrea & Z. Rosendahl (Org.). *Introdução à geografia cultural* (pp. 103-134). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Costa, E. (2016). Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder. In: *XIV Coloquio Internacional de Geocrítica: Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*. Barcelona. https://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf.
- Costa, E. (2017). Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 26(2), 53-75. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225>.
- Costa, E. (2018). Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. *Investigaciones Geográficas*, (96), 1-26. <https://doi.org/10.14350/rig.59593>.
- Costa, E. (2021). Planificación urbana posible, imaginario, existencia y cultura. *Tempo social, revista de sociologia da USP*, 33(1), 91-120.
- Costa, E. (2024). Patrimônio-territorial e território de exceção: conceitos decoloniais desde a América Latina [Entrevista]. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 16(4), 971-993. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v16i4p993>.
- Costa, E. & Moncada, J. (2021). Decolonialidad originaria latinoamericana y condicionamiento barroco del territorio novohispano: conventos, presidios y pueblos de indios. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 30(1), 3–24. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v30n1.80924>.
- Costa, E. & Scarlato, F. (2019). Geografía, método y singularidades revisada en lo empírico. *Geosp: Espaço e Tempo (online)*, 23(3), 640-66. www.revistas.usp.br/geosp/article/view/161552.
- Costa, E. & Steinke, V. (2014). Brasília meta-síntese do poder no controle e Articulação do território nacional. *Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, 493(44), 1-27. <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15033>.
- Costa, E. & Suzuki, J. (2012). *Materialismo histórico e existencial: discurso geográfico e utopias*. Rev. Espaço & Geografia, 15 (1). <https://repositorio.unb.br/handle/10482/11787>.
- Costa, E., Maluly, V. & Rúbio, R. (2024). Desigualdad socioespacial urbano-rural, sujeto y minería en América Latina. *Ateliê Geográfico*, 18(2), 187-222. <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/77358/41330>.
- Curiel, O. (2020). Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In H. Hollanda (Org.). *Pensamentos feminista hoje: perspectivas decoloniais* (84-95). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Fernandes, B. (2005). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *OSAL: Observatorio Social de América Latina*, 16, 273-283. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>.
- Fontanella, B., Ricas, J. & Turato, E. (2008). *Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas*. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública.
- Gomes, P. (2018). Conceitos Fundamentais da Geografia: Espaço público, espaços públicos. *GEOgraphia (eletrônico)*, 20(44), 115-119.
- Gouvêa, L. (1999). Uma política habitacional de interesse social para o Distrito Federal. In A. Paviani (Org.), *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: Editora UnB.

- Grácio, M. & Garrutti, E. (2005). Estatística aplicada à educação: uma análise de conteúdos programáticos de planos de ensino de livros didáticos. *Revista de Matemática e Estatística*, 23(3), 107-126.
- Haesbaert, R. (2020). Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphiam* 22(48), 75-90. <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/43100/24532/144946>.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Cidades*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/pesquisa/10102/122229>
- INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos. (2022). *Mapa das desigualdades*. <https://inesc.org.br/mapa-das-desigualdades-do-df-2022/>
- Jiménez Rodríguez, E. & Ibarra García, M. (2023). De lo femenino a lo feminista, representación del cuerpo- territorio a partir de los hilos en el aula de Geografía Política. *Investigaciones Geográficas*, (65), 32-43. <https://doi.org/10.5354/0719-5370.2023.70199>.
- Kern, L. (2021). *Cidade Feminista: A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel.
- Lei Maria da Penha: LEI Nº 11.340*. (2006). Brasília – DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.
- Lemos, A., Costa, E. & Sizzo, I. (2022). Pobreza urbana y patrimonio-territorial em metrópolis latino-americanas. *Revista Geográfica Venezolana*, 63(1), 136-156. <http://www.saber.ula.ve/bitstream/handle/123456789/48062/art.8.pdf?sequence=21&isAlloved=y>.
- Likert, R. (1932). A Technique for the Measurement of Attitudes. *Archives of Psychology*, (140), 1-55.
- Louro, G. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Louro, G. (2004). Mulheres na sala de aula. In M. Del Priore (Org.). *História das mulheres no Brasil* (pp. 371-404). São Paulo: Contexto.
- Lupchinski, I. (2021). Escala Likert no R [Vídeo]. *Estatística na prática*. <https://www.youtube.com/watch?v=7mqyntBA19U&t=2s>.
- Marconi, M. & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Martins, L. & Lavoura, T. (2018). Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. *Educar em revista*, 34(71), 223-239.
- Minayo, M. (1997). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Medeiros, A. & Campos, N. (2010). Cidade projetada, construída, tombada e vivenciada: pensando o planejamento urbano em Brasília. In A. Paviani (Cord.). *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB.
- Monk, J. & Hanson, S. (2016). Não excluam metade da humanidade da geografia Humana. In J. Silva, M. Ornat & A. Junior (Org.). *Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças* (pp. 31-54). Ponta Grossa: Toda palavra.

- Moore, H. (1997). Understanding sex and gender. In T. Ingold (Ed.). *Companion Encyclopedia of Anthropology*. Londres: Routledge.
- Moraes, A. (1994). A dimensão territorial nas formações sociais latinoamericanas. *Revista do Departamento de Geografia*, 7, 81-86. <https://doi.org/10.7154/RDG.1994.0007.0006>.
- Oyêwùmí, O. (2020). Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In H. Hollanda (Org.). *Pensamentos feminista hoje: perspectivas decoloniais* (84-95). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Peccini, I. (2020). Pensamento feminista no planejamento urbano: Pensar o território pela perspectiva de gênero – prática e epistemologia. *PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, 3(10), 57-73.
- PDAD - Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílio. (2022). *Relatório CODEPLAN*. Secretaria da Economia.
- Pedro, J. (2005). Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*, 24(1), 77-98.
- Pinto, C. (2010). Feminismo, História e Poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15-23. . <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?lang=pt&format=pdf>.
- Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (2009). *Documento Técnico*. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Governo do Distrito Federal.
- Ribeiro, F. (2015). Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In A. Carlos (Org.). *Crise urbana* (pp. 171-186). São Paulo: Contexto.
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras.
- Rodrigues, W. (2007). *Metodologia Científica*. Paracambi: FAETEC/IST.
- Sauer, C. (1931). Geografia Cultural. In R. Corrêa & Z. Losendahl (Org.). *Introdução à geografia cultural* (pp. 19-26). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Saffioti, H. (2015). *Gênero patriarcado violência*. São Paulo: Expressão Popular.
- Santos, M. (1998). O retorno do território. In M. Santos, M. Souza, M. Silveira (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. & Silveira, M. (2006). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record.
- Santos, M. (2007). O dinheiro e o território. In J. Binsztok (Coord.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial* (pp. 13-21). Rio de Janeiro: Lamparina, 3. ed.
- Santos, M. (2007a). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Saraiva, Á. (2017) Gênero e planejamento urbano: trajetória recente da literatura sobre essa temática. In XVII Enanpur. *Sessão temática 10: Perspectivas para o planejamento urbano e regional* (pp. 1-19). São Paulo.

- Scarlato, F. (2019). População e urbanização brasileira. In: J. Ross (Org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Scarlato, F. & Costa, E. (2017). A natureza do urbano. *Confins*, 30. <http://journals.openedition.org/confins/11676>.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade* 20(2), 71-99.
- Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. (2023-2024). Crimes de violência. Documento técnico.
- Serpa, A. (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.
- Silveira, D. (1999). Gestão territorial do Distrito Federal: trajetórias e tendências. In Paviani, A. (Org.). *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania* (Coleção Brasília). Brasília: Editora UnB.
- Silva, J. (2009). *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Ponta Grossa, PR: TodaPalavra.
- Silva, J. (2010). Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. *Espaço e cultura*, 27, 39-55.
- Silva, J., Ornat, M. & Junior, A. (2016). Sobre as desobediências epistemológicas e o testamento intelectual de Milton Santos. In J. Silva, M. Ornat & A. Junior (Org.). *Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças* (pp. 13-31). Ponta Grossa: Toda palavra.
- Silva, J. & Ornat, M. (2016). *Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica*. In C. Pires, A. Heidrich & B. Costa (Orgs.). *Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território* (pp. 56-75). Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura.
- Siqueira, C. (2015). As três ondas do movimento feminista e suas repercussões no direito brasileiro. In *XXIV Congresso Nacional do CONPEDI* (pp. 328-354). <https://site.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/w8299187/ARu8H4M8AmpZnw1Z.pdf>.
- Sousa Junior, J. (2010). Prefácio – Brasília aos 50 anos. In A. Paviani (Org.). *Brasília 50 anos: da capital a metrópole* (pp. 9-12). Brasília: Editora UnB.
- Sousa, L. (2025). Espaço público e “planejamento urbano possível” na América Latina. Questões teórico-metodológicas. In E. Costa, V. Maluly, L. Lima & P. Queiroz (Org.). *América Latina: urbanização, território e sociedade* (pp. 137-164). Rio de Janeiro: Consequência Editora.
- Souza, M. (1998). Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In M. Santos, M. Souza & M. Laura (Org.). *Território, globalização e fragmentação* (pp. 21-28). São Paulo: Hucitec.
- Souza, M. (2005). Apresentação Milton Santos, um revolucionário. In M. Santos (Autor). *O retorno do território* (pp. 251-254). Buenos Aires: CLACSO.
- Souza, M. (2009). Política e Território a Geografia das Desigualdades. Texto elaborado para o Forum Brasil em Questão: a diversidade regional brasileira. Brasília: Editora UnB.
- Souza, M. (2019). Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: refletindo sobre o espaço banal. Um ensaio geográfico. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 2(4), 1-17. <https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.26485>

- Souza, A. (2019). *Mulher, uma força que caminha – estudo de caso em Brasília e Lisboa*. (Tese de Doutorado em Transportes). Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília, Brasília.
- Souza, M. (2013). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Souza, W. (2022). “Meu corpo é meu território”: por uma abordagem do corpo como território. *Revista entre e lugar* 13(25), 15-40.
- Sposito, E. (2004). *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Editora UNESP.
- Theodoro, M. (2022). *A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Villaça, F. (1999). Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In C. Deák & S. Schiffer (Orgs.). *O Processo de Urbanização no Brasil* (pp. 171-242). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

ANEXOS

ANEXO 1

QUESTÕES PARA O LEVANTAMENTO DE DADOS VIA GOOGLE FORMS

Identificação

(A identificação ou nome fornecido neste formulário servirá exclusivamente para evitar respostas múltiplas e facilitar no momento das análises de dados e informações. Gostaríamos de tranquilizá-la de que seu nome não será divulgado ou utilizado de nenhuma outra forma).

Nome: _____

1. Qual a sua faixa etária (idade)?

- ☐ Menos de 18 anos
- ☐ 18 a 24 anos
- ☐ 25 a 34 anos
- ☐ 35 a 44 anos
- ☐ 45 a 54 anos
- ☐ 55 a 64 anos
- ☐ 65 anos ou mais

2. Com qual cor ou raça você se identifica?

- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Branca
- ☐ Indígena
- ☐ Amarela

3. Qual é a sua identidade de gênero?

- ☐ Mulher cisgênero (identifica-se como mulher e seu gênero corresponde ao sexo que lhe foi atribuído ao nascer)
- ☐ Mulher transgênero (identifica-se como mulher, mas seu gênero difere do sexo atribuído ao nascer)
- ☐ Não binária (não se identifica estritamente como mulher ou homem)
- ☐ Outra identidade (especificar): _____

4. Qual o seu nível de escolaridade?

- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo

- ☐ Ensino médio incompleto
☐ Ensino médio completo
☐ Ensino superior incompleto
☐ Ensino superior completo ou mais

5. Qual é sua profissão?

6. Qual o seu estado civil?

- ☐ Solteira
☐ Casada
☐ Em união estável
☐ Separada ou divorciada
☐ Viúva

7. Tem filhos? Se sim, quantos?

8. Quantas pessoas residem em sua casa?

- ☐ Moro sozinho
☐ Somos duas pessoas
☐ Entre três a quatro pessoas
☐ Entre cinco a seis pessoas
☐ Mais de seis pessoas

9. Qual é aproximadamente sua renda mensal e/ou familiar?

- a) Até 1 salário mínimo (atualmente, R\$ 1.320,00)
b) Entre 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1.320,00 a R\$ 2.640,00)
c) Entre 2 a 3 salários mínimos (R\$ 2.640,00 a R\$ 3.960,00)
d) Entre 3 a 5 salários mínimos (R\$ 3.960,00 a R\$ 6.600,00)
e) Mais de 5 salários mínimos (acima de R\$ 6.600,00)

10. Você reside (mora) atualmente em qual Região Administrativa do Distrito Federal?

- ☐ BRASÍLIA
☐ GAMA
☐ TAGUATINGA
☐ BRAZLÂNDIA
☐ SOBRADINHO
☐ PLANALTINA
☐ PARANOÁ
☐ NÚCLEO BANDEIRANTE

- ☐ CEILÂNDIA
- ☐ GUARÁ
- ☐ CRUZEIRO
- ☐ SAMAMBAIA
- ☐ SANTA MARIA
- ☐ SÃO SEBASTIÃO
- ☐ RECANTO DAS EMAS
- ☐ LAGO SUL
- ☐ RIACHO FUNDO I
- ☐ LAGO NORTE
- ☐ CANDANGOLÂNDIA
- ☐ ÁGUAS CLARAS
- ☐ RIACHO FUNDO II
- ☐ SUDOESTE/OCTOGONAL
- ☐ VARJÃO
- ☐ PARK WAY
- ☐ SCIA - SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO
- ☐ SOBRADINHO II
- ☐ JARDIM BOTÂNICO
- ☐ ITAPOÃ
- ☐ SIA - SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO
- ☐ VICENTE PIRES
- ☐ FERCAL
- ☐ SOL NASCENTE/PÔR DO SOL
- ☐ ARNIQUEIRAS
- ☐ ARAPOANGA
- ☐ ÁGUA QUENTE

11. Como você avalia as condições do bairro que você reside (mora)?

- ☐ Muito bom, com boas condições de saneamento, limpeza e segurança
- ☐ Bom, com condições aceitáveis, embora possam melhorar em alguns aspectos
- ☐ Regular, com algumas dificuldades em saneamento, segurança ou infraestrutura
- ☐ Ruim, com muitas necessidades de melhorias em saneamento, segurança e infraestrutura

12. Você trabalha/estuda na mesma cidade/Região Administrativa em que mora?

- ☐ Sim ☐ Não

13. Se SIM, responda: você se sente segura na cidade em que mora?

- (___) Sim, sempre.
 (___) Sim, dependendo do horário e/ou local.
 (___) Neutra/Indiferente
 (___) Raramente me sinto segura.
 (___) Não me sinto segura.

14. Entre quais horários você realiza os trajetos entre sua casa e o trabalho/universidade/faculdade/outras localidades de sua rotina? (Marque todos os períodos que se aplicam)

- (___) Manhã - antes das 6h
 (___) Manhã - entre 6h e 9h
 (___) Meio-dia – entre 9h e 12h
 (___) Tarde – entre 12h e 15h
 (___) Final da tarde - entre 15h e 18h
 (___) Noite - entre 18h e 21h
 (___) Noite – entre 21h e 23h
 (___) Após às 23h

15. Como você avalia a sua sensação de segurança ao realizar seus deslocamentos na cidade que você reside durante os seguintes períodos? (Responda usando a escala de 1 a 5, onde 1 significa "Muito insegura" e 5 significa "Muito segura". Para cada horário, marque a opção que melhor reflete sua percepção):

- Manhã - antes das 6h - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5
 Manhã - entre 6h e 9h - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5
 Meio-dia – entre 9h e 12h - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5
 Tarde – entre 12h e 15h - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5
 Final da tarde - entre 15h e 18h - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5
 Noite - entre 18h e 21h - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5
 Noite – entre 21h e 23h - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5
 Após às 23h - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5

16. Você se sente segura nesse trajeto de casa ao trabalho/locais de estudo?

- (Responda usando a escala de 1 a 5, onde 1 significa "Muito insegura" e 5 significa "Muito segura")
 (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5

13. Se NÃO, para qual cidade/Região Administrativa você precisa se locomover para essa finalidade?

13 – a) Quantas vezes por semana você precisa fazer esse trajeto da sua cidade para outra?

14. Entre quais horários você realiza os trajetos entre cidades/RAs? (Marque todos os períodos que se aplicam)

- ☐ Manhã - antes das 6h
☐ Manhã - entre 6h e 9h
☐ Meio-dia – entre 9h e 12h
☐ Tarde – entre 12h e 15h
☐ Final da tarde - entre 15h e 18h
☐ Noite - entre 18h e 21h
☐ Noite – entre 21h e 23h
☐ Após às 23h

15. Como você avalia a sua sensação de segurança ao realizar esse trajeto entre as cidades durante os seguintes períodos? (Responda usando a escala de 1 a 5, onde 1 significa "Muito insegura" e 5 significa "Muito segura". Para cada horário, marque a opção que melhor reflete sua percepção):

- Manhã - antes das 6h - ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5
Manhã - entre 6h e 9h - ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5
Meio-dia – entre 9h e 12h - ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5
Tarde – entre 12h e 15h - ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5
Final da tarde - entre 15h e 18h - ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5
Noite - entre 18h e 21h - ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5
Noite – entre 21h e 23h - ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5
Após às 23h - ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5

16. Você se sente segura nesse trajeto entre as cidades/RAs?

(Responda usando a escala de 1 a 5, onde 1 significa "Muito insegura" e 5 significa "Muito segura")

- ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5

17. Em quais lugares ou ambientes da cidade você se sente mais insegura ou com medo? (Pode marcar mais de uma opção)

- ☐ Nas ruas ou calçadas
☐ Nos parques ou praças públicas
☐ Nos transportes públicos (ônibus ou metrô)
☐ Em rodoviárias ou em estações de metrô
☐ Paradas de ônibus

- (___) Em áreas comerciais
 (___) Em estacionamentos públicos
 (___) Viadutos, passarelas ou pontes de acesso às vias principais
 (___) Outros locais, qual? _____

18. Em quais desses espaços você acredita ser mais fácil uma mulher ser vítima de algum tipo de violência (importunação sexual, assédio sexual, estupro) – (Caso ache necessário, pode marcar mais de uma opção)

- (___) Nas ruas ou calçadas
 (___) Nos parques ou praças públicas
 (___) Nos transportes públicos (ônibus ou metrô)
 (___) Em rodoviárias ou em estações de metrô
 (___) Paradas de ônibus
 (___) Em áreas comerciais
 (___) Em estacionamentos públicos
 (___) Viadutos, passarelas ou pontes de acesso às vias principais
 (___) Outros locais, qual? _____

19. Como você avalia a sua sensação de insegurança ou medo nos locais públicos abaixo?

(Responda usando a escala de 1 a 5, onde 1 significa "Muito insegura/medo" e 5 significa "Muito segura"):

- Nas ruas ou calçadas - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5
 Nos parques ou praças públicas - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5
 Nos transportes públicos (ônibus ou metrô) - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5
 Em rodoviárias ou em estações de metrô - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5
 Paradas de ônibus - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5
 Em áreas comerciais - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5
 Em estacionamentos públicos - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5
 Viadutos, passarelas ou pontes de acesso às vias principais - (___) 1 (___) 2 (___) 3 (___) 4 (___) 5

20. Você já vivenciou alguma violência ou abuso?

- (___) Sim
 (___) Não

21. Se sua resposta foi “SIM” na pergunta anterior, qual o tipo de violência que você vivenciou? (Pode marcar mais de uma opção)

- (___) Violência física

- ☐ Violência psicológica ou emocional
- ☐ Violência sexual
- ☐ Violência patrimonial ou financeira
- ☐ Outros, (especifique): _____

22. Nessa situação de violência, seu agressor foi:

- ☐ Parceiro ou ex-parceiro
- ☐ Membro da família
- ☐ Conhecido ou amigo
- ☐ Desconhecido
- ☐ Outro (especifique): _____

23. No seu dia a dia, nos espaços públicos da(s) cidade(s) que você frequenta, já sofreu algum tipo de violência?

- ☐ Sim
- ☐ Não

23. a) Se sua resposta foi “SIM” na pergunta anterior, qual tipo de violência você sofreu?

- ☐ Importunação sexual
- ☐ Assédio sexual
- ☐ Estupro
- ☐ Outros (especifique): _____

24. Na situação citada anteriormente, o agressor foi:

- ☐ Parceiro ou ex-parceiro
- ☐ Membro da família
- ☐ Conhecido ou amigo
- ☐ Desconhecido
- ☐ Outro (especifique): _____

25. Você conhece algum serviço de apoio às mulheres vítimas de violência na sua cidade?

- ☐ Sim
- ☐ Não

26. Você já pediu ajuda ou buscou apoio por causa de alguma violência?

- ☐ Sim
- ☐ Não

27. Você já foi vítima de racismo em algum espaço público da cidade que você mora ou da cidade que você frequenta para realizar suas atividades cotidianas?

- ☐ Sim

(___) Não

28. Em sua opinião, a organização das estruturas nas cidades hoje (localização de hospitais, postos de saúde, paradas de ônibus, escolas, universidades, comércios, empresas, indústrias, parques, academias) são espaços pensados para facilitar o dia a dia da mulher? Justifique:

29. Em sua opinião, o que faria a cidade ser um espaço mais seguro para as mulheres?

30. O que na organização da cidade que você mora, ou que você frequenta para as atividades cotidianas, poderia ser mudado para facilitar seu dia a dia?

31. Por ser mulher, você acredita que isso te faça ser mais vulnerável a sofrer algum tipo de violência? Por quê?

Observações:

- Algumas perguntas destacadas em **amarelo** são perguntas de Sim ou Não, que a depender da resposta, será no formulário direcionado para outras perguntas. Por isso, alguns números estão se repetindo.

ANEXO 2

QUESTÕES UTILIZADAS NAS ENTREVISTAS EM CAMPO NAS RAs DO DISTRITO FEDERAL

Parte 1: ENTREVISTA COM FOCO AO PÚBLICO GERAL – HOMENS E MULHERES

(___) Tive o acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concordo em participar dessa pesquisa.

(___) Tive o acesso e NÃO concordo em participar dessa pesquisa.

IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A) (Pode ser nome, ou podemos identificar com a seguinte sugestão: Homem ou Mulher e um número e nome da RA):

1. Qual sua idade? Com qual cor/raça você se autoidentifica?

2. Há quanto tempo você reside nesta Região Administrativa? E em qual bairro/setor?

3. Você consegue realizar todas as suas atividades, sua rotina, acesso a serviços aqui ou precisa se deslocar pra outra RA?

4. Qual ou Quais são as RAs que você mais frequenta e por quê?

5. Quais locais aqui da sua RA você mais frequenta no seu dia a dia?

(___) área residencial (___) comercial (___) industrial (___) agrícola (___) Instituições religiosas
(___) Parques/ Praças/ Centros culturais (___) Instituições educacionais (___) Instituições de saúde
(___)

Outros: _____

6. E o que você costuma fazer nesses lugares indicados?

7. Como está a infraestrutura de onde você mora? (Ex.: iluminação, praças, ruas, calçadas)?

(___) Excelente (Não vejo necessidade de melhorias)

- (☐) Boa (Possui pequenos problemas, mas atende bem)
 (☐) Regular (Funciona, mas precisa de manutenção urgente)
 (☐) Ruim (Prejudica o meu dia a dia)
 (☐) Péssima (Inexistente ou totalmente inacessível)

O que está mais crítico hoje?

8. Vou falar alguns serviços públicos e gostaria que você desse uma nota de 1 a 5 para a presença e a qualidade deles aqui na RA, sendo 1 para ruim e 5 para excelente.

Saúde (Hospitais, postos, UPA) ()

Educação (Escolas, creches) ()

Segurança (Policimento) ()

Saneamento (Lixo, esgoto, água) ()

Transporte (Ônibus, paradas, passarelas, metrô) ()

Lazer e cultura (Praças, centros culturais, teatro, cinema) ()

Do(s) serviço(s) com a(s) pior(es) nota(s), cite qual é a maior problemática?

9. De que maneira essa infraestrutura tem influenciado no seu dia a dia e no seu direito de circular pela cidade?

10. Você sente que os serviços e a estrutura da sua RA são diferentes dos oferecidos no Plano Piloto ou outras RAs mais centrais? () SIM () NÃO. Como você percebe essa diferença no seu cotidiano?

11. Existem locais ou trajetos específicos aqui na sua RA que você evita? () SIM () NÃO. O que neles te causa insegurança?

12. Você já presenciou ou vivenciou situações de insegurança ou violência em espaços públicos da sua RA ou no transporte coletivo? () SIM () NÃO

Se sim, que tipo de violência? () Assédio () Importunação sexual () Roubo () Furto
 () Injúria () racial

()Outros:_____

13. Você acredita que a sua RA oferece as mesmas oportunidades de “viver a cidade” para homens e mulheres? Se não, o que falta para essa igualdade acontecer?

14. O que faz você permanecer morando em sua RA?

PARTE 2: FOCO PARA REALIZAR APENAS COM MULHERES

1. O fato de ser mulher influencia os caminhos que você escolhe ou os horários em que circula? Por quê?

2. Pensando nos locais que você frequenta ou por onde passa, quais você considera os mais perigosos para uma mulher? Por que eles te causam medo? Além disso, você já vivenciou ou soube de situações de violência nesses pontos? Quais?

3. Você participa de algum coletivo ou rede de apoio de mulheres na sua RA? (___) SIM (___) NÃO Qual?

4. Se você pudesse mudar algo na estrutura física da sua RA para torná-la mais justa e segura para as mulheres, o que você mudaria com prioridade?

5. Na sua visão, qual intervenção ou política pública mais urgente pode ser realizada para minimizar a violência contra a mulher nos espaços públicos?
